



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA PROVÍNCIA
ECLESIASTICA DE SERGIPE**

ROGÉRIO ANDRADE DOS SANTOS

**SÃO CRISTÓVÃO
2019**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237c Santos, Rogério Andrade dos
Comunidades eclesiais de base na Província Eclesiástica de
Sergipe / Rogério Andrade dos Santos; orientador Romero Júnior
Venâncio Silva. – São Cristóvão, SE, 2019.
118 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciências da Religião) –
Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Religião. 2. Comunidades eclesiais de base – Sergipe. 3.
Teologia da libertação. 4. Igreja Católica. I. Silva, Romero Júnior
Venâncio, orient. II. Título.

CDU 2-484.7(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA PROVÍNCIA
ECLESIAÍSTICA DE SERGIPE

ROGÉRIO ANDRADE DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciências da Religião da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito para obtenção do título de mestre

Orientador: Prof. Dr. Romero Júnior Venâncio Silva

SÃO CRISTÓVÃO
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

ROGÉRIO ANDRADE DOS SANTOS

**COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA PROVÍNCIA
ECLESIAÍSTICA DE SERGIPE**

Aprovada em _____ - _____ - _____

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciências da Religião da Universidade Federal de
Sergipe, como requisito para obtenção do título de mestre

Prof. Dr. Romero Júnior Venâncio Silva – Presidente
Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião

Prof^a. Dra. Marina Aparecida Oliveira dos Santos Correa – Membro Interno
Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião

Prof^a. Dra Carla Jeane Helfemsteller Coelho Dornelles – Membro Externo
Universidade Tiradentes

SÃO CRISTÓVÃO
2019

Dedico esta dissertação aos que têm parte de si nela. Pois, contra qualquer discurso meritocrático que tente se impor está a certeza de que ninguém se faz ou faz qualquer coisa sozinho:

Ao Deus da vida, que se fez homem para nos acompanhar em nossos caminhos.

À minha mãe, portadora da bênção divina. Nela o milagre da vida se fez carne, perdurou e chegou até aqui, vencendo toda desesperança de futuro, para alcançar o sagrado direito ao “pão de cada dia”, mesmo que não esteja aqui para usufruir dos frutos de seu investimento em mim. Sei que em vários momentos não fui o filho que merecia, mas creio no perdão do Deus que logo nos juntará novamente, em definitivo e sem sofrimentos.

Aos queridos que Deus me deu para amar, afilhados (a), crismandos (as), amigos (as) e primos (as). Vocês me ensinam com a vida sobre os caminhos a seguir.

Aos professores e professoras de minha vida no Colégio das Irmãs Venerine, na Escola Evandro Mendes, no Colégio Polivalente, no IFS e na UFS Lagarto. Vocês me moldaram aos poucos, deixando algo de si em mim, por isso possuem um espaço gigante em minha alma.

Ao Professor Dr Romero Venâncio, meu orientador; à Dr^a Professora Marina Correa, minha motivadora e demais professores do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião; assim como aos professores Dr Glaucio José Couri Machado, Departamento de Educação, e Dr^a Carla Jeane Helfemsteller, da Universidade Tirandes, que se prontificaram a contribuir com essa dissertação nas bancas de qualificação e defesa, respectivamente.

Por vocês, com vocês e para vocês, segue o texto!

Eu só peço a Deus...

Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o q'eu queria

Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucado brutalmente

Que a guerra não me seja indiferente
É um monstro grande e pisa forte
Toda fome e inocência dessa gente

Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente

Que o futuro não me seja indiferente
Sem ter que fugir desenganado
Pra viver uma cultura diferente

Autor: León Gieco

Intérpretes: Mercedes Sosa e Beth Carvalho

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

DSI – Doutrina Social da Igreja

FETASE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MEB – Movimento de Educação de Base

MST – Movimento Sem Terra

NORCON – Sociedade Nordestina de Construções S/A

PT – Partido dos Trabalhadores

RCC – Renovação Carismática Católica

RESUMO

As Comunidades Eclesiais de Base são frutos de diversos fenômenos que ocorreram na Igreja Católica e na sociedade brasileira: catolicismo popular, Doutrina Social da Igreja, Concílio Vaticano II, Pacto das Catacumbas, Ação Católica, Ação Católica Especializada, Movimentos de Natal-RN, Conferência de Medellín e Teologia da Libertação. No discurso da Igreja, as CEBs são pequenas comunidades, vinculadas às paróquias, que vivem a fé na luta por justiça social; no discurso acadêmico, as CEBs são comunidades frutos das deliberações do Concílio Vaticano II sobre a atuação da igreja no mundo, seja na política, economia, ecumenismo ou qualquer área que interesse ao bem comum; e no discurso próprio constante no intereclesial, as CEBs se apresentam como a *eclesiogênese*, a igreja que nasce a partir das bases, ou seja, da opção preferencial pelos pobres. Em Sergipe, a Diocese Propriá tem a maioria das CEBs ativas na província, com a realização de círculo bíblicos e organização do povo para as questões sociais; na Diocese de Estância, a Colônia Treze foi apontada pelos líderes das CEBs de Propriá como a comunidade que faz parte da rede de CEBs da província; e na Arquidiocese de Aracaju está o caso incomum de uma comunidade que era da RCC e fez o caminho inverso da maioria das comunidades, tornando-se CEBs.

Palavras-chave: Comunidades Eclesiais de Base; Teologia da Libertação; Sergipe

ABSTRACT

The Basic Ecclesial Communities are fruits of several phenomena that have occurred in the Catholic Church and in Brazilian society: popular Catholicism, Social Doctrine of the Church, Second Vatican Council, Pact of the Catacombs, Catholic Action, Specialized Catholic Action, Natal-RN Movements, Medellin Conference and Liberation Theology. In the Church's discourse, CEBs are small communities, linked to parishes, which live their faith in the struggle for social justice; in academic discourse, CEBs are communities that are fruit of the deliberations of the Second Vatican Council on the performance of the church in the world, be it in politics, economics, ecumenism or any area that interests the common good; and in the proper discourse in the interecclesial, CEBs present themselves as the *eclesiogênese*, the church that is born from the grassroots, that is, the preferential option for the poor. In Sergipe, the Propriá Diocese has the majority of CEBs active in the province, with the realization of Biblical circle and organization of the people for the daily questions; in the Diocese of Estância, Colônia Treze was appointed by the leaders of the CEBs of Propriá as the community that is part of the network of CEBs of the province; and in the archdiocese of Aracaju is the unusual case of a community that was from the RCC and made the reverse way of most communities, becoming CEBs

Key words: Basic Ecclesial Communities; Liberation Theology; Sergipe

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

O GESTAR DAS CEBs	8
1.1 CATOLICISMO POPULAR	8
<i>1.1.1 Igreja Latino-americana</i>	8
<i>1.1.2 Igreja Brasileira</i>	10
1.2 IGREJA DOS POBRES	14
<i>1.2.1 Doutrina Social da Igreja (DSI)</i>	14
<i>1.2.2 Pacto das Catacumbas</i>	17
<i>1.2.3 Movimentos Eclesiais Nacionais</i>	19
<i>1.2.4 Teologia da Libertação</i>	21
1.3 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE	26
<i>1.3.1 Discurso da Igreja</i>	28
<i>1.3.2 Discurso Acadêmico</i>	30
<i>1.3.3 Discurso próprio das CEBs</i>	33

CAPÍTULO II

A IGREJA CATÓLICA DE SERGIPE	41
2.1 DIOCESE DA PARAÍBA: O GESTAR DE UM BISPO	41
2.2 CATOLICISMO SERGIPANO DO SÉCULO XIX	42
<i>2.2.1 O Senhor dos Passos</i>	42
<i>2.2.2 Bom Jesus dos Navegantes</i>	43
2.3 CATOLICISMO SERGIPANO DO SÉCULO XX	45
<i>2.3.1 Diocese de Aracaju</i>	45
<i>2.3.2 Arquidiocese de Aracaju</i>	49
<i>2.3.3 Diocese de Propriá</i>	55
<i>2.3.4 Diocese de Estância</i>	58

CAPÍTULO III

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM SERGIPE	62
3.1 DIOCESE DE PROPRIÁ	62
<i>3.1.1 Propriá-SE: Paróquia São Miguel e Pe Isaías</i>	63
<i>3.1.2 Neópolis, Ilha das Flores, Brejo Grande: as Irmãs de Jesus Crucificado</i>	71
<i>3.1.3 Pacatuba: Irmã Francisca da Caridade de Namur e Pe Nestor</i>	73
<i>3.1.4 Porto da Folha: Frei Enoque e Frei Juvenal</i>	77

3.2 DIOCESE DE ESTÂNCIA	79
<i>3.2.1 Colônia Treze e o Cooperativismo do Pe Almeida</i>	<i>80</i>
3.3 ARQUIDIOCESE DE ARACAJU	83
<i>3.3.1 Comunidade Bom Pastor, de RCC a CEBs</i>	<i>84</i>
3.4 QUAL O FUTURO DAS CEBs?	85
<i>3.4.1 As CEBs estão em Crise?</i>	<i>85</i>
<i>3.4.2 E o Pontificado de Francisco?</i>	<i>87</i>
<i>3.4.3 Encontro das Comissões Ampliadas de CEBs do Nordeste III</i>	<i>89</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
APÊNDICES	102
ANEXOS	105

INTRODUÇÃO

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram na América Latina como nova forma da Igreja Católica se estruturar, pois o catolicismo das massas, administrados a partir de grandes templos, palácios episcopais e altas autoridades eclesiásticas, não conseguia corresponder aos anseios populares no contexto de pobreza extrema, ditadura civil-militar e outras mazelas sociais.

Por isso, surgiram pequenos grupos, organizados por leigos, que se faziam comunidade nas capelas de povoados, bairros periféricos, escolas, fábricas, comunidades quilombolas e indígenas. Nesses locais passaram a partilhar a fé contextualizada em suas vivências sociais comuns, inclusive os problemas. Tais comunidades foram reconhecidas como eclesiais por terem a fé como seu elemento estruturante e por se constituírem células básicas de uma comunidade eclesial maior, que é a paróquia. Por ser célula paroquial e se compor de pessoas das classes populares, como os trabalhadores manuais do campo e da cidade, tais comunidades eclesiais foram nomeadas “de base”. (BETTO, 1981, p.7)

Ainda de acordo com Frei Betto,

As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB's podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de Comunidade Eclesial de Base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto (BETTO, 1981, p. 7).

Por mais que Frei Betto fornecesse informações preciosas, para situar o objeto no âmbito das Ciências da Religião, foi necessário investigar o Estado da Arte sobre as Comunidades Eclesiais de Base em teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação vinculados à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE), além de artigos científicos publicados nos anais dos congressos desta associação.

Durante o levantamento bibliográfico, foi utilizado o descritor “Comunidades Eclesiais de Base”, no Banco de Dados da Plataforma Sucupira, onde estão disponíveis para *download* apenas as teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação após o ano de 2012. Porém, apesar desse limite temporal, aparecem os títulos, autores e instituições de produções anteriores a esse ano, podendo ser acessados diretamente nos bancos de dados das instituições. Além da Plataforma Sucupira e dos bancos de dados das instituições desses programas de pós-graduação, foram consultados também, os Anais do Congresso da ANPTECRE.

Nessa investigação, foram achadas 12 publicações sobre as CEBs, sendo 2 teses de doutorado, 7 dissertações de mestrado e 3 artigos científicos publicados nos anais dos

congressos da ANPTECRE. Nessas publicações são apresentadas tanto estudos genéricos sobre as CEBs, como estudos de caso de comunidades específicas. A partir dessas abordagens dadas às CEBs, as publicações foram categorizadas em dois grupos.

No primeiro grupo, estão os textos que abordam diversos temas vividos pelos membros das CEBs sem o interesse por investigar as CEBs em si, como na dissertação *Participação e autonomia das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)*, defendida por Isabela Ortega Peralías, em 2005, na PUC Goiás. Nessa dissertação é investigado o papel da mulher nas CEBs onde, apesar de assumirem lideranças na maioria das comunidades, ainda sofrem a consequência do pouco espaço da mulher na instituição maior que é a Igreja Católica, principalmente quando as CEBs, representadas por mulheres, precisam se relacionar com as demais estruturas da igreja.

A temática escolhida por Anderson Cavalcante Viana Filho, na dissertação *O canto que revela o rosto da Igreja das CEBs: uma análise a partir das canções de Zé Vicente nos anos 80*, defendida em 2010 na Universidade Católica de Pernambuco, foi a musicalidade das CEBs representada na voz do cantor Zé Vicente. Na pesquisa, as músicas são entendidas como consequência das vivências das comunidades e, por isso, servem tanto para propagar o que vivem no cotidiano, quanto para colaborar nas celebrações para que se tornem momentos de fazer as suas vivências transcenderem ao nível de revelação.

Diferentemente, Maria Cecília Domezi, na tese *A Devoção nas CEBs: Entre o Catolicismo Tradicional Popular e a Teologia da Libertação*, defendida em 2006 na PUC São Paulo, analisa as rupturas e continuidades entre o Catolicismo Popular e o que a autora chama de Catolicismo Popular Libertador das CEBs. Conclui que, nas CEBs, há resquícios do catolicismo popular que apontam a existência de uma continuidade, porém com alguns aspectos de ruptura dos antigos costumes, atribuídos à influência da Teologia da Libertação na forma de vivência social da fé nessas comunidades.

Essa influência da Teologia da Libertação, que faz as CEBs viverem antes e interpretar pela fé depois, provoca diferentes discursos sobre essas comunidades. A comparação entre os discursos das CEBs, presentes nos intereclesiais, com discursos sobre as CEBs, presentes nos documentos da Igreja Católica, foi a opção da tese *Entre a colonialidade e a libertação: uma análise descolonial dos discursos das e sobre as CEB's*, de Antonio Lisboa Lustosa Lopes, defendida em 2010, na Universidade Metodista de São Paulo. Na tese, o autor destaca uma diferença entre o discurso dos membros das CEBs sobre seu cotidiano e o discurso épico mais difundido pelos intelectuais que assessoram às comunidades.

Outra comparação de discursos aparece também na dissertação *Qual é a comunidade das CEBs? Uma análise sociológica do conceito de comunidade formulado pelos teóricos das CEBs*, de Glaucio José Couri Machado, defendida em 1999, na Universidade Federal de Juiz de Fora. O texto inicia refletindo o conceito de comunidade de Tönnies, Weber e Durkheim para, em seguida, analisar o conceito de comunidade vivido pelas CEBs, a partir de publicações entre 1976 a 1986 de seis fontes teóricas: Carlos Mesters, Leonardo Boff, Frei Betto, Pedro Ribeiro de Oliveira, CNBB, João Batista Libânio e. O autor analisou o conceito de comunidade de cada fonte para compreender o sentido deste termo que nomeia às CEBs.

Por último nesse grupo, os artigos *“A Esperança dos Pobres Continua”: um foco de resistência das CEBs da Arquidiocese da Paraíba*, de Elenilson Delmiro dos Santos, nos anais do 5º Congresso da ANPTECRE, em 2015; e *CEBs e Paróquia, duas realidades eclesiais compatíveis?* de Gelson Luiz Mikuszka, nos anais do 4º Congresso da ANPTECRE, em 2013. Ambos problematizam o momento atual das CEBs sob as hipóteses de crise e declínio no primeiro, e reinvenção da forma de existir no segundo, apostando inclusive na compatibilidade entre as CEBs e as paróquias sob três formas: a existência da CEBs na paróquia, a paróquia inteira tornar-se CEBs ou a diocese criar área pastorais que sejam matriciadas por sacerdotes, porém com autonomia para os leigos se organizarem.

No segundo grupo, as pesquisas apresentam estudos de casos de CEBs, apontando como se organizam especificamente as comunidades pesquisadas. Noelia Mendonça de Novaes Ramos, na dissertação *O carismatismo nas CEBs e o declínio de suas utopias políticas, um estudo da igreja católica em Diadema e São Bernardo do campo (1980-2007)*, defendida em 2008, na Universidade Metodista de São Paulo, aborda as CEBs no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista. A existência dessa CEBs aproximou a Igreja Católica de São Paulo dos operários brasileiros, a ponto dos Cardeais Claudio Hummes e Paulo Evaristo Arns autorizarem o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva a arrecadar fundos, nas paróquias da região, para a greve geral da década de 1970. Porém, o autor destaca um declínio dessa preocupação da igreja com questões sociais em troca de práticas de fé espiritualistas.

As CEBs urbanas foi pauta também da pesquisa de Elenilson Delmiro dos Santos, que pesquisou as CEBs em uma paróquia urbana e periférica na dissertação *“Do centro para a margem”: um estudo histórico-antropológico do processo de ascensão, declínio e reinvenção das CEBs, o caso da comunidade São Benedito – Santa Rita/PB*, defendida em 2013, na Universidade do Estado do Pará. Na pesquisa, o autor aborda os desafios urbanos das CEBs através das dificuldades de vivências comunitárias na cidade, onde reina o individualismo, por isso os problemas sociais urbanos são desvelados pelo uso da Metodologia VER-JULGAR-

AGIR e da resistência da identidade das CEBs diante da ascensão da espiritualidade individualista e emotiva da Renovação Carismática Católica (RCC) na Arquidiocese de João Pessoa.

Diferentemente, Robson Wander Costa Lopes defendeu em 2013, na Universidade do Estado do Pará, a dissertação *CEBs Ribeirinhas: Análise do processo de organização das Comunidades Eclesiais de Base em Gurupá-PA*. Na dissertação, o autor compara dois casos de CEBs amazônicas oriundas do catolicismo popular de irmandades, uma na terra firme e a outra sobre o Rio Moju. Na terra firme, as CEBs surgiram por reuniões em uma capela construída pela Irmandade Santana, continuando a devoção ao padroeiro, enquanto que as CEBs sobre as águas surgiram de círculos bíblicos, que construíram uma comunidade rompida com o catolicismo popular pela adesão aos princípios da Teologia da Libertação

Assim como na dissertação anterior, Ana Costa Faria também verificou a coexistência entre as CEBs e o catolicismo popular. Na dissertação *Catolicismo popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Movimento Social: o caso da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema*, defendida em 2002 na Universidade Católica de Goiás, a autora defende que ambos, catolicismo popular e CEBs, são em finalidade a mesma coisa. Para argumentar isso, apoia-se no livro *Religião do Povo: um estudo sobre enculturação*, de Giorgio Paleari, para construir quatro fases do catolicismo popular: Tradicional (na colonização), Romanizado (no século XIX), de Massa (atual) e da CEB's (atual).

Nesse estado da arte, as CEBs se mostraram um fenômeno ainda mais complexo do que se supunha, pois, as abordagens dadas permitiram contemplar diferentes modos de existência dessas comunidades. Porém, apesar da diversidade do fenômeno das CEBs nos diversos contextos geográficos e sócio-culturais estudados, a análise social através do Método VER-JULGAR-AGIR caracteriza todas as comunidades.

Outro fator analisado no estado da arte foram os caminhos metodológicos utilizados pelos autores em cada publicação para pesquisar as CEBs. Alguns desses estudos se mostraram semelhantes ao presente estudo, outros provocaram ideias de metodologias e métodos úteis à investigação desse fenômeno. Portanto, esse estado da arte se revelou um apoio fundamental para desenvolver essa pesquisa, por isso as publicações decorrentes dele aparecerão colaborando nas argumentações dos textos.

O resultado desse Estado da Arte foi importante para tomar ciência do que já foi publicado sobre as CEBs no âmbito das Ciências da Religião. E, os detalhes mais descritivos das comunidades apresentarão as CEBs no primeiro capítulo dessa dissertação com grande contribuição à exposição da diversidade de formas e contextos em que essas comunidades se apresentam. Tal diversidade é identificada nessa a existência de CEBs em comunidades

quilombolas, sindicatos de trabalhadores, colônias extrativistas amazônicas em terra firme ou sobre várzea, zonais rurais, periferias urbanas e diversos outros contextos.

No entanto, vale destacar que, apesar da grande quantidade de publicações sobre esta temática nas diversas áreas parecer saturar o objeto, tanto a diversidade de possibilidades de existência das comunidades apresentada por Frei Betto, quanto os diferentes tipos de comunidades identificados a partir do Estado da Arte, revelam a complexidade do objeto “Comunidades Eclesiais de Base”. Essa complexidade se dá, principalmente, porque essas comunidades se apresentam de forma distinta em cada contexto geográfico e cultural.

Ainda devido a essa complexidade, surgiu a necessidade de delimitar o objeto para torná-lo acessível diante das ferramentas teóricas e metodológicas disponíveis, pois é importante que a investigação científica no âmbito das Ciências da Religião se dê sobre um objeto palpável, capaz de ser alcançado no tempo e no espaço. Por isso, o objeto dessa pesquisa foi delimitado para a forma como as Comunidades Eclesiais de Base se organizam atualmente nas três dioceses que compõem a Província Eclesiástica de Sergipe. Esse objeto delimitado, posteriormente, desdobrou-se em algumas questões norteadoras: se cada CEBs é distinta, o que caracteriza uma comunidade como CEBs? Como a Província Eclesiástica de Sergipe, que é composta da Arquidiocese de Aracaju e das Dioceses de Estância e Propriá, reagiu ao fenômeno das CEBs? Como são as CEBs hoje na Província Eclesiástica de Sergipe?

A partir do nosso objeto de estudo, das questões norteadoras e do levantamento bibliográfico, foram elencadas como hipóteses a esses questionamentos: a) que as CEBs são uma tipologia de pequenas comunidades caracterizados pela partilha comunitária da fé; b) que as CEBs existem na diocese de Propriá influenciada pela ação de Dom José Brandão de Castro, primeiro bispo da diocese, ao contextualizar a vivência da fé com a luta pela terra na região; c) que a Arquidiocese de Aracaju sob o comando do Arcebispo Dom Luciano José Cabral Duarte, empreendeu uma formação intelectual e romanizada do clero, dificultando o desenvolvimento de expressões populares de fé; e, por fim, d) que a Diocese de Estância, possui pequenas comunidades católicas, fundadas a partir de projetos de reforma agrária e práticas cooperativistas, que ligaram fé e vida e, por isso, podem ter sido CEBs.

Para investigar essas hipóteses, torna-se importante conhecer as especificidades desta província eclesiástica, entendendo o percurso que o catolicismo tomou, possibilitando ou dificultado o desenvolvimento das CEBs. Desta forma, teremos o contexto em que essas comunidades se desenvolveram em Sergipe, para entender as motivações das lutas sociais, geradas pelo exercício da prática da fé contextualizada na vida que lhes é característico.

Por isso, essa pesquisa tem como objetivo geral caracterizar as CEBs de Sergipe. Para isso, tem como objetivos específicos: a) construir o histórico do surgimento e expansão das CEBs na América Latina e no Brasil; b) caracterizar a Igreja Católica de Sergipe; c) apresentar

o desenvolvimento das CEBs em cada uma das dioceses e arquidiocese da Província Eclesiástica de Sergipe; d) apresentar a forma como essas comunidades se organizam atualmente.

Esta pesquisa teve como percurso metodológico: a) levantamento bibliográfico sobre o catolicismo popular como primeira experiência católica de base; b) levantamento bibliográfico sobre os marcos eclesiais que contribuíram com o desenvolvimento das CEBs: Doutrina Social da Igreja, Pacto das Catacumbas, Concílio Vaticano II, Conferências Episcopais Latino-americanas, Ação Católica, Juventudes Católicas, Movimentos de Natal e Teologia da Libertação; c) levantamento bibliográfico sobre a história da Igreja de Sergipe desde a sua pertença à Arquidiocese de Salvador até a criação da Arquidiocese e dioceses sufragâneas em 1960; d) Pesquisa bibliográfica, pesquisa em noticiários e estudo de campo para a compreensão da história da Arquidiocese de Aracaju e das Dioceses de Estância e Propriá, após 1960, quando foram criadas; e) Estudo de campo sobre as CEBs que existem na Província Eclesiástica de Sergipe.

Nessa pesquisa há uma integração de dados obtidos pela pesquisa bibliográfica (capítulo 2 e 3) e de campo (capítulo 3), sendo que os estudos de campo foram usados tanto como forma de observar como se organizam as comunidades identificadas nas bibliografias, quanto para descobrir a existência de outras comunidades a serem observadas. Mas isso só foi possível graças as interligações que os membros dessa rede de comunidades possuem, sejam pelas vivências comuns em movimentos sociais, em pastorais católicas, ou nos eventos próprios das CEBs.

Segundo Gil (2008, p.57) os estudos de campo visam interferir o mínimo possível, por isso observa mais do que interroga as questões propostas para uma comunidade. Para isso, analisa tanto as relações de poder que existem na sua estrutura social, quanto a forma como essas pessoas se associam, através da interação entre seus componentes.

Durante estudo de campo foi utilizada a observação simples, na qual Gil (2008, p.102) destaca não haver regras fixas do que deve ser observado, mas apresenta três itens que podem ser considerados pelos pesquisadores:

a) Os sujeitos. Quem são os participantes? Quantos são? A que sexo pertencem? Quais as suas idades? Como se vestem? Que adornos utilizam? O que os movimentos de seu corpo expressam? *b) O cenário.* Onde as pessoas se situam? Quais as características desse local? Com que sistema social pode ser identificado? *c) O comportamento social.* O que realmente ocorre em termos sociais? Como as pessoas se relacionam? De que modo o fazem? Que linguagem utilizam? Gil (2008, p.102, grifos do autor)

Através destes três itens foi criado um Roteiro de Observação (APÊNDICE C) que embasou a construção dos diários de campo. Guiado por esse roteiro foi possível: a) fotografar,

e descrever no diário de campo, imagens que caracterizam expressões da fé dos indivíduos que compõem a comunidade, como quadros e estátuas sacras nas casas, igrejas e capelas, vestimentas e gestos corporais utilizados pelas pessoas da comunidade nos círculos bíblicos, missas e reuniões das comunidades; b) fotografar, e descrever no diário de campo, as casas, ruas, monumentos e demais edificações que caracterizem a comunidade; c) Gravar, e descrever no diário de campo, sons que caracterizam expressões da fé dessa comunidade e/ou dos indivíduos que a compõem, como músicas, rezas, ditados e outras expressões de sua oralidade.

A dinâmica dos capítulos visa conduzir o leitor ao processo de evolução da pesquisa, possibilitando fazer uma relação coerente sobre o tema abordado, na seguinte sequência:

O primeiro capítulo trata do surgimento e expansão das CEBs na América Latina e no Brasil. Para isso, busca-se apresentar o itinerário do catolicismo popular como a expressão mais antiga de catolicismo de base e a imposição da romanização depois da proclamação da república brasileira. Em seguida, aponta o surgimento da Doutrina Social da Igreja e da Teologia da Libertação como reações católicas às questões sociais decorrentes da exploração capitalista e a rejeição dos Papas João Paulo II e Bento XVI a esta teologia. E por fim, o surgimento das CEBs nesse contexto, com os discursos da Igreja, da academia e das CEBs sobre si.

No segundo capítulo, busca-se descrever algumas marcas que caracterizam a identidade da Igreja Católica em Sergipe, a partir da criação e desenvolvimento das dioceses e arquidiocese, assim como a sucessão dos bispos e suas decisões pastorais, destacando as posições que possam ter promovido ou impedido o surgimento das CEBs nas Igrejas de Aracaju, Estância e Propriá.

No terceiro capítulo estão mapeadas as CEBs que existem em cada uma das dioceses e arquidiocese da Província Eclesiástica de Sergipe. Além disso, serão apontadas as formas como essas comunidades se organizam em cada contexto, uma vez que cada igreja local tem sua particularidade.

CAPÍTULO I

O GESTAR DAS CEBs

Nesse primeiro capítulo estão apresentados os principais eventos que influenciaram o surgimento e a expansão das CEBs na América Latina e no Brasil, considerando esta forma de Igreja Católica, como uma continuidade do catolicismo popular que resistiu aos combates da Igreja “oficial”. No entanto, a urgência das desigualdades sociais, derivadas principalmente da expansão capitalista, exigiu que a Igreja Católica se posicionasse. Ao grupo de clérigos e leigos, que responderam as essas exigências sociais, a história deu o nome de Igreja dos Pobres e às suas reflexões, Teologia da Libertação. Por isso, esse capítulo está estruturado em três itens: Catolicismo Popular, Igreja dos Pobres e Comunidades Eclesiais de Base, por considerar que este foi o caminho percorrido pelos cristãos da libertação até as CEBs.

1.1 CATOLICISMO POPULAR

Na história do Cristianismo, por várias vezes surgiram grupos que buscaram adequar suas vidas à obediência dos ensinamentos cristãos. Esses grupos entendiam que a religião oficial ora abandonava os princípios evangélicos, ora não contemplava a realidade que viviam.

As diversas expressões cristãs no Brasil foram historicamente gestadas, em várias partes do território brasileiro, sob as marcas da colonização portuguesa católica e sob as mediações entre povos e suas identidades culturais diversas. Essas marcas fincadas no traço brasileiro, fizeram com que as expressões religiosas, desenvolvidas posteriormente no Brasil, possuísem também fortes traços do catolicismo, sendo chamado por alguns autores de catolicismo popular. (PASSOS, 2005, p. 51).

Assim é possível perceber que existe um resíduo católico “que habita de formas variadas a alma do povo brasileiro, dando, até mesmo, sustentação para o Estado, através de nossa história política, até mesmo na república laica” (PASSOS, 2005, p. 51). Esse resíduo católico que todo brasileiro tem não depende de sua participação na Igreja Católica, mas de estar imerso em uma cultura repleta de elementos católicos, que faz com que culturas outras utilizem, inclusive, de analogias com o catolicismo para se fazer entender em seus elementos.

1.1.1 Igreja Latino-americana

Nos primeiros anos do Cristianismo na América Latina, as doutrinas e tradições católicas foram recebidas pelos nativos sob óticas culturais próprias, com releituras das doutrinas e ritos da religião colonizadora, produzindo sua versão popular. Isso ocorreu porque muitos fiéis não conseguiam concretizar a proposta católica em suas vidas, por isso desenvolveram alternativas para aproximar a fé do que viviam. Porém, como todas as religiões

possuem especialistas para administrar suas normativas, estes empreenderam reações desde a cooptação à perseguição dessa versão popular do catolicismo. No entanto, vale destacar que as “razões políticas e outras razões sociais determinaram as reações oficiais ao catolicismo popular mais do que as considerações estritamente doutrinárias”. (ESPÍN, 2000, p.179-180)

Nesse momento inicial da Igreja da América Latina, nativos e escravos transmitiam aos seus descendentes o cristianismo infundido pela catequese pré-tridentina. Nela, a dimensão cotidiana da vida transmitia e dava manutenção ao Cristianismo, através de práticas litúrgicas e sacramentais representativas chamadas *autos sacramentales*. Tais peças teatrais continham passagens bíblicas ou histórias com intuito de uma catequese moral, envolvendo membros de toda a comunidade. Essa forma de vivência cristã era chamada *traditio*, porém deve-se ter o cuidado de não confundir com o conceito atual da tradição católica alterado no Concílio de Trento (1545- 1563). (ESPÍN, 2000, p.191-192)

Tal alteração se deu em 1546, quando o jesuíta Claude Lejay pediu a palavra no Concílio de Trento e distinguiu *traditiones quae ad fidem pertinente* (tradições que dizem respeito à fé) de *tradition ecclesiae* (tradição da Igreja). Tal distinção foi incorporada pela teologia pós-tridentina, definindo como *tradition* a doutrina recebida e, por isso imutável e, como *traditiones*, as demais tradições oriundas das releituras locais das doutrinas e ritos católicos, portanto reformáveis. Com isso, a maioria das práticas católicas da América Latina foram rebaixadas a categoria de reformáveis, sendo pressionadas a se adequarem às tradições oficiais, conforme as deliberações conciliares. (ESPÍN, 2000, p.192-193)

Após o Concílio de Trento, toda tradição popular foi reprimida e as doutrinas proclamadas no Credo passaram a ser transmitidas literalmente aos nativos e escravos, que só aceitavam a mensagem na medida em que as entendiam através de suas próprias categorias culturais e religiosas. Desta forma, as tradições populares resistiam clandestinamente, enquanto “as elites eclesiásticas esforçavam-se para acreditar que os decretos tridentinos estavam sendo cumpridos”. (ESPÍN, 2000, p.216). .

No século XIX, surgiram movimentos pró-independência por toda a América Latina. Contrariamente a esses movimentos, o catolicismo romano se tornou o pilar de sustentação do governo colonial e, posteriormente, do império brasileiro, invocando argumentos religiosos para justificar o seu *status quo*. E, como esse catolicismo se tornou adversário, as forças anti-coloniais encontraram apoio declarado na sua versão “popular” que, por sua vez, também se revestiam de argumentos religiosos nas lutas por independência. Também utilizando da fé e dos símbolos cristãos, o catolicismo popular transmitia a mensagem de que Deus estava de acordo e desejava que os católicos se engajassem na luta pela independência. (ESPÍN, 2000, p.219)

1.1.2 Igreja Brasileira

A Igreja Católica foi trazida ao Brasil pelos colonizadores e sua crença foi oficializada e protegida de concorrências, enquanto que também era sufocada por essa proteção, ficando impossibilitada de se autogerir livremente, até a proclamação da república. Porém, pela sua independência do catolicismo oficial, no catolicismo popular brasileiro há particularidades oriundas da interação e das relações de poder que se estabeleceram entre as origens étnicas do povo do Brasil, principalmente a negra.

Ao chegar ao Brasil, o povo negro viveu processos de sincretismo com o catolicismo, desde a camuflagem dos orixás em imagens e títulos de santos católicos, à introdução de suas características nas personalidades desses santos. São exemplos disso Santo Antônio, que foi revestido das características de Exú, passando a ser invocado para trazer fecundidade. São Benedito foi cultuado como esperto e vingativo protetor de seus devotos, sejam ricos ou pobres, por isso é considerado protetor dos negros desde o século XVII, mesmo sendo canonizado pela igreja apenas em 1743. (FERRETTI, 1998, p.191)

Porém, o catolicismo popular brasileiro não é fruto apenas dos processos de sincretismos, mas também da resistência de clérigos e católicos leigos à Igreja Católica e ao império durante o regime do padroado¹. Nesse regime o catolicismo popular se fortaleceu como alternativa, mantendo a similaridade doutrinal entre ambos, pois o elemento conflitante não era a doutrina, mas as posições políticas tomadas pelas duas expressões de catolicismo ao longo da história do Brasil: ser contra ou a favor da independência do país; estar nas cortes, templos e palácios ou nas periferias; ser normativo ou experiencial na vivência da fé.

Devido às suas particularidades sociais, essas posições políticas são mais acentuadas na América Latina, uma vez que o cristianismo se instaurou nesse continente associado a colonizadores, submetendo a classes tidas como inferiores. Por isso surgiram forças populares de libertação política de estruturas sociais e econômicas opressoras no catolicismo popular. Uma dessas forças foi o cearense Padre Mestre José Antônio de Maria Ibiapina (1806-1883), que fundou tanto orfanatos e escolas em vários Estados nordestinos, quanto construiu açudes, poços e estradas, onde reunia outros padres para rezar em tempos de seca, rendendo-lhe a fama de profeta. (PINHEIRO, 2006, p.46-50)

A sementeira do Padre Mestre fora, entretanto, bem feita. Após sua morte (1883), não somente persistiu, como ampliou-se o número de *beatas* e de *beatos* ligados aos vigários do sertão. E, os que vem a ser mais importantes, tanto o Padre Cícero como Antônio Vicente Mendes Maciel - o futuro Conselheiro - certamente, de modo direto ou indireto. (PINHEIRO, 2006, p.51)

¹Submissão da Igreja aos reis brasileiros, de forma que a instituição e seus membros eram custeados pela coroa, que resguardava para si o direito de nomear bispos e aceitar ou rejeitar decisões de Roma na Igreja do Brasil, conforme Art. 102, da Constituição Brasileira de 1824 (SANTIROCCHI, 2013)

Discípulo do Padre Ibiapina, Padre Cícero Romão Batista (1844-1934) nasceu em Crato, Ceará, e também construiu sua pastoral ligando a fé da comunidade de Juazeiro ao drama da seca que viviam, através de rezas e promessas. Após uma de suas missas, saiu em peregrinação com o povo nas ruas da cidade, com o que afirmava ser uma hóstia que virou sangue em suas mãos, relatando não ser a primeira vez. O bispo prontamente proclamou milagre, mas voltou atrás temendo os ciúmes do clero de outras dioceses no contexto de organização da igreja após a Proclamação da República, por isso enviou-lhe a Roma, de onde voltou suspenso de ordem e excomungado (PINHEIRO, 2006, p.54)

Fora da igreja, Padre Cícero continuou venerado pelo povo, principalmente através da propagação das histórias dos milagres eucarísticos. Desejando reabilitar-se ao clero, envolveu-se em questões políticas para conseguir recursos para transformar a paróquia de Juazeiro em diocese. Seus parceiros políticos eram tanto coronéis locais quanto autoridades da política nacional, por isso recebeu o bando de Lampião afim de torná-los parte de um batalhão patriótico que desejava criar para a luta contra a “Coluna Prestes”, mas esse confronto jamais aconteceu (PINHEIRO, 2006, p.59)

Outro beato ligado ao Padre Ibiapina foi Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro (1828-1897). Nascido em Quixeramobim, Ceará, em 1871 Antônio Conselheiro sofreu uma ação judicial por cobrança de dívidas, abandonou seu Estado, andou por Pernambuco, Sergipe e Bahia, tornando-se um beato itinerante, congregando pessoas para construção e reconstrução de igrejas, cemitérios, pregando pelo sertão contra a inevitável proclamação da república, juntando seguidores que comparavam seu jeito piedoso e humilde com a vida abastada de muitos padres da região (PINHEIRO, 2006, p.66-67)

Com essa postura, Dom Luís, Arcebispo da Bahia, em 1882 recomendou aos párocos que não autorizasse a pregação de Antônio Conselheiro nas igrejas e, em 1887, mandou ofício ao Presidente da Província pedindo providências, alegando que sua pregação possuía doutrinas subversivas, ameaçava a religião e o Estado. E, após a Proclamação da República em 1889, Conselheiro rebelou-se contra a cobrança de impostos em Bom Conselho, Bahia, por isso resolveu fundar uma comunidade cristã, em 1893, na Fazenda Canudos, abandonada às margens do Rio Vaza Barris, que foi exterminada em 1897 com todos os milhares de seguidores que resistiram. (PINHEIRO, 2006, p.67)

Também ligado ao catolicismo popular foi a Revolta de Contestados (1912-1916), motivada pela memória messiânica de três monges, que posteriormente o folclore popular uniu em apenas um, São João Maria.

João Maria, o primeiro desse nome, fez sua aparição no período da Guerra dos Farrapos. Sabe-se dele o suficiente para ser possível distingui-lo de um segundo João Maria, cuja atuação se vinculou bem de perto à Revolução Federalista, adepto que era do Chefe guerrilheiro Gumerindo Saraiva. Na memória popular, entretanto, ambos acabaram confundindo-se. (PINHEIRO, 2006, p.81)

O terceiro monge, José Maria, criou uma irmandade de camponeses rumo a salvação, que consistia na luta pela posse da terra chamada Contestado, entre os Estados de Paraná e Santa Catarina, onde acreditava que Deus lhes daria paz e prosperidade, através da terra para plantar. Esses camponeses tinham sido expulsos da região quando uma empresa multinacional passou a explorar madeira e o governo construiu uma linha férrea para facilitar sua exportação. José Maria morreu no primeiro combate, mas a crença na sua ressurreição, regressando com um exército encantado, alimentou a irmandade para lutar na Revolta de Contestado, chamada por eles de Guerra Santa de São Sebastião. (PINHEIRO, 2006, p.81-82)

1.1.3 Romanização: Igreja Universal sobre a Local

Esses casos de religiosidade popular estimularam a igreja universal a reajustar consigo as igrejas locais. Uma das formas desse ajuste foi o processo de Romanização², ocorrido entre os Concílios Vaticano I e II, como a “constituição de um aparato burocrático homogêneo, capaz de destituir o capital religioso do laicato e monopolizar o controle do campo pelos especialistas” (ANDRADE JÚNIOR, 2000, p. 89). Foi um período de europeização do catolicismo com a importação de religiosos individuais ou em congregações para difundir a obediência ao concílio de Trento. (TABRAJ, 1997, p.582)

No Brasil, a romanização começou após a proclamação da república e fim do padroado, quando a Igreja Católica deixou de ser controlada pelo Estado e os bispos passaram a se submeter às determinações da Santa Sé. O papa impôs que a Igreja do Brasil se adequasse aos princípios do Concílio de Trento, reafirmados no Vaticano I. Com isso, instaurou-se no Brasil “um ‘catolicismo universalista’ e romanizado, caracterizado pelo maior controle sobre os leigos, sobre suas associações, através da adequação do catolicismo brasileiro às diretrizes centralizadoras de Roma” (TEIXEIRA, 2005, p.18).

Uma estratégia da romanização foi a criação de bispados. A primeira diocese do Brasil foi em Salvador, criada em 1551 diretamente pela Santa Sé, por isso chamada de Primaz Principal do Brasil, cujo desmembramento criou as dioceses de Recife/Olinda e Rio de Janeiro, 120 anos depois. Já em 1677, foi criada a Diocese de São Luís, Maranhão, com

²Termo criado pelo historiador “alemão” Pe. Johann Joseph Ignatz Von Döllinger (1799-1890), sob o pseudônimo Janus, na obra “O Papa e o Concílio”, em 1877. Prefaciada e traduzida ao português por Rui Barbosa, a obra se opôs a expansão do poder da Cúria Romana e ao dogma da infalibilidade papal, provocando a excomunhão do autor durante o Vaticano I (1869-70) (AQUINO, 2011, p.3)

desmembramento da Diocese de Lisboa, por isso chamada Primaz Secundária do Brasil e, a partir do seu desmembramento foram criadas as Dioceses de Belém, Porto Alegre e Fortaleza. Após a proclamação da república, a Igreja passou de 12 para 80 bispados, e até 1930 foram criadas dioceses em todas as capitais brasileiras e em algumas cidades do interior de Estados grandes. (ROSENDAHL e CORRÊA, 2006, p.6-7)

Os processos romanizadores revelaram o anseio da igreja universal em fortalecer seu domínio sobre a local, provocando reflexões sobre os papéis das igrejas locais e universal no período entre os Concílios Vaticanos I e II.

Leão XIII, sentindo os limites eclesiológicos dos textos do Vaticano I, começa por chamar a atenção para os elementos interiores e constitutivos do mistério próprio da Igreja: na *Satis cognitum* (1896), apresenta a Igreja corpo de Cristo; na *Divinum illud* (1897), fala sobre o Espírito Santo e sua ação santificadora no indivíduo e na comunidade; na *Mirae caritatis* (1902), versa sobre a eucaristia, como sacramento de unidade da Igreja (ALMEIDA, 2005, p.21)

Esses ensinamentos de Leão XIII retomaram a consciência de que o bispo pertence à igreja local e compõe a colegialidade da Igreja Universal com todo o episcopado, liderados pelo papa por ser o bispo da sede da igreja, Roma. Essa consciência é importante para revitalizar as prerrogativas próprias dos bispos e das igrejas locais, cujo conteúdo teológico se viu reduzido às funções administrativas distribuídas ou limitadas pelo primado e infalibilidade papal, definidos no Concílio Vaticano I. (NOTA DE FIM 8 In: ALMEIDA, 2005)

Depois que o papa Gelásio I (492-496), firme defensor da supremacia papal, usou pela primeira vez o título de “vigário de Cristo”, que, porém, só passou a estar ligado exclusivamente ao bispo de Roma no pontificado de Eugênio III (1145-1153), outras aplicações desse título — por exemplo, aos simples cristãos, aos pobres, aos bispos — foram progressivamente desaparecendo (ALMEIDA, 2005, p.27).

Esse papel pontifício, ou seja, o papel de ligar e desligar na terra e nos céus, que pertencia às comunidades cristãs e aos bispos e, posteriormente, tornou-se exclusividade do papa, começou a ser devolvido por Leão XIII e teve seu avanço maior no Concílio Vaticano II, com a publicação da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Nessa constituição, o parágrafo 24 afirma que “Os Bispos, com sucessores dos Apóstolos, recebem do Senhor, a quem foi dado todo o poder no céu e na terra”, já o parágrafo 23 afirma que “cada um dos Bispos representa a sua igreja e, todos em união com o Papa, no vínculo da paz, do amor e da unidade, a Igreja inteira”. Com essas afirmações há uma devolutiva do papel episcopal como pertencente à comunidade local e vinculado à Igreja inteira.

Além disso, o parágrafo 37 da *Lumen Gentium* destaca o sacerdócio comum que todo batizado possui dando aos leigos “o direito, e por vezes mesmo o dever, de expor o seu parecer sobre os assuntos que dizem respeito ao bem da Igreja” e aos bispos recorrer “ao seu conselho

prudente, entreguem-lhes confiadamente cargos em serviço da Igreja e deem-lhes margem e liberdade de ação, animando-os até a tomarem a iniciativa de empreendimentos”.

Tanto a devolução do poder pontifício aos bispos e igrejas locais, quanto a valorização do sacerdócio comum está na gênese de outro conceito importante às CEBs, que foi o conceito de igreja como Povo de Deus. Sendo igreja-povo, o leigo não é súdito do Reino de Deus pregado pelo cristianismo, mas parte fundamental, pois existem comunidades que vivem sem sacerdotes por variados motivos, mas não há comunidades só com sacerdotes sem o povo.

1.2 IGREJA DOS POBRES

Enquanto o Catolicismo Popular continuava resistindo aos enfrentamentos do Catolicismo Romano, a ascensão capitalista fazia emergir problemas sociais que se transformaram em desafios a Igreja Católica do século XIX. Por tais desafios, surgiram uma série de documentos eclesiais sobre a atuação católica na sociedade. Esse conjunto de documentos foi, posteriormente, chamado de Doutrina Social da Igreja (DSI).

1.2.1 Doutrina Social da Igreja (DSI)

O documento inaugural da DSI foi a Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, publicada em 1891, sobre a condição dos operários diante das inovações tecnológicas e das novas relações com os patrões. Com a DSI, inaugurou-se também um novo olhar interessado pelas causas geradoras das problemáticas sociais, superando a forma misericordiosa, caritativa e a aceitação do sofrimento, em troca da busca de soluções para tais problemas. (SCUDELER, 2014, p.111)

Esse novo olhar passa a considerar que os problemas sociais não são frutos da casualidade que faz com que as situações tenham que ser como se apresentam, mas que são frutos de relações sociais desiguais e injustas, que se confrontam com os princípios cristãos. Desta forma, nasce outra concepção que vai ser incorporada ao discurso cristão latino-americano na Conferência de Puebla: a libertação proposta por Jesus Cristo é integral. (SCUDELER, 2014, p.112-114)

Porém, a libertação integral que a Igreja Católica defendia ser dada por Cristo ainda não era, de fato, integral para a maioria das pessoas. Essa situação forçou a Igreja a publicar, posteriormente, outros documentos que passaram a compor o pensamento católico sobre as questões sociais. Por isso, a DSI possui variados documentos lançados antes e após o Concílio Vaticano II, cujos principais documentos pré-conciliares, segundo Gonçalves (2016, p.34-35) são:

- ***Encíclica Rerum Novarum, Leão XIII, 1891*** - Aponta caminhos para a promoção humana e sua dignidade, com justos salários, jornada de trabalho com descanso e compatível com a capacidade física, principalmente no trabalho das mulheres e crianças. Defende a propriedade privada e sua função social, o direito à associação dos trabalhadores, devendo o Estado disciplinar o trabalho, defender a família e cuidar dos mais necessitados.

- ***Encíclica Quadragesimo Anno, Pio XI, 1931*** - Comemora os 40 anos da *Rerum Novarum* e defende a restauração da ordem social, frente aos dois blocos totalitários da época. Para isso, o papa denuncia o imperialismo internacional econômico que endurece a vida através das ideologias representadas nos dois blocos, despertando a urgência de tornar a economia mais ética e moral através da superação das ideologias defendidas pelos dois blocos.

- ***Encíclica Mater et Magistra, João XXIII, 1961*** - O tema central é o subdesenvolvimento como questão social com dimensões planetárias. Denuncia o abismo que separa povos desenvolvidos de outros que sobrevivem em condições desumanas de subdesenvolvimento. Destaca a necessidade de que um número maior de pessoas tenha acesso a níveis de vida compatíveis com sua dignidade de filhos de Deus.

- ***Encíclica Pacem in Terris, João XXIII, 1963*** - Aponta que a paz na terra depende de uma política internacional solidária, baseada na verdade, na justiça, na caridade e na libertação, por isso aborda direitos humanos, revolução científica, neocolonialismo, desequilíbrios econômicos entre nações e os perigos da guerra nuclear.

Esses documentos provocaram atuações católicas diversas pelo mundo, preparando o caminho para o Concílio Vaticano II (1962-1965), que representou um processo de reflexão da Igreja Católica sobre si no mundo, para torná-la apta a enfrentar os desafios dos novos tempos. Do concílio emergiram deliberações diversas, como a renovação da liturgia, a reflexão sobre o ministério leigo, o reconhecimento das verdades presentes na ciência, a abertura ao diálogo com outras culturas, igrejas e religiões. (DOMEZI, 2014, p.7-8).

Concluindo o Concílio Vaticano II, foi publicada em 1965 a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. No documento, o discurso sobre as questões sociais é bastante contundente:

A expectativa da nova terra não deve, porém, enfraquecer, mas antes ativar a solicitude em ordem a desenvolver esta terra, onde cresce o corpo da nova família humana, que já consegue apresentar uma certa prefiguração do mundo futuro. Por conseguinte, embora o progresso terreno se deva cuidadosamente distinguir do crescimento do Reino de Cristo, todavia, na medida em que pode contribuir para a melhor organização da sociedade humana, interessa muito ao Reino de Deus (VATICANO II, n° 39, §319).

Essa noção de cuidar da organização humana como prefiguração do Reino de Deus fomentou que vários grupos da igreja vissem os problemas sociais como impedimentos à sua concretização. Por isso, após o Concílio Vaticano II surgiram mais ensinamentos da Igreja, através de publicações dos papas seguintes, que também compõe a DSI, conforme mostra Gonçalves (2016, p.34-35):

- ***Constituição Pastoral Gaudium et Spes, Concílio Vaticano II, 1965*** – Recomenda a justiça e a caridade (amor) como requisito para realização do bem comum. Destaca que a missão especificamente religiosa da Igreja, pode servir para a organização da comunidade humana.
- ***Encíclica Populorum Progressio, Paulo VI, 1967*** - Tem como tema o desenvolvimento integral dos povos (nações e pessoas) como solução dos problemas modernos, chegando a afirmar que o desenvolvimento integral do homem e da sociedade é condição básica para que haja paz na terra.
- ***Texto Sinodal Octogesima Adveniens, Paulo VI, Sínodo dos Bispos, 1971*** - Comemora 80 anos da *Rerum Novarum* e analisa o que considera ser os problemas sócio-políticos dos cristãos para construir uma ordem social mais justa: o discernimento frente ao pluralismo das diversas ideologias, movimentos históricos, sistemas sociais e políticos.
- ***Encíclica Evangelii Nuntiandi, Paulo VI, 1975*** – Trata da evangelização no mundo contemporâneo, através dos variados meios e do contexto que se apresentam disponíveis na atualidade.
- ***Encíclica Laborem Exercens, João Paulo II, 1981*** - Defende que o trabalho humano é a chave da questão social, afirmando que o conflito entre capital e trabalho só será superado com o reconhecimento efetivo da prioridade do trabalho sobre o capital.
- ***Encíclica Sollicitudo Rei Socialis, João Paulo II, 1987*** - Defende a dimensão ética do desenvolvimento integral a partir do crescimento moral do homem; Rejeita o capitalismo e o socialismo como solução, afirmando que neles não há liberdade, nem justiça.
- ***Encíclica Centesimus Annus, João Paulo II, 1991*** - Comemora o centenário da *Rerum Novarum*, criticando os sistemas que privilegiam o econômico sobre o ético, por isso prega a afirmação do trabalho sobre o capital e a dignidade da pessoa humana sobre o Estado.

Mas, esses ensinamentos são suficientes para satisfazer os anseios populares de uma maior presença da igreja em suas urgências sociais? Tais encíclicas marcam definitivamente uma ruptura com o modelo caritativo em função de uma participação mais resolutiva da igreja

nas questões sociais? Essas questões foram lançadas sobre Leonardo Boff durante uma entrevista ao Programa Roda Viva, em 1997, na TV Cultura, sob a alegação de que a Igreja Católica, através da DSI já atua para a melhoria de várias problemáticas sociais atuais:

Fernando Mitre: Professor, há algumas encíclicas fundamentais e históricas que vão muito além da caridade, desde a *Rerum Novarum*, a *Mater et Magistra* e outras. Leonardo Boff: Mitre, analise essas encíclicas, o fundo delas termina sempre num discurso moral, nunca é um discurso que desce analiticamente a analisar o capitalismo, o socialismo e as medidas políticas. Então, na parte moral ninguém é contra, é fácil, por isso que tem pouca aplicabilidade as encíclicas sociais, por que? Porque é o discurso moral, nós queremos o discurso da mediação que ajude aos caminhos políticos de superar a pobreza porque é fácil condenar a pobreza, nós queremos superar historicamente a pobreza. (RODA VIVA, 1997, 1h14min40s - 1h15min21s).

Para Leonardo Boff, devido ao fundo moral que possui, a DSI diz o óbvio, critica os problemas, sem denunciar as estruturas que o causam e sem apontar caminhos claros ou estímulos concretos para a igreja agir de forma transformadora nos contextos em que esses problemas se apresentam. Por isso, considera que tais ensinamentos, apesar de válidos e terem dados vários frutos, ainda precisavam mediar uma transformação concreta da realidade, do paternalismo caritativo a libertação social. Para Boff, as obras de misericórdia se justificam pela emergência, mas se limitam quando não se compromete concretamente com o sujeito, nem com propostas de mudanças das desigualdades sociais que causam os males. Sobre isso, o teólogo destaca o caso bíblico: “Lázaro recebia esmolas do primo rico, mas jamais foi chamado por ele a sentar-se à mesa” (BOFF, 1986, p.10).

1.2.2 Pacto das Catacumbas

Um dos fenômenos que mais mobilizou mudanças na América Latina foi Pacto das Catacumbas. Esse pacto foi firmado durante o Concílio Vaticano II, sem sequer estar na programação oficial e deve-se, inicialmente, ao Mons. Hakim, patriarca da Igreja Melquita em Nazaré na Galileia, que trouxe consigo ao concílio o Padre Paul Gauthier e a Irmã Marie-Thérèse Lescase.

Gauthier havia sido professor de Teologia Dogmática no Seminário Maior de Dijon, na França. Deixara o magistério para tornar-se operário da construção civil em Nazaré. Em torno dele formou-se a Fraternidade dos Companheiros de Jesus Carpinteiro, um pequeno grupo decidido a viver como Jesus, trabalhando com as próprias mãos e vivendo no meio da população pobre da periferia de Nazaré, formada por árabes, em sua maioria muçulmanos. Marie-Thérèse trocara a clausura do Carmelo por uma vida de contemplação e trabalho em Nazaré, iniciando o ramo feminino da Fraternidade (BEOZZO, 2015, p.10).

Estando em Roma, Paul Gauthier e Marie-Thérèse Lescase começaram a procurar bispos interessados em um caminho de conversão que tornasse a Igreja servidora e pobre. Inicialmente, encontraram Dom Helder Câmara, o Cardeal de Bolonha Giacomo Lercaro, o

Cardeal de Lyon Pierre-Marie Gerlier e seu bispo auxiliar Mons. Alfred Ancel, que fora padre operário. Estes passaram a ser chamados de Grupo da Igreja dos Pobres (BEOZZO, 2015, p.10)

Este grupo inicial passou a se encontrar em um colégio em Roma, durante os quatro anos de Concílio, para elaborar reflexões sobre a pobreza no mundo, de modo a influenciar as deliberações do concílio. Tais reflexões respaldaram a intervenção do cardeal arcebispo de Bolonha Giacomo Lercaro já na primeira sessão conciliar: “esta é a hora dos pobres, dos milhões de pobres que se encontram por toda a face da terra, esta é a hora do mistério da Igreja, mãe dos pobres, esta é a hora do Cristo, sobretudo no pobre”. (DOMEZI, 2014, p.49).

Há três semanas do fim do Concílio Vaticano II (16 de novembro de 1965) e sem impactar na mudança de sua direção, o grupo da Igreja dos Pobres desceu às Catacumbas da Basílica de Santa Domitila, na periferia de Roma. Sobre o altar dos mártires Nereu e Aquileu, 41 bispos católicos e o Patriarca Melquita Mons. Hakim, celebraram uma missa, firmando o Pacto das Catacumbas. Alguns bispos não estavam em Roma, vindo a compor, posteriormente, os 500 bispos firmantes desse acordo. (BEOZZO, 2015, p.25-27).

O Pacto das Catacumbas, conforme Anexo A, consiste em 13 compromettimentos concretos dos bispos viverem a realidade do povo, tendo a pobreza evangélica como referência. Para isso, comprometeram-se em tornar humildes as suas moradias e locomoções; renunciar a vestes, títulos, banquetes e relações que atribuam poder; não possuir quaisquer bens em seu nome, entregando a gestão financeira da diocese a leigos para priorizar apostolado e pastoreio; evitar priorizar e elogiar ricos e poderosos, amparar leigos, religiosos ou sacerdotes chamados a partilhar a vida operária e o trabalho; e apoiar governos locais e organismos internacionais que promovem a justiça e a igualdade. (DOMEZI, 2014, p.105-107).

Esse pacto não foi um compromisso litúrgico, canônico ou similar, pois não foi um pacto com a hierarquia da igreja, mas um compromisso pessoal e concreto dos bispos em simplificarem às próprias vidas para viverem como seu povo vivia. Desta forma, os bispos entenderam que adequariam suas vidas à humildade que consideram exigência de sua fé. Por isso, ao voltarem para suas dioceses, os bispos que assinaram esse pacto tomaram decisões pessoais que repercutiram nos rumos pastorais de suas Igrejas.

No Brasil, pode-se ver consequências desse pacto. Na Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara foi morar na sacristia da Igreja das Fronteiras, na periferia, transformando sua residência oficial em um centro pastoral; na Diocese de Crateús, Dom Fragofo foi morar numa casa simples em um bairro popular; na Arquidiocese de São Paulo, o Arcebispo, depois Cardeal, Dom Paulo Evaristo Arns foi morar em uma casa simples, vendeu o palácio episcopal para comprar 400 terrenos na periferia onde construiu centros comunitários e locais celebrativos

para as CEBs; na Diocese de Barra, Bahia, Dom Tiago Cloin entregou terras ociosas da diocese ao MST para fazer reforma agrária. (BEOZZO, 2015, p.21-22)

1.2.3 Movimentos Eclesiais Nacionais

Além dos eventos já expostos, no Brasil há alguns eventos específicos, frutos da renovação trazida pelo Concílio Vaticano II, que estão ligados ao início das CEBs, por isso não podem ser esquecidos se essa apresentação quiser ser eficiente. São eles, a Ação Católica, as Juventudes Católicas e os Movimentos de Natal.

A Ação Católica (AC) marcou o apaziguamento da tensa relação entre os intelectuais, que tendiam para o liberalismo e racionalismo maçônico com a Igreja Católica que rejeitava as verdades científicas na defesa de uma cultura dogmatizada. Do lado católico havia dois grandes nomes, Dom Sebastião Leme e o Padre Helder Câmara, enquanto que do lado intelectual estavam o sergipano Jackson de Figueiredo e escritor Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde).

A AC foi criada no Brasil em 1935 pelo arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, sob o governo de Getúlio Vargas, com o qual conviveu bem. A base para sua fundação foi o Centro D. Vital, inspirado pela *Action Française*. Fundado em 1922, o Centro aglutinava parte da intelectualidade católica conservadora e defendia um nacionalismo de direita. Sob direção de Jackson de Figueiredo, nos anos 20, apoiou os integralistas, movimento fascista brasileiro que contaria também com a simpatia do sucessor de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima – que mais tarde se tornaria um expressivo intelectual católico de esquerda – e D. Helder Câmara, que logo renegaria o fascismo: nomeado assistente da AC em 1947, foi sendo cada vez mais sensibilizado pela problemática social, até tornar-se verdadeiro símbolo do clero progressista (RIDENTI, 2018, p.4).

Existiam dois modelos de Ação Católica e ambos tendiam para a especialização. No modelo italiano os grupos eram organizados por idade e/ou sexo (homens, mulheres, adultos e jovens), enquanto que no modelo belgo-francês os grupos se organizavam a partir dos diversos meios de vida e trabalho dos leigos (escola secundária, universidade, zona rural e indústria). No Brasil da década de 1950, a AC se especializou a partir dos meios de vida e trabalho, criando as Juventudes Agrária Católica (JAC), Estudantil Católica (JEC), Operária Católica (JOC), Independente Católica (JIC) e Universitária Católica (JUC). (BANDEIRA, 2010)

Já Movimentos de Natal é nome dado a um conjunto de eventos ocorridos na Arquidiocese de Natal-RN na década de 1960, que se tornou referência para outras dioceses do país. Um primeiro fenômeno aconteceu quando a Paróquia Nossa Senhora do Ó, na cidade de Nísia Floresta, viu-se em escassez de sacerdotes e o Arcebispo Dom Eugênio de Araújo Sales entregou a paróquia a um grupo de religiosas missionárias, com todo o poder de vigárias paroquiais, exceto nos sacramentos exclusivos aos sacerdotes. Cada religiosa ficou responsável por uma comunidade da paróquia e, dessa divisão paroquial, surgiram as primeiras CEBs da região. (FERREIRA, 2017, p.16)

Também compõe os Movimentos de Natal a Campanha da Fraternidade, criada em 1963 por Dom Eugenio Sales na Arquidiocese de Natal, a partir de sua inquietação ao considerar injusto pedir auxílio financeiro para as obras de caridade em outros países, enquanto que nenhum gesto concreto era feito na própria arquidiocese para conseguir recursos. No ano seguinte, em 1964 a organização da Campanha da Fraternidade passou para CNBB, que agregou a reflexão de uma problemática anual e a expandiu para todas as dioceses do país. Com a problemática refletida, a fé é provocada a se transformar em realidade concreta na vida das pessoas, e com os recursos arrecadados são patrocinados projetos de organizações diversas que atuem concretamente nas comunidades sobre essas problemáticas anuais. (SALES, 2018, p.15)

Outro Movimento de Natal foi o Movimento de Educação de base (MEB), que começou paralelamente nas arquidioceses de Natal e Aracaju nos anos 1950, aproveitando as estruturas humana e radiofônica das duas Igrejas para fornecer educação de base, com aulas via programas de rádio e encontros em salões de igrejas e capelas para sistematizar o aprendizado. As aulas eram dadas através de métodos ativos como a VER-JULGAR-AGIR e a Educação Popular de Paulo Freire.

A educação de base seria, então, esse mínimo fundamental de conhecimentos, em termos das necessidades individuais, mas levando em conta os problemas da coletividade, e promovendo a busca de soluções para essas necessidades e esses problemas, através de métodos ativos (FÁVERO, 2004, p.2)

Através da ação-reflexão-ação, de Paulo Freire, os trabalhadores do campo eram alfabetizados refletindo as realidades que viviam, construindo dessa forma uma aprendizagem significativa, que resultou na organização comunitária de vários trabalhadores em sindicatos e federações rurais. Por isso esse movimento foi apresentado, em 1961, pelo Arcebispo de Aracaju Dom José Vicente Távora ao recém-eleito Presidente da República, Jânio Quadros, recebendo seu apoio e passando a contar com recursos públicos para a sua execução em todo território nacional.

Efetivamente, foi D. José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju, que, a partir da experiência realizada por D. Eugênio Sales na Diocese de Natal e de sua própria iniciativa em Sergipe, formalizou à Presidência da República, em nome da CNBB, proposta de criação de amplo programa de alfabetização e educação de base, através de escolas radiofônicas (FÁVERO, 2004, p.1)

Com o golpe de 1964, o congresso declara vago o cargo de presidente, mesmo sem Jânio Quadros sair do Brasil. Inicia assim uma ditadura que assa a censurar as cartilhas do MEB produzidas por Paulo Freire e perseguir o movimento, inclusive com traições a Dom Távora dentro da própria igreja, o que resultou no enfraquecimento e total extinção do MEB

1.2.4 Teologia da Libertação

Essa necessidade de uma ação mais concreta da Igreja, diante das urgências sociais, fez acontecer dentro da estrutura eclesial eventos mundiais e latino-americanos que construíram o caminho por onde seguiram trilhando os teólogos libertadores. A cada passo dado era vivida uma fase da construção da Teologia da Libertação, que jamais parou de ser construída.

O Concílio Vaticano II marcou o início da primeira fase desta teologia, a preparação para o que viria a ser a Teologia da Libertação, concretizada na Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín. Nesta fase, o Concílio Vaticano II foi recebido na América Latina de forma criativa, pois em Medellín as deliberações conciliares não foram apenas transmitidas, mas foram refletidas à luz da realidade local para a construção das estratégias concretas de sua aplicação no sul do continente. (GIBELLINI, 1998, p.347)

A Conferência de Medellín foi bastante contundente tanto em suas análises, quanto em suas deliberações. E, seu documento final já deixa claro tais intenções ainda na introdução:

Não basta, certamente, refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da «palavra», mas já se tornou, com dramática urgência, a hora da ação. Chegou o momento de inventar com imaginação criadora a ação que cabe realizar e que, principalmente, terá que ser levada a cabo com a audácia do Espírito e o equilíbrio de Deus. Esta Assembleia foi convidada “a tomar decisões e a estabelecer projetos, somente com a condição de que estivéssemos dispostos a executá-los como compromisso pessoal nosso, mesmo à custa de sacrifícios” (II CELAM, 1968, INTRODUÇÃO).

Após Medellín, a Teologia da Libertação viveu sua segunda fase, trocando a euforia inicial pela prudência, conforme a *Teologia do Cativo e da Libertação* (1975), de Leonardo Boff, e *Do Paraíso ao Deserto* (1975), de Rubem Alves. Essa fase persistiu até a Conferência de Teologia nas Américas, em 1975, Detroit - EUA, quando a teologia latino-americana se encontrou com as teologias libertadoras negra³ e feminista⁴. (GIBELLINI, 1998, p.347)

Esse discurso de prudência, cativo e deserto revela a decepção dos que assistiram o silêncio da Igreja Católica que, nesse momento, era a única instituição livre diante da ditadura militar (1964-1985). Mas, ao invés de defesa, alguns teólogos sentiram sobre si o poder repressor da igreja, por isso o discurso da decepção é encontrado no texto de Leonardo Boff:

³ Surgiu nos EUA, influenciada pelo movimento por direitos civis de Martin Luther King Jr e Malcolm X, pela obra “Religião Negra” do historiador Joseph Washington e pelo movimento Poder Negro - *Black Power*. Identificam-se com o Cristo teologicamente negro, independente da possibilidade da pele também ser negra. (GIBELLINI, 1998, p.389)

⁴ Surgiu no EUA, quando um grupo de cristãs, lideradas por Elizabeth Cady Stanton, reuniram-se para analisar todas as passagens bíblicas sobre a mulher, publicando a obra *Woman's Bible*, em 1895. No âmbito Católico, foi fundada, em 1911, na Grã Bretanha, a “Aliança Internacional Joana D’Arc” difundindo que Deus transcende as diferenças sexuais, não é masculino, nem feminino. (GIBELLINI, 1998, p.415)

Um certo sentimento de desespero invadiu muitos grupos comprometidos. A Instituição da Igreja participou do desconcerto geral provocado pela ascensão de regimes fortes. Nem sempre se pode dizer que ela soube alimentar a esperança de quantos confiavam nela (BOFF, 1975, p. 9).

Essa decepção era partilhada por outros envolvidos nas lutas sociais como o Cardeal Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns e o Cardeal Presidente da CNBB Dom Ivo Lorscheiter, que passaram a denunciar a pobreza extrema e a violência da ditadura militar, tomando contra si a reação de Dom Eugênio Salles que insistia em proteger a imagem do Brasil no exterior negando as torturas. (LACERDA, 2010, p. 6-8)

Essa proteção da imagem do Brasil no exterior não era uma exclusividade de Dom Eugênio Salles, pois quando o Cardeal Vicente Scherer visitou os frades dominicanos na prisão e acolheu ao pedido de Frei Betto de conversarem a sós, ouviu o frei contar sobre as torturas e viu os hematomas dos religiosos que esperavam uma reação de apoio e a denúncia do que acontecia nas prisões brasileiras. (BETTO, 1987, p.107).

Mas não foi o que aconteceu, pois, o Cardeal Vicente Scherer, em seu programa radiofônico semanal *A Voz do Pastor* afirmou que "quem participa de um esquema comum com terroristas, que assassinaram inocentes a sangue-frio, assaltam e roubam, torna-se conivente com tais crimes e participa de sua responsabilidade"(BETTO, 1987, p.116). Além de aceitar a versão dos ditadores sobre os motivos da prisão dos frades, afirma sobre o Frei Betto que "neste Estado, muitas graves acusações pesam sobre o estudante dominicano de São Leopoldo. Em torno dele pairam os acontecimentos verificados no Rio Grande. Parece difícil que consiga desfazer as provas acumuladas contra ele e demonstrar a sua inocência." (BETTO, 1987, p.116)

Essas palavras do cardeal protegeram a imagem do país, dificultaram a situação dos religiosos e tomaram sentido na decepção de Frei Betto ao saber da ligação do Cardeal Vicente Scherer com o Coronel Jaime Mariath, que investigava os freis dominicanos. O Cardeal era informado sobre cada diligência destinadas à captura dos religiosos, inclusive sobre a invasão do Seminário de São Leopoldo, que culminou com a prisão e tortura de Frei Betto e, posteriormente, de outros frades e do Monsenhor Marcelo Carvalheira (BETTO, 1987, p.87).

Com isso, Frei Betto (1987, p.58) afirma que “uma parte da Igreja afastou-se historicamente da proposta evangélica. Trocou a aliança com o povo pela aliança com o poder. E o capital simbólico de nossa fé foi apropriado pelos opressores”. O capital simbólico católico foi apropriado pelos ditadores quando se revestiram do discurso eclesial de combater o comunismo, colocando-se como salvadores da fé, da ordem e da moralidade, enquanto que os religiosos que buscavam justiça social eram acusados de subversão tanto à ordem cível como às orientações da igreja.

Com essas posturas episcopais, vê-se divergências internas na CNBB. Os bispos conservadores tinham o apoio do Vaticano contra a ocupação da conferência pelos bispos progressistas, chegando ao ponto de Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Hélder Câmara serem proibidos de viagens internacionais; e do Diretório Litúrgico da CNBB, de 1977, que assimilaria a cultura popular nas celebrações, ser vetado pela Congregação do Culto Divino, em Roma, afirmando que a liturgia não deve descer ao povo, mas o povo deve ser elevado à liturgia, por isso proibiu a Missa da Terra Sem Males, de origem indígena e a Missa dos Quilombos, de origem negra. (LACERDA, 2010, p. 9-10)

Essa postura conservadora do Vaticano não era novidade e foi anunciada pelo Papa JOÃO PAULO II (1978, p.3-4) em sua mensagem *Urbi et Orbi* no dia seguinte à eleição papal. Nessa mensagem o novo papa apresentou os rumos de seu pontificado ao destacar o seu dever de conservar intacto o depósito da fé e a primazia do apóstolo Pedro sobre os demais, deixando claro sua preocupação com a doutrina e seu interesse de fortalecer o papel do papado sobre os bispados na Igreja. Além disso, nessa mensagem João Paulo II destaca o conceito de fidelidade como a adesão convicta ao magistério doutrinal, o respeito às normas litúrgicas e a observância ao que chama de “grande disciplina na igreja”, para garantir o que considerava ser a justa ordem.

Com isso, a relação entre a Igreja do Brasil e Roma já não estava boa e piorou quando, em 1978, o Secretário de Estado do Vaticano mandou uma carta com críticas e orientações à CNBB, que repercutiu na imprensa brasileira. Essa carta foi utilizada pelo Arcebispo de Aracaju e Vice-Presidente do CELAM, Dom Luciano Cabral Duarte, como causa para defender a renúncia do presidente da conferência. Além da carta, foi publicada no Vaticano a *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, com críticas a nova teologia. (LACERDA, 2010, p. 9-10)

Em seguida, o administrador da Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger (depois Papa Bento XVI), convocou Frei Leonardo Boff para dar explicações no Vaticano sobre o livro *Igreja, Carisma e Poder*, piorando o conflito da Igreja do Brasil com a romana. E, a prova dessa relação tensa é que dois cardeais, o Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns e o Presidente do CELAM Dom Aloísio Lorscheider acompanharam o teólogo a Roma para testemunhar em sua defesa. Porém, foram impedidos de acompanhar no interrogatório, com palavras de ironia do Cardeal Ratzinger, dizendo que a convocação do teólogo já era condenação implícita e era escândalo ele chegar acompanhado de dois anjos da guarda pagãos, apontando e chamando-os de Castor e Pólux. (LACERDA, 2010, p. 11-12)

Diante do mal-estar, o Cardeal Dom Ivo Lorscheider foi encontrar o Papa João Paulo II. No encontro, falou da recepção na opinião pública brasileira, tanto da carta da Secretaria de

Estado do Vaticano, quanto da condenação de Leonardo Boff a um ano de silêncio obsequioso e entregou-lhe um dossiê com as notícias sobre o documento que apareceram na imprensa, além de um abaixo-assinado na Arquidiocese de São Paulo, somando 2 milhões de correspondências pedindo revisão da pena do teólogo brasileiro.

Como reação, João Paulo II tentou limpar sua imagem com uma mensagem televisada contra a fome e a miséria no Brasil; organizou uma reunião entre a cúria e os principais bispos brasileiros; pediu aos conservadores para caminhar em comunhão; liberou uma série de livros da coleção “Teologia e Libertação” que havia sido proibidos por Ratzinger, visitou o Brasil; suspendeu a pena de Boff; e publicou “Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação (*Libertatis Conscientia*)” amenizando a instrução anterior sobre a Teologia da libertação (LACERDA, 2010, p. 14-16) que diz:

Na medida em que se empenha por encontrar aquelas respostas justas – penetradas de compreensão para com a rica experiência da Igreja neste País, tão eficazes e construtivas quanto possível e ao mesmo tempo consonantes e coerentes com os ensinamentos do Evangelho, da Tradição viva e do perene Magistério da Igreja – estamos convencidos, nós e os Senhores, de que a **teologia da libertação é não só oportuna, mas útil e necessária** (JOÃO PAULO II, 1986, grifo nosso).

Esse recuo diplomático do Papa João Paulo II dá um fôlego, mas não acaba com a fase do cativeiro, através da perseguição aos teólogos da libertação. Entretanto, a partir da Conferência de Detroit-EUA, a Teologia da Libertação se expande e começa a fase de sistematizar suas produções, repensar os próprios métodos e temas. Os principais nomes desse período são Leonardo Boff, Hugo Assmann, Rubem Alves e Gustavo Gutiérrez. (GIBELLINI, 1998, p.348)

Nessa fase de sistematização, além desses teólogos, a Teologia da Libertação ganha a contribuição da Conferência Episcopal Latino-americana de Puebla, em 1979, que assume o discurso da integralidade da libertação. Desta forma, para ser integral, a libertação passa a ser vista tanto pelos pecados interiores e pessoais, quanto pelos pecados sociais, que se dão nos âmbitos econômico, social, político e cultural (GIBELLINI, 1998, p.349-350)

Essa libertação integral humana de suas dependências, quando extrapola da vida do sujeito para a comunidade internacional, torna-se analogia da correlação entre colonização e desenvolvimento. Desta forma, a igreja passa a defender que a libertação de uma nação está atrelada ao seu potencial de se desenvolver, por isso “o conceito de desenvolvimento também foi incorporado por documentos do magistério como a *Mater et Magistra*, 1961; *Pace in Terris*, 1963; *Gaudium et Spes*, 1965; *Populorum Progressio*, 1967”. (GIBELLINI, 1998, p.352)

Apesar desses acontecimentos marcarem o rumo da Teologia da Libertação na América Latina, sua concretização se deu micropoliticamente, pela opção pessoal dos cristãos em favor dos pobres, como os bispos fizeram com o Pacto da Catacumbas. Sobre isso, Gibellini (1998,

p.353-355) afirma que a Teologia da Libertação se estrutura a partir de quatro elementos: a opção preferencial pelos pobres e as mediações socioanalítica, hermenêutica e prático-pastoral.

Na opção preferencial pelos pobres, “o teólogo da libertação faz a opção de avaliar a realidade social a partir dos pobres, de refletir teologicamente a partir da causa dos pobres” (GIBELLINI, 1998, p.354). Essa opção é política, ética e evangélica, por isso marca o lugar de fala do teólogo e já foi feita por vários católicos, como Léon Joseph Cardijn que, na infância, viu os colegas explorados em fábricas abraçando a luta por direitos e perdendo a fé, por isso criou a Juventude Operária Católica (JOC) sob o Método Ver, Julgar e Agir, para a fé ter sentido na vida operária deles (MURARO, 1985, p.18). Outro caso é a Irmã Ivone Gebara que, morando na periferia de Camaragibe com mulheres vulneráveis, passou a enxergar a opressão social sobre as mulheres e passou a defender o feminismo. (ROSADO-NUNES, 2006, p. 295)

Pela mediação socioanalítica, a Teologia da Libertação se difere das demais por não se construir utilizando apenas da mediação filosófica, mas também e privilegiando as ciências sociais.

Basta pensar no platonismo na época patrística, no aristotelismo na época escolástica, ou então na temática moderna do transcendental na teologia de Rahner; a teologia da libertação, que parte da práxis e visa a práxis, utiliza, ao invés, as ciências sociais, privilegiando a mediação socioanalítica (GIBELLINI, 1998, p.355).

Pela mediação socioanalítica, uma determinada situação política e social é lida e essa situação determina a forma como é utilizada a mediação hermenêutica, para que as escrituras sagradas e a tradição cristã não sejam interpretadas de forma abstrata, mas a partir da situação lida. E, essas duas mediações resultam na mediação prático-pastoral que produz a práxis da libertação, pois “a prévia assunção da mediação socioanalítica e da mediação hermenêutica garante uma correta articulação da relação entre teologia e prática” (GIBELLINI, 1998, p.356).

Partindo da situação social para a Teologia, ao invés do contrário, a Teologia da Libertação instrumentalizou as comunidades que existiam a julgarem suas vidas pelas Escrituras Sagradas e pelos princípios do Cristianismo, tornando-se as CEBs. Desta forma, quaisquer situações sociais poderiam ser lidas teologicamente e isso fez com que esta teologia se transformasse em “teologias” negra, feminista, ecologista, ou diversas outras cujas situações sociais provoquem.

Com isso,

Novos horizontes e desafios foram despontando e ampliando o campo de interesse das comunidades, como os temas da cultura, etnia, gênero, subjetividade, ecologia, espiritualidade, ecumenismo, diálogo inter-religioso etc. São temas complexos que vão ampliando sua visão, exigindo nova reflexão e disponibilidade, mas que se inserem dialeticamente, sem ruptura, na dinâmica das opções irrenunciáveis que traduzem o universo das CEBs (TEIXEIRA, 2018, p.4)

1.3 COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

Da Teologia da Libertação, como teologia nascida do lugar de fala, para o surgimento das CEBs foi bastante rápido, pois várias comunidades e grupos católicos que já existiam foram convertendo suas práticas de fé. Além dessas, outras comunidades foram surgindo pelas experiências dos círculos bíblicos nas periferias e nas comunidades da zona rural.

Frei Betto, no Livro *O que é Comunidades Eclesiais de Base*, de 1985, descreve as CEBs através de um processo evolutivo que começa com os círculos bíblicos em grupos pequenos, de até 15 pessoas, reunidas semanalmente em uma rua, fábrica, sindicato, capela rural, associação de bairro, etc. Quando a quantidade de pessoas nesses círculos cresce, são criados outros círculos, eleitos animadores e coordenadores e, na explicação do autor, quando se tem vários círculos coordenados, têm-se comunidades.

Em várias igrejas pelo mundo surgiram pequenas comunidades similares às CEBs. Em um estudo comparativo entre a Comunidade *San Paolo* (Roma-IT) e a Prelazia de São Félix do Araguaia (Mato Grosso-BR), Souza (2011) afirma que ambas as pequenas comunidades se baseiam em dois elementos: o cumprimento das decisões do Concílio Vaticano II e a ligação dos membros a seus líderes.

No caso italiano, foram entrevistados Gianni Novelli e Giovanni Franzoni, dois líderes das Comunidades Cristãs de Base (CCB), em que pessoas com formação superior – jornalistas, professores, assistentes sociais, ex-padres, médicos e outros – dedicam-se a discutir diversos assuntos atuais como imigração, ecologia, conflitos na Palestina, o papel da linguagem no mundo contemporâneo, etc.

Franzoni manifestou-se, em entrevista realizada para esta pesquisa, afirmando que acredita que o papel do líder é diferente nas diversas comunidades de base, sendo que, quando o líder é um sacerdote, sua ausência é mais sentida, mas que, algumas comunidades conseguiram desprender-se do papel do líder “sacerdote” e desenvolver sua autonomia (SOUZA, 2011, p. 12).

No caso da América Latina, foi entrevistado Dom Pedro Casaldáliga e perceberam que essa dependência de um líder sacerdotal não aconteceu da mesma forma nas comunidades latino-americanas:

No caso da Prelazia de São Félix do Araguaia, os grupos pastorais são coordenados por leigos, mas Pedro Casaldáliga tornou-se uma grande referência não só para os leigos da comunidade que coordena, como também para outras comunidades, principalmente, para aquelas ligadas à Comissão Pastoral da Terra e ao Conselho Missionário Indigenista (SOUZA, 2011, p.12).

Isso ocorre porque, graças a influência da Teologia da Libertação e das Conferências Episcopais Latino-americanas, tais comunidades se caracterizam pela vivência da fé no cotidiano da vida e têm como desafios de fé, as questões sociais. Por isso, as Comunidades de Base, Comunidades Cristãs de Base ou Pequenas Comunidades precisaram ter a sua

eclesialidade reafirmada de várias formas, inclusive na definição do próprio nome, Comunidades Eclesiais de Base.

O termo “comunidade” que nomeia as CEBs tem sujeitos, espaços e fé como fatores determinantes, pois a construção se dá por pessoas que compartilham o mesmo local de vivência, seja o bairro, a escola, o local de trabalho ou outro local de convívio em que a fé seja o elemento aglutinador. Em Machado (1999) o estudo do conceito de comunidade das CEBs nos vários autores aponta para isso, porém destaca que a CEBs se fazem comunidade por possuir um alto senso de comunitariedade e reduzir os individualismos, por isso seus membros se preocupam uns com os outros e o elemento disparador desse comportamento é a fé, que faz essas comunidades não serem apenas sociais, mas também eclesiais.

Esse termo “eclesiais” no nome das CEBs, segundo Barreiro (1986) se dá por três motivos: a leitura, meditação e celebração comunitária da Bíblia; a comunhão entre as CEBs; e a comunhão com as igrejas locais. O uso comunitário da Bíblia está na origem das CEBs, pois é através dos círculos bíblicos que as comunidades nascem, refletem e organizam suas práticas, tornam-se rede de comunidade com outras CEBs e paróquias. Além desses três elementos, vale destacar que a fé vivida pelas CEBs possui um ideal ecumênico e dialógico, por isso acolhe em seus grupos quem não comunga de mesma fé, mas comunga dos mesmos ideais comunitários. Nisso se concretiza o termo “Católica” no nome da Igreja, que significa universal, acolhe a todos no território circunscrito, mesmo que não professem sua fé.

Por essas concepções, a eclesialidade das CEBs é tida como a concretização “radicalmente fiel da autocompreensão e da auto-realização da Igreja dos três primeiros séculos” (BARREIRO, 1986, p.302). A igreja dos três primeiros séculos, chamada Igreja Primitiva, é perseguida sua união ao Estado, por isso é a referência para a maioria dos discursos oficiais da igreja atual, principalmente por resguardar a fé mais genuína e mais próxima, inclusive em tempo, da revelação recebida pelos apóstolos. Essa igreja dos primeiros séculos está presente, em parte, no Novo Testamento sob o termo *ekklesia*, significando uma igreja universal que se concretizava pela existência das diversas comunidades locais que, por sua vez, concretizam-se em comunidades menores nas assembleias durante os cultos.

Semelhantemente, as CEBs exercem sua eclesialidade pela celebração, que proporciona formação e comprometimento eclesial:

Já nas reuniões dos pequenos núcleos que formam as CEBs estão presentes os elementos fundamentais do culto cristão: leitura e meditação da Palavra de Deus, oração, cantos etc, por uma parte, e a comunhão fraterna, a entrega da própria vida a Deus e aos irmãos no seguimento de Jesus Cristo, por outra parte. Mas onde a consciência de ser Igreja adquire maior visibilidade e densidade é, obviamente, nas celebrações maiores que reúnem vários grupos, constituindo uma única assembleia cultural (BARREIRO, 1986, p.311).

Mesmo quando o culto é a missa, cuja estrutura é fixa, o uso criativo dos símbolos pelas CEBs mantém o caráter comunitário da celebração através da acentuação da parte que a comunidade deseja enfatizar. Se a comunidade precisa se perdoar, acentua-se o rito penitencial; se deseja confraternizar, a ênfase será maior no abraço da paz; se está em evento ou época formativa a palavra e a homilia terão maior ênfase. Desta forma, celebram a vida da comunidade, não vão por ir, mas pela comunhão, ou seja, eclesialidade que desejam ter com toda a comunidade local e universal. (BARREIRO, 1986, p.317)

Já a característica de base presentes no nome das CEBs é apresentada por Boff (1986, p. 20) sob quatro sentidos. O primeiro é teológico e se dá em Jesus e no Evangelho, como base, ou motivo, da organização comunitária. O segundo é sociológico e se caracteriza na CEBs se compor de uma maioria de pessoas destituídas do poder, ter ou saber, por isso representam a base da pirâmide social. O terceiro é pedagógico, uma vez que é estratégico que as ações ocorram da base para o topo para ser mais consistentes. O terceiro sentido é antropológico, pois em pequenos grupos ou comunidades as pessoas partilham a fé e se ajudam mutuamente com maior facilidade, do que em assembleias gigantes de pessoas desconhecidas.

Além do que já foi exposto de maneira geral sobre as CEBs, vale detalhar melhor o que a igreja, a academia e as próprias comunidades falam sobre essa forma de ser igreja, por isso seus discursos são detalhados em seguida.

1.3.1 Discurso da Igreja

O primeiro discurso é o da igreja, pois ao serem percebidas dentro das paróquias, as CEBs passaram a aparecer nos documentos oficiais da Igreja Católica, tanto os documentos do Vaticano, quanto do CELAM e da CNBB. Por isso, tais documentos serão alvo de análise na sequência.

Em 1975, o Papa Paulo VI publicou a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* sobre a evangelização na contemporaneidade, com reflexões oriundas do Sínodo dos Bispos, de 1974. Nessa exortação, o papa aborda a percepção da igreja universal sobre pequenas comunidades que se via surgindo nas igrejas locais, buscando refletir sobre o que são e qual o seu papel na missão da igreja.

O Sínodo ocupou-se largamente destas "pequenas comunidades" ou "comunidades de base", dado que, na Igreja de hoje, elas são freqüentemente mencionadas. O que vêm a ser tais "comunidades" e por que é que elas hão de ser destinatárias especiais da evangelização e ao mesmo tempo evangelizadoras? Florescentes mais ou menos por toda a parte na Igreja, a ater-nos ao que sobre isso se disse em vários testemunhos ouvidos durante as sessões do último Sínodo, essas comunidades diferem bastante entre si, mesmo dentro duma só região, e, mais ainda, de umas regiões para outras (PAULO VI, 1975, n. 58).

Essa novidade do surgimento das comunidades traz junto a constatação de que tais comunidades são diferentes entre si, mesmo sendo uma mesma expressão de Igreja e, essa diversidade de formas de existir provocaram a dificuldade de produzir um conceito que contemple a totalidade do que eram essas pequenas comunidades.

Ou elas intentarão congregar para ouvir e meditar a Palavra, para os sacramentos e para o vínculo da ágape, alguns grupos que a idade, a cultura, o estado civil ou a situação social tornam mais ou menos homogêneos, como por exemplo casais, jovens, profissionais e outros; ou ainda, pessoas que a vida faz encontrarem-se já reunidas nas lutas pela justiça, pela ajuda aos irmãos pobres, pela promoção humana etc. Ou, finalmente, elas reúnem os cristãos nos lugares em que a escassez de sacerdotes não favorece a vida ordinária de uma comunidade paroquial (PAULO VI, 1975, n. 58).

Porém, a maior preocupação do Papa Paulo VI, nesse documento, não era a diversidade existencial das comunidades, mas as informações transmitidas pelos bispos sobre o perfil crítico de seus líderes à hierarquia da igreja e sua aproximação a correntes político-ideológicas.

Estas têm, portanto, como sua característica uma evidente atitude de censura e de rejeição em relação às expressões da hierarquia da Igreja. Elas contestam radicalmente esta Igreja. Nesta linha, a sua inspiração principal bem depressa se torna ideológica e é raro que elas não sejam muito em breve a presa de uma opção política, de uma corrente e, depois, de um sistema, ou talvez mesmo de um partido, com todos os riscos que isso acarreta de se tornarem instrumentos dos mesmos (PAULO VI, 1975, n. 58).

Essa não era uma preocupação para a igreja da América Latina, pois o Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), fundado na Conferência do Rio de Janeiro (1955), realizou outras quatro conferências para discutir a situação real e concreta da vida no continente: Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007).

Dessas, a Conferência de Medellín, já bastante citada anteriormente, marcou a concretização da teologia da libertação como a teoria que deu sentido religioso a toda prática social das CEBs, principalmente ao afirmar que se “toda libertação já é uma antecipação da plena redenção de Cristo, a Igreja na América Latina sente-se particularmente solidária com todo esforço educativo tendente a libertar nossos povos”. (MEDELLÍN, 1979, p.23)

Com esse compromisso, a Conferência de Medellín se estruturou sob três temáticas centrais: ‘Promoção Humana’, ‘Evangelificação’ e ‘As estruturas da Igreja’. E, em seu documento final, as CEBs aparecem como a base da estrutura da igreja latino-americana, que é composta, horizontalmente, por comunidades cristãs de base, paróquias, vicariatos forâneas, zonas, dioceses, conferências episcopais nacionais e organismos continentais.

Porém, as palavras de Clodovis Boff, em ‘A originalidade histórica de Medellín’, apontam que o importante “não é o ‘Medellín histórico’, o que se passou de fato na Assembleia do CELAM de 1968; mas sim o ‘Medellín querigmático, o que ele representa em termos históricos” (BOFF, 2018, p.1). Nas palavras deste autor, Medellín impressionou pela audácia de criar a expressão Igreja Latino-americana, que deu caráter fundante ao seu texto final e

postura patristica aos bispos presentes. E, foi essa sensação que fez seu irmão, Leonardo Boff, criar a expressão *eclesiogênese*, como a igreja que está nascendo na América Latina.

Nas conferências seguintes, ocorridas em Puebla, Santo Domingo e Aparecida, as CEBs continuam aparecendo como parte da estrutura da igreja, portanto é tanto o meio quanto o foco da evangelização, porém sem o tom de novidade trazido por Medellín, cabendo às conferências episcopais abordar suas realidades mais próximas. Representando a igreja do Brasil, a CNBB publicou dois documentos específicos sobre as CEBs: “As comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil”, publicada em 1982, e “Mensagem ao Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base”, publicada em 2010.

No primeiro documento da CNBB sobre as CEBs, em 1982, os bispos brasileiros destacaram que as comunidades não nasceram espontaneamente, nem são frutos de quaisquer decisões da igreja, mas de conversões pastorais que influenciaram toda a igreja brasileira.

As CEBs nasceram nutridas por estas idéias-chave, entre as quais se podem salientar:
- A igreja como povo de Deus, - A Igreja como sacramento da união com Deus e entre os seres humanos, - O papel insubstituível do leigo e sua missão na igreja e no mundo.
(CNBB, 1982, n.12).

Já em 2010, os bispos reiteraram o que disseram em 1982 e acrescentaram questionamentos atualizados sobre os novos desafios as CEBs mantenham a sua eclesialidade caracterizada pelo uso da Bíblia, pela busca de relações fraternas e pela celebração dos mistérios cristãos em suas vidas, como motivação ao compromisso de transformar a sociedade.

Com as grandes mudanças que estão acontecendo no mundo inteiro e em nosso país, as CEBs enfrentam hoje novos desafios: numa sociedade globalizada e urbanizada, como viver em comunidade? Nascidas num contexto ainda em grande parte rural, serão capazes de se adaptar aos centros urbanos, que têm ritmo de vida diferente e são caracterizados por uma realidade plural? (CNBB, 2010, p.2).

Esses desafios apresentados pela CNBB resumem o discurso eclesial sobre as CEBs nas três instâncias oficiais, o Vaticano, o CELAM e a CNBB. Neste discurso, as CEBs aparecem como pequenas comunidades que nasceram rural, compostas por pessoas comuns, vinculadas a uma paróquia, comprometidas com a luta por justiça social graças a influência de decisões pastorais da Igreja Católica no Concílio Vaticano II, na Conferência de Medellín e pós fundação da CNBB. Mas, também são comunidades que causam preocupação a uma parcela da igreja pela crítica, vista as vezes como oposição, à hierarquia da Igreja.

1.3.2 Discurso Acadêmico

Além das publicações eclesiásticas, há publicações científicas que ajudam a entender as CEBs como vivências que se concretizam distintamente no dia a dia das igrejas latino-americanas. No campo das Ciências da Religião os textos, já apresentados como Estado da Arte na introdução dessa dissertação, serão retomados neste tópico junto a textos de outras áreas para

caracterizar o discurso acadêmico sobre as CEBs, ao mesmo tempo que apresentam os diversos contextos em que essas comunidades se organizaram.

O conceito de comunidade utilizado pelas CEBs é refletido nas publicações de seus assessores Carlos Mesters, João Batista Libânio, Leonardo Boff, Frei Betto, Pedro Ribeiro de Oliveira e CNBB. Nos textos do teólogo Carlos Mester a palavra comunidade aparece como sinônimo de povo humilde, excluído e marginalizado, que se reúne para a leitura da Bíblia e “que conhece cada membro, que vive situações de vida em comum, partilhando suas misérias, alegrias, carências e vontades.” (MACHADO, 1999, p.105)

Nos textos de João Batista Libânio, a comunidade é rural, territorialmente formada de pequenos grupos, de pessoas pobres e desindividualizada, pois todas as atitudes devem ser pensadas em grupo e para o grupo. Já nos textos do teólogo Leonardo Boff, o autor identifica a noção de comunidade das CEBs pela distinção com outros modelos de comunidades, uma vez que o elemento que cultiva a comunitariedade das CEBs não é o esporte, a arte, a música, o folclore, o consumo, a defesa dos direitos humanos, etc., como outras comunidades, mas é a vivência disso tudo em função de uma consciência cristã. (MACHADO, 1999, p.106-107)

No sociólogo Pedro Ribeiro o conceito de comunidade passa também pela distinção das comunidades representada pelas CEBs com uma homogeneização religiosa, das comunidades de massa com uma religião privada a cada indivíduo ou seu grupo familiar. Nas CEBs, como comunidades locais a limitação geográfica da comunidade é marcada pelo aglomerado humano, mesmo que ultrapasse limites territoriais definidos. (MACHADO, 1999, p.112)

Em Frei Betto, o conceito de comunidade se baseia em uma nova ordem popular, com sujeitos plurais que convivem em comum, que entendem o seu papel na história e que aprendam uma consciência de classe que os tornem capazes de identificar os problemas específicos de cada classe, seus mecanismos causadores e as formas de resolução em conjunto, tendo o cristianismo como motivador de todo esse processo. (MACHADO, 1999, p.110). O conceito de comunidade da CNBB foi refletido no tópico “Discurso da Igreja” dessa dissertação

Esses modelos de comunidades católicas são considerados, em alguns textos, como uma consequência do Concílio Vaticano II e de sua recepção pelas conferências do CELAM:

Os novos ares do Concílio Vaticano II sopraram de modo singular na Igreja Católica Romana na América Latina. Desde Medellín a Puebla, eventos continentais que marcaram a história desta igreja, começou a surgir no seio dela mesma um tipo de vivência eclesial que grassou de chamar Comunidade Eclesial de Base. (LOPES, 2010, p. 20).

Porém, mesmo considerando o Concílio Vaticano II e as conferências episcopais como marcos importantes, não podem ser esquecidos outros eventos que também marcaram o desenvolvimento das CEBs no Brasil, como a ditadura civil-militar iniciada em 1964, a reação

de religiosos, como Dom Helder Câmara e Frei Betto, à ditadura, e o surgimento da Teologia da Libertação, como a doutrina que deu coerência religiosa aos movimentos de libertação social na América Latina (DOMEZI, 2006, p. 60-61)

Esse ideal de libertação social já existia no catolicismo popular do Brasil Colônia até ser combatido pelo processo de romanização do século XIX. Porém, na década de 1960, vários movimentos religiosos fizeram ressurgir esse ideal libertador como a Ação Católica Brasileira, Movimento de Educação de Base e o Movimento Nízia Floresta na diocese de Natal, a criação dos círculos de cultura liderados pelo educador Paulo Freire, com *alfabetização libertadora* nas periferias de São Paulo, e a propagação das Juventudes Operaria Católica (JOC), Agrária (JAC), Estudantil (JEC), Independente (JIC) e Universitária (JUC) (PERALÍAS, 2005, p. 50)

Apesar de parecer que as CEBs substituíram o catolicismo popular, a maioria dos textos apontam para uma resistência do catolicismo popular em experiências próprias. No Acre, há uma coexistência entre o catolicismo popular e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (RESEX), situada no Rio Caeté. Porém, no que a autora chama de Catolicismo Popular da CEBs, os santos aparecem substituídos pelos mártires da caminhada, a espiritualidade passa a pautar-se no engajamento comunitário e o Reino de Deus é descrito como a utopia de uma sociedade mais justa e fraterna. Essa substituição é atribuída à influência da Teologia da Libertação (FARIA, 2002)

Em Gurupá, no Pará, há dois casos que atestam tanto a coexistência quanto a ruptura, entre o catolicismo popular e a CEBs. A Irmandade Nossa Senhora de Nazaré, em terra-firme, às margens do rio Jocojó, tornou-se comunidade ao redor de sua capela e, ao se tornar CEBs, continuaram com as devoções e festas dos padroeiros. Já na Irmandade de Santana, em área de várzea sobre o rio Moju, não havia histórico comunitário, pois, a devoção popular dependia de as pessoas irem venerar o santo no galpão do patrão e, com a Teologia da Libertação, começaram círculos bíblicos que os transformaram em comunidade que, de forma crítica, romperam com essa devoção coordenada pelos patrões. (LOPES, 2013).

Por essa vertente dialética da Teologia da Libertação, as CEBs apresentam também uma coexistência com comunidades quilombolas, compondo juntas uma etnicidade intitulada pelos antropólogos Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p.103-104) de Teoria do Colonialismo interno. Na teoria, a etnicidade é encarada como solidariedade e conscientização política entre os penalizados pelas desigualdades de recursos e poderes, que se juntam para combater à lógica de dominação imposta por essas desigualdades mantidas pelo grupo privilegiado sobre os grupos penalizados nos processos de modernização, conforme os casos a seguir.

Oliveira e Rodrigues (2016, p.161) apresentam, no Município São Mateus, no Espírito Santo, uma CEB's em comunidade quilombola originária de negros abandonados após a abolição. Essa CEB's deu caráter de comunidade a aquele grupo de pessoas, congregou-os para resistir às tentativas de perda de território e possibilitou que fossem resgatados os elementos da etnicidade necessários à avaliação da Fundação Palmares para seu reconhecimento quilombola.

O'Dwyer (2016, p.270-271), relata a liderança de Maria Rosalina dos Santos na CEB Quilombola Queimada Nova, no Piauí, participando também da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Sindicato Rural, em 1992, com filiação de todos os moradores adultos. A luta dessas pessoas, com diversos envolvimento de militância social, está dedicada a construir as identidades quilombolas através da luta pela terra, com a expulsão dos fazendeiros e a reivindicação da titulação de comunidade quilombola.

Dantas (2016, p.92-110) aborda a CEBs Quilombola de São Sebastião da Boa Vista, em Santos Dumont, Minas Gerais, em suas três fases históricas. Na primeira, até 1983 o povoado se chamava Corujas e as relações se davam por parentesco ou vizinhança, sob a prática do catolicismo popular com novenas, terços, ladainhas e procissões. Na segunda, tornaram-se CEBs por um trabalho de base na década de 1980, com a divisão de funções (ou ministérios), criando pastorais e fincando uma cruz no centro do povoado, onde passaram a se reunir. A terceira fase é marcada pela Pastoral do Negro realizando missas afro, encontro anual em 20 de novembro, fundação do Movimento Negro e da Associação Comunitária Zumbi dos Palmares, que organizou e submeteu o processo de reconhecimento quilombola à Fundação Palmares.

Essa liberdade das CEBs em ser católica e mesmo assim respeitar a etnicidade quilombola reflete a visão acadêmica de ver as CEBs a partir de sua vivência das deliberações do Concílio Vaticano II. Porém, além do concílio os textos apontam também a contribuição da Ação Católica, das Juventudes Católicas, do Movimento de Educação de Base, do Movimento Nízia Floresta, do Método de Alfabetização de Paulo Freire e, principalmente da adesão à Teologia da Libertação após a Conferência Episcopal de Medellín, que tornou os seus membros militantes por justiça social. Tal militância colocou os vários membros das comunidades e alguns clérigos sob punição pela ditadura militar e pela própria Igreja, fortalecendo discurso da necessidade de lutar contra estruturas antidemocráticas, inclusive na Igreja.

1.3.3 Discurso próprio das CEBs

Após o discurso sobre as CEBs, tornou-se necessário o discurso das CEBs sobre si. Para isso, esse tópico reflete os Encontros Intereclesiais das CEBs (Apêndice A), que são assembleias para avaliar e planejar ações. Surgidos no Brasil, os encontros expandiram para México, Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai, Equador, Venezuela e Honduras. Além da

América Latina, em 2002 aconteceu o I Encontro Intereclesial dos EUA, em San Antônio, Texas (DOMEZI, 2006, p.13)

O I Encontro Intereclesial ocorrido de 6 a 8 de janeiro de 1975, em Vitória, Espírito Santo, teve a intenção de reunir os bispos simpáticos às CEBs para partilhar experiências e contou com a participação de cerca de 70 pessoas de 12 Estados brasileiros. Esse encontro teve como tema “Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus”, nomeando a fase de nascimento e expansão das CEBs de *Eclesiogênese*. (TEIXEIRA, 1997, p.4). Esse nome surgiu durante um momento de lazer após o fim do encontro, conforme relatado por Leonardo Boff:

A palavra *eclesiogênese* foi inventada num momento de lazer, que naturalmente são os mais criativos, na Praia Grande, na cidade de Vitória, Espírito Santo. Depois do primeiro encontro de representantes das Comunidades Eclesiais de Base, com teólogos, assessores, padres, religiosos, religiosas e bispos em 1975, o bispo Dom Luis Fernandes, Frei Betto e eu, sentados na areia sob um sol escaldante, comentávamos o que havíamos vivido naqueles dias. Como leigos, homens e mulheres assumiam responsabilidades na Igreja e criavam formas novas de comunhão e serviço (BOFF, 2008, p.11, grifo do autor).

Uma vez que esse encontro ainda não contava com representantes das comunidades, o discurso oral e escrito sobre as CEBs ainda não foi produzido pelas pessoas que viviam o seu cotidiano, mas a partir de bispos, sacerdotes, religiosos, teólogos e agentes especializados que observavam o que estava nascendo. “Até então praticamente reinava um duplo silêncio teológico. Silêncio sobre as CEBs. Silêncio das CEBs”. (LIBANIO, 1979, p.766)

Um ano e meio depois, de 29 de julho a 1 de agosto de 1976, também em Vitória, Espírito Santo, aconteceu o II Intereclesial com a presença de aproximadamente cem pessoas, de dezessete Estados brasileiros, fortemente influenciado pela atmosfera da Teologia da Libertação na análise de temáticas libertadoras existentes nas comunidades (TEIXEIRA, 1997, p.5). Este encontro contribuiu na construção da identidade eclesial das CEB, principalmente pela participação de sete bispos que deram oficialidade ao encontro e acolhimento aos discursos que começavam a ser construídos sobre essas comunidades.

Além do reconhecimento pela Igreja, a eclesialidade das CEBs começa a se torna visível nesse encontro, a partir de quatro elementos: a fé presente nas comunidades como a não aceitação de misérias ao confiar na força do Evangelho confrontado com a vida; a celebração dos momentos da vida da comunidade; a comunhão não somente sacramental, mas de vida entre as pessoas; e a missão, seja profética, no anúncio de Jesus e denúncia de forças contrárias à sua proposta, seja pastoral ao cuidar das vítimas às forças contrárias (BOFF, 1986, p. 99-101).

Diferentemente do primeiro:

Ao terminar o II Encontro interequesial de Vitória, por decisão da Assembléia, ficou a equipe de João Pessoa encarregada de organizar o seguinte Encontro. E como tarefa lhe cabia dirigir-se ao maior número possível de CEBs, que estivessem dentro do espírito que presidira os Encontros anteriores, pedindo-lhes que relatassem os meios usados para conhecer a realidade em que trabalham. Quem fala? As bases. Quem

provoca a fala? A comissão preparatória do Encontro, isto é, uma instância eclesial oficial, sob a presidência de um bispo (LIBANIO, 1979, p.769).

A presença de um bispo presidindo a comissão organizadora garantiu a eclesialidade do III Encontro, de 19 a 23 de julho de 1978, em João Pessoa, Paraíba, que contou com a participação de cerca de 200 pessoas. Dentre esses, 2/3 dos participantes eram pessoas simples e pobres, quatro deles eram representantes de comunidades evangélicas e um cacique indígena. (TEIXEIRA, 1997, p.6-7)

A partir do trabalho desta comissão, foram colhidos mais de 160 relatórios contando a vida das comunidades. Esses relatórios foram discutidos entre as CEBs da mesma região, antes de serem levados ao Intereclesial, fazendo deste encontro um marco por superar o discurso sobre as CEBs e abrir espaço para um discurso das CEBs. (LIBANIO, 1979, p.767)

Essa novidade de construir relatórios para serem apresentados pelos representantes durante o Intereclesial, permitiram às comunidades sistematizar suas experiências, porém garante também à Igreja as informações preciosas sobre o que acontece nas comunidades.

Segundo João Batista Libânio:

O fato de as bases escreverem os relatórios não rompe por si mesmo os mecanismos de poder, de domínio. Antes, pode mesmo assumir nova forma mais sofisticada. O ato de relatar reflete a continuação da presença do poder da Igreja dentro da CEB. O ato de produção do discurso é comandado pela vontade de saber da Igreja (LIBANIO, 1979, p.769).

Essa preocupação se concretizou pois, graças a esses relatórios, a Igreja percebeu uma abertura das CEBs para a atuação no âmbito político que justificou discussões, no encontro, sobre a identidade dessas comunidades (TEIXEIRA, 1997, p.8). Tais conhecimentos colocaram as autoridades eclesiásticas em posição privilegiada diante dos membros das comunidades que, nesse momento, não conheciam o fenômeno das CEBs para além de suas próprias comunidades, por isso, o mesmo autor insiste que:

A pergunta coloca-se se houve em João Pessoa ou está prevista pela mecânica do Encontro o segundo movimento do poder: a devolução, a socialização, a democratização dos conhecimentos, a fim de que as CEBs aumentem sua consciência, disponham mais claramente de si, modifiquem ou reforcem suas práticas em liberdade e autonomia, rompendo vínculos de estreita dependência do grupo restrito da Instância oficial (LIBANIO, 1979, p.771).

Essa socialização de informações das CEBs, com os membros das próprias comunidades, contribuiu com a construção da identidade desejada. Para isso, a organização do encontro pensou os mecanismos dessa socialização: redigir os relatórios nas comunidades em grupos, difundido livremente aos membros; realizar assembleias regionais entre as comunidades para difundir os relatórios; realizar o Encontro Nacional com intercâmbios democráticos de informações; após o Encontro Nacional, os participantes deveriam repassar às

comunidades os dados colhidos e a coordenação deveria reunir todo o material produzido para ser publicado (LIBANIO, 1979, p.772-774).

No IV Intereclesial, de 20 a 24 de abril de 1981, em Itaici, São Paulo, percebeu-se que o evento assumia proporções nacionais e parecia ser Encontro Nacional de CEBs, por isso houve quem defendesse que sua organização passasse às mãos da CNBB. Porém, não havia tempo para consultar as bases sobre quem organizaria e Dom Gilberto, bispo de Campinas, resolve receber o Intereclesial em Itaici, sob a coordenação do Padre Oscar Beozzo (LIBANIO, 1981, p.144). Quanto a definição da natureza dos Intereclesiais, coube aos assessores dizer que:

Não se trata de um Encontro Nacional de Comunidades de Base. Nesse caso, caberia realmente à CNBB sua organização. Mas ele é um Encontro Intereclesial, isto é, são Igrejas que se convidam mutuamente a reunir-se, sendo que uma delas assume a responsabilidade da coordenação geral (LIBANIO, 1981, p.144).

Esta definição da natureza do encontro e o acolhimento de Dom Gilberto, permitiu que o Intereclesial acontecesse:

... com a participação de cerca de 250 pessoas. A escolha do tema refletia o novo momento da caminhada das CEBs, preocupadas agora com a questão da organização dos pobres, suas lutas reivindicatórias, sindicais e político-partidárias: "Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação." Este tema central foi subdividido em quatro temas específicos, um para cada dia do Encontro: a. participação da Igreja a serviço do povo; b. solidariedade no mundo da moradia; c. serviço na política; d. justiça no mundo do trabalho (TEIXEIRA, 1997, p. 10).

Essa preocupação dos delegados do Intereclesial com organização político-partidária das CEBs era consequência do contexto de redemocratização e do anseio de maior participação política. Tal anseio despertou expectativas da imprensa sobre o Intereclesial e alguns repórteres se credenciaram para cobrir o encontro, esperando que dele saísse um novo partido político ou uma vinculação das comunidades ao Partido dos Trabalhadores, mas Dom Aloísio Lorscheider e Dom Paulo Evaristo Arns desfizeram essas expectativas.

Essas expectativas sobre as CEBs, impuseram às comunidades uma responsabilidade em viver a política como serviço de uns para os outros, sem corresponder às acusações da imprensa, desmentidas pelos clérigos de que as CEBs se tornariam partido político. "Neste Encontro Intereclesial ficou muito claro que as CEBs, em razão de sua inscrição religiosa, não podem se transformar em células partidárias. Isto não significa, porém, que elas devam se eximir da educação política" (TEIXEIRA, 1997, p.11).

Apesar das defesas episcopais, as CEBs continuaram tendo relação conflituosa com a imprensa. Em alguns momentos deste Intereclesial muitos participantes foram hostis a fotógrafos e repórteres. Essa hostilidade pela imprensa se justificava na forma como as notícias das CEBs eram apresentadas, pois era comum que os católicos envolvidos com camadas populares fossem chamados comunistas (LIBANIO, 1981, p.149).

Nesse clima, as discussões do Intereclesial aconteceram em subgrupos em que as bases tiveram que responder as perguntas:

As CEBs são uma expressão da presença do povo oprimido na Igreja? Desde o início de 1978 (ano do II Intereclesial) tem havido conflitos em sua Igreja, por causa desta participação popular? No conflito, as CEBs foram apoiadas ou reprimidas? De que modo as CEBs estão contribuindo para criar a organização do povo nos bairros e no campo? As CEBs estão contribuindo para estas lutas? Colaborando com outros movimentos? (LIBANIO, 1981, p.146).

Dessas discussões emergiram relatos diversos das lutas no campo e nas cidades. No campo foram identificados conflitos com empresas agroindustriais, grileiros, autoridades coniventes com latifundiários, pistoleiros encomendados a matar, o governo com empreendimentos faraônicos desapropriando terras e expulsando famílias. Já nas cidades, as lutas se pautavam em melhorar as condições de vida urbana: casa, água, transporte, escola, alimento, terreno para morar, esgoto, luz, calçamento nas ruas e segurança. Tais situações de lutas já tinham sido reveladas na Conferência de Puebla, em 1979, e influenciaram as discussões desse Encontro Intereclesial (LIBANIO, 1981, p.145-147).

A partir do V Intereclesial, de 4 a 8 de junho de 1983, em Canindé, Ceará, os demais encontros ganharam a dimensão celebrativa, perdendo nos níveis das reflexões teológica e pastoral que marcou os anteriores, justamente pelo fato dos quatro primeiros encontros terem se dado nos momentos fundantes das CEBs no Brasil e, portanto, tornaram-se responsáveis pela sistematização de tudo que acontecia nas comunidades. (OLIVEIRA, 2014, p.477)

O VI Intereclesial, de 21 a 25 de julho de 1986, em Trindade, Goiás, adotou o tema da Campanha da Fraternidade pelo agravamento da situação agrária no Brasil. Nesse encontro se deu a origem da Comissão Ampliada Nacional, que passou a apoiar as dioceses sedes na organização dos próximos encontros. Com isso, houve melhor permeabilidade de outras igrejas latino-americanas, que culminou no VII Intereclesial, de 10 a 14 de julho de 1989 em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, com o tema “CEBs: povo de Deus na América Latina a caminho da libertação”. (DORNELAS e MELO, 2017, p.14)

O VIII Intereclesial, de 8 a 12 de setembro de 1992, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, refletiu a enculturação das CEBs com as outras matrizes brasileiras, negra e o indígena, provocando o amadurecimento dessa temática dentro das comunidades. O encontro aconteceu no contexto do *impeachment* de Fernando Collor de Melo e da Conferência de Santo Domingo. (DORNELAS e MELO, 2017, p.15)

Esse contexto influenciou também a construção do IX Intereclesial, 15 a 19 de julho de 1997, em São Luís, Maranhão, cujo neoliberalismo do novo governo e o neoconservadorismo pós Santo Domingo trouxeram ao centro do debate o povo como massa, por isso os eixos de

trabalho abordaram o Catolicismo Popular, as Religiões Afro-brasileiras, Movimento Popular, Pentecostalismo, Cultura de Massa e a Questão Indígena. (LIBANIO, 1997, p.227)

Essas questões continuaram permeando as CEBs e chegaram ao X Intereclesial, 11 a 15 de julho de 2000, em Ilhéus, Bahia. Neste encontro, foi questionado a vocação das CEBs e o direito à Eucaristia, por isso planejaram o exercício de novos ministérios dentro das comunidades que pudessem possibilitar esse elemento de eclesialidade (TEIXEIRA, 2000, p.411). Os novos ministérios eram importantes uma vez que as comunidades careciam de sacerdote, pela inexistência ou por seu afastamento das CEBs, por isso também houve reflexões sobre a relação das comunidades com o clero e as tensões com a RCC nos territórios. (DORNELAS e MELO, 2017, p.15)

O XI Intereclesial, em 19 a 23 de julho de 2005, em Ipatinga, Minas Gerais, e o XII Intereclesial, de 21 a 25 de julho de 2009, em Porto Velho, Rondônia, tiveram em comum o apelo ecológico. No XI, foram aprofundados os temas da exclusão, dignidade humana e cidadania de sujeitos cujas vidas estão diretamente ligadas à terra, à floresta e às águas. No XII, em 2009, a proteção da Amazônia e de outros biomas brasileiros foram os temas de reflexão (DORNELAS e MELO, 2017, p.17).

Já o XIII Intereclesial, que aconteceu de 7 a 11 de janeiro de 2014 na Diocese de Crato, Juazeiro do Norte, no Ceará do Padre Ibiapina, do Padre Cicero, da Beata Maria Madalena do Espírito Santo Araújo e do Beato Zé Lourenço. Esse foi o encontro entre a Religiosidade popular, a Espiritualidade libertadora das CEBs, sob bênção inédita do Papa Francisco (AMPLIADA NACIONAL, 2018). Esse reconhecimento pontifício às CEBs não ocorria desde a *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*, Papa Paulo VI, em 1975, tratando-as por pequenas comunidades que se percebia nascer naquele momento.

Quanto ao XIV Encontro Intereclesial que ocorreu em Londrina-PR, de 23 a 27 de janeiro de 2018, este pesquisador estava presente e fez uma pesquisa de campo com observação da igreja local, da programação oficial do encontro e dos acontecimentos inesperados. Nesta observação, percebeu-se que há poucas CEBs derivadas da Teologia da Libertação, mas há pequenas comunidades, geradas pela setorização paroquial e pelos círculos bíblicos e celebração da palavra às quintas-feiras em uma casa de cada setor paroquial, ao invés de celebrar a missa nas sedes das paróquias.

Nesse intereclisial ficou evidente uma realidade que já tinha sido percebida nos vídeos dos outros encontros que é a necessidade das CEBs se autoafirmarem como vivas e funcionais dentro da Igreja. Pois, diversas vezes dentro do encontro, os assessores chamavam a atenção para o fato de que as CEBs ainda existem, ainda crescem, ainda contribuem com a Igreja e com

o país. Porém, essa necessidade de autoafirmação das CEBs só se tornou clara quando, às vésperas de encerrar o encontro, vários delegados, inclusive este autor, receberam de seus bispos via whatsapp, um texto atribuído a Dom Guilherme Antônio Werlang, bispo de Lages-SC, questionando a contribuição que as CEBs dão às vocações católicas.

QUANTAS VOCAÇÕES PARA PADRE, IRMÃOS RELIGIOSOS E IRMÃS RELIGIOSAS SURGIRAM NOS ÚLTIMOS 20 ANOS DE DENTRO DAS CEBs? Porque é tão raro ter vocações religiosas e para Padre a partir de nossas Comunidades Eclesiais de Base? Aqui também está uma grande representação da PJ (Pastoral da Juventude). Porque há vários anos não surgem VOCAÇÕES PARA PADRE E VIDA RELIGIOSA NAS PJs? Se depender das CEBs e PJs, a Igreja Católica ainda terá Padres e Religiosas/os daqui a alguns anos? Olhando nossos Seminários e Congregações Religiosas pergunto, de onde vem mais de 70% de nossas VOCAÇÕES? A grande maioria vem da RCC e outros Movimentos Eclesiais Católicos. Deus seja louvado por estas vocações, MAS AS CEBs e PJ não têm a mesma obrigação e compromisso? Uma planta, animal ou humano que não gera vida nova é estéril e não terá continuidade. E uma Comunidade Eclesial, seja Diocese, Paróquia, Capela, Pequena Comunidade ou CEBs que não GERA, DESPERTA e CULTIVA VOCAÇÕES, LEIGAS, RELIGIOSAS OU DE PADRE, PODERÁ SONHAR COM FUTURO? Todos querem a presença de Padres e Religiosas/os, mas quem trabalha a questão vocacional em suas bases? (WERLANG, 2018, grifos do texto original)

Esse texto circulou em grupos de WhatsApp e facebook durante semanas, sem nota oficial desmentindo por parte do bispo que estava no encontro, por isso foi recebido pelos delegados como sendo do sacerdote e simbolizou o constante questionamento que ocorre sobre a eclesialidade das CEBs. Além disso, é simbólico também que os bispos tenham enviado esse texto aos seus delegados no encontro.

Sobre isso, os delegados do XIV Intereclesial foram unânimes nas reflexões aos questionamentos do bispo: que espaço as CEBs e a PJ tiveram na igreja nos últimos vinte anos? Foi o mesmo espaço que a citada RCC e os outros movimentos tiveram? Os simpatizantes das CEBs e da Teologia da Libertação são respeitados em sua identidade nos seminários ou desconstruídos para aderir a outros modelos de Igreja? Tais reflexões foram incorporadas aos relatórios produzidos pelos delegados e entregues aos seus bispos, além disso serviram de questões norteadoras de pesquisa em vários momentos desse primeiro capítulo, mesmo não aparecendo claramente, principalmente no item que se segue ao refletir sobre o discurso da crise das CEBs.

Porém, apesar das reflexões dos delegados do XIV Intereclesial ao bispo sobre a geração de sacerdotes nas CEBs, os encontros intereclesiais não apontam que esse seja o foco de interesse dessas comunidades. Isso ocorre porque a identidade das CEBs é eclesial, mas não é clerical, conforme apontam as temáticas dos Encontros Intereclesiais. Tais encontros se dão através da execução do Método VER-JULGAR-AGIR, que possibilita que as comunidades tragam seus desafios para serem problematizados coletivamente no encontro.

Do I ao V Intereclesial, as temáticas tratavam da identidade das comunidades e do próprio encontro, foram momentos fundantes, por isso chamado de “Eclesiogênese”. As reflexões dessa fase culminaram em discursos do que são CEBs, como se relacionam com a estrutura da igreja, com outros povos ou religiões dentro do seu território, com a política e definiram a função, o modo de organização e o formato celebrativo dos Encontros Intereclesiais,

Do VI ao XIV encontro as temáticas passaram a considerar as problemáticas trazidas em relatórios pelas comunidades aos encontros regionais, que passaram a definir a temática do próximo Encontro Intereclesial. As temáticas dessa fase abordaram a questão reforma agrária no Brasil, a proteção aos povos do campo (camponeses e quilombolas), floresta (indígenas extrativistas) e águas (pescadores), a abertura das comunidades à enculturação das CEBs com povos negros e indígenas, os conflitos com religiosidades pentecostais que surgia nas periferias, pelos evangélicos, e nas igrejas matrizes das cidades, pelos católicos da RCC.

Nos temas e rumos das discussões nos Encontros Intereclesiais fica evidente que o sentido de comunidade exercido pelas CEBs difere do sentido praticado em outras expressões do catolicismo, pois não são comunidades formadas apenas no sentido religioso, mas em todos os sentidos que compõem à vida humana. Por isso, o segundo capítulo apresentará a igreja local de Sergipe para expor o contexto em que as CEBs se desenvolveram e, desta forma, pode caracterizar a forma de existência dessas comunidades nessa província.

CAPÍTULO II

A IGREJA CATÓLICA DE SERGIPE

No segundo capítulo, a Igreja Católica em Sergipe será caracterizada a partir do catolicismo popular, fruto do distanciamento da sede da Arquidiocese de Salvador, segue abordando criação e desenvolvimento da Arquidiocese de Aracaju e das Dioceses de Estância e Propriá, assim como a sucessão dos bispos e suas administrações pastorais, que serviram de base ou dificuldade para o nascimento e expansão das CEBs na Província Eclesiástica de Sergipe.

2.1 DIOCESE DA PARAÍBA: O GESTAR DE UM BISPO

Conforme já abordado no primeiro capítulo, umas das estratégias do processo de romanização foi a criação de dioceses em todas as capitais brasileiras e em algumas cidades do interior de Estados grandes. Foi desse processo romanizador que emergiram as dioceses de Sergipe e, antes dela, a diocese da Paraíba, onde começa a história da Igreja de Sergipe. Pois, apesar da igreja sergipana se originar do desmembramento da Arquidiocese de Salvador, foi na Paraíba que o primeiro bispo de Aracaju foi formado e eleito.

A história começa no final do século XIX pois, enquanto a Igreja Católica se preparava para realizar o Concílio Vaticano I, que definiu o Dogma da Infalibilidade Papal, no Brasil Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Recife, colocava em prática as determinações da *Encíclica Quanta Cura*, cujo anexo, o *Syllabus*, condenava abertamente o liberalismo, o comunismo e a maçonaria (BARRETO, 2009, p.67).

Essas determinações ressoaram sobre os sacerdotes formados por Dom Vital e, dentre eles, Adauto Aurélio de Miranda Henriques, que também foi aluno do Papa Leão XIII, em Roma. Com esses dois mentores, assim que a Diocese da Paraíba foi criada, Dom Adauto se tornou seu primeiro bispo e empreendeu reformas romanizadoras influenciadas pela separação entre a igreja e o Estado após a proclamação da república.

A Diocese da Paraíba foi criada em 1892 pelo Papa Leão XIII, compreendendo os atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte e Dom Adauto foi sagrado como primeiro bispo. Como primeira medida, o bispo discípulo de Dom Vital e de Leão XIII, cumpriu o preceito romanizador de criar um seminário próprio para sua diocese.

Como os romanizadores seguiam as ideias de Trento, uma delas dizia que cada diocese deveria ter o seu seminário, ao ser eleito bispo da Paraíba, Dom Adauto foi a Olinda e trouxe consigo, para o novo seminário, alguns dos seminaristas que acompanhava quando atuava lá, com os quais criou a primeira turma, sendo que os mais adiantados seriam professores dos menos adiantados, dentre eles José Tomas Gomes da Silva (BARRETO, 2009, p.71).

Mesmo Dom Adauto sendo o bispo titular da Paraíba, Dom Vital continuou sendo o seu mentor, contribuindo significativamente na formação dos novos seminaristas, dentre eles, José Tomas Gomes da Silva, que foi trazido à Paraíba por Dom Adauto, junto a outros seminaristas, para fundar o seminário local e servir de monitor dos seminaristas mais novos da primeira turma. Por isso, ao ser ordenado padre, José Tomas Gomes da Silva assumiu a função de secretário do bispado e mestre de cerimônia episcopal. Desta forma, Dom Adauto e José Tomás trabalharam juntos por 16 anos, até a ordenação episcopal de Dom José Tomás, em 1910, pelo Papa Pio X, para assumir como primeiro bispo de Aracaju. (BARRETO, 2009, p.73).

2.2 CATOLICISMO SERGIPANO DO SÉCULO XIX

Conforme já apresentado no primeiro capítulo dessa dissertação, o catolicismo do século XIX é caracterizado mundialmente pelo Concílio Vaticano I reafirmando as decisões do Concílio de Trento que teve como foco o combate às heresias. Enquanto isso, o Império Brasileiro ainda vivia um catolicismo popular, com características locais e com as decisões de Roma sendo submetidas às aprovações ou rejeições do governo provincial ou imperial. Esse catolicismo era marcado por grandes eventos públicos que reuniam a elite, os governantes, os populares e o clero, com diferentes formas de participação, conforme é exposto na sequência.

2.2.1 O Senhor dos Passos

Em sete de junho de 1847 os deputados sergipanos se reuniram em São Cristóvão, que na época era a capital da província, para uma sessão ordinária. Uma das pautas dessa sessão era a solicitação de 1.000\$000 reis pelo tesoureiro da Ordem Terceira do Carmo, para revestir com prata o andor da imagem do Senhor dos Passos. Essa era a imagem mais venerada de Sergipe e, anualmente, colocava em romaria, os promesseiros, os intelectuais e as lideranças políticas da região (SANTOS, 2015b, p.44). Isso ocorreu porque:

O catolicismo sergipano oitocentista, assim como o de outras regiões do Brasil, estava estruturado sob os auspícios de diversas ordens terceiras, irmandades e confrarias. Os leigos detinham o poder religioso e estavam no cerne das práticas devocionais caracterizadas pela penitência, exortação das celebrações públicas e júbilo dos funerais. (SANTOS e SANTOS, 2016, p.165)

A Romaria do Senhor dos Passos era conduzida pela Ordem Terceira do Carmo, que promovia, pelas ruas da capital sergipana, várias formas de sacrifícios públicos, em companhia das 14 irmandades que existiam na cidade. Porém, estava em vigor no Brasil um ideal higienista civilizador que no Rio de Janeiro ficou simbolizado pela violência sobre os cortiços e a Revolta da Vacina. Essa foi a motivação para a igreja e os governantes brasileiros restringirem as devoções populares e o clero regular que, por lei imperial, não podia mais receber noviços e seus bens ficaram sujeito a apropriação pela coroa.

Em Sergipe havia as ordens regulares dos Carmelitas e dos Franciscanos. Esses frades davam a investidura aos leigos para atuar em suas respectivas ordens terceiras. Com a proibição dos noviciados, e diminuição do clero regular, as ordens terceiras foram aos poucos desaparecendo de várias cidades do país e, com elas, as várias devoções populares que difundiam. Dessas os Carmelitas eram os mais poderosos, devido a ter deputados, governantes e outras lideranças da província em sua ordem terceira, além de ter a propriedade sobre duas aldeias indígenas, em São Cristóvão e Japarutuba; três conventos em Riachão do Dantas, São Cristóvão e Rio Real; um hospício⁵ em Santo Amaro das Brotas; e quatro engenhos de açúcar em São Cristóvão. (SANTOS, 2015a, p.203-204)

Não foram inclusas as casas existentes na cidade de São Cristóvão, nem os africanos e crioulos escravizados nos seus respectivos conventos e engenhos. Foram localizadas notícias da existência de três mulheres escravizadas no Convento de Riachão e seis no de São Cristóvão. Todavia, esse número era bem mais expressivo, pois a maior parte encontrava-se nos engenhos. (SANTOS, 2015a, p.204, nota de rodapé 9)

Uma das lideranças importantes da Ordem Terceira do Carmo foi o Presidente Provincial Sebastião Gaspar de Almeida Boto, que aprovou uma resolução especial, em 1842, permitindo o reinício dos noviciados nos conventos carmelitas e franciscanos. Porém, os prédios dos conventos estavam bastante deteriorados e, graças ao ideal higienista vigente, começou uma reforma que não se restringiu aos prédios, mas também aos modos tidos como selvagens e atrasados nas devoções existentes. (SANTOS, 2015a, p.205-206)

A esperança da reforma devocional foi depositada na promoção, pelo governo provincial, da vinda de Frades Capuchinhos italianos para São Cristóvão, ficando responsáveis pela realização de Santas Missões por toda a província. Porém, a atuação dos Capuchinhos não rompeu o modo devocional, porque sua preocupação maior era o combate ao protestantismo, ao espiritismo e à maçonaria, por isso se entusiasmaram com os sacrifícios e penitências públicas, restringindo apenas a mortificação do corpo ao ambiente privado, ao invés de eventos públicos como é a Romaria do Senhor dos Passos. (SANTOS, 2015b, p.292)

2.2.2 *Bom Jesus dos Navegantes*

Outro evento católico de destaque do século XIX, é a procissão de Bom Jesus dos Navegantes sobre as águas do Rio Sergipe, com a organização dos pescadores que moravam no alto da colina do Povoado Santo Antônio do Aracaju. Essa festa cresceu após a construção da cidade de Aracaju, em 1855, mantendo seu percurso da Colina do Santo Antônio rumo à Igreja Matriz da nova cidade, sobre as águas, no primeiro dia do ano, acrescentando apenas o retorno

⁵ Um convento pequeno que servia de hospedaria para os membros da ordem durante passagem na cidade In: PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Disponível em www.casaruibarbosa.gov.br/dados/doc/artigos/k-n/fcrb_ivanastolzelima_luis_maria_da_silva_pinto.pdf. Acessado em 20 de julho de 2018

da procissão com a imagem, da matriz para a igreja da colina no dia de São Benedito, em 6 de janeiro. (SANTOS e SANTOS, 2016, p.23-24)

Porém, a Festa dos Navegantes também sofreu um processo de modernização para controlar a forma de participação popular. A preocupação do clero e dos governantes estava tanto na participação que se dava nas práticas religiosas ex-votivas e sacrificiais, quanto pelo prolongamento da comemoração na madrugada em botecos, barracas de jogos e prostíbulos, na região circunvizinha da igreja.

Semelhantemente, Propriá já tinha também a Festa de Bom Jesus dos Navegantes sobre as águas do Rio São Francisco, no começo do século XX, quando a diocese local ainda não havia sido fundada. Essa festa nasceu sob o mito fundante de um grupo de pescadores que, trabalhando no rio, foram surpreendidos por uma tempestade e, por medo da morte, passaram a invocar o Bom Jesus dos Navegantes que lhes salvasse a vida e, quando salvos, construíram uma capela e criaram a mesma devoção que existia em Aracaju também nessa região.

Porém, a participação popular na romaria de Bom Jesus dos Navegantes também em Propriá preocupava o clero e os governantes sergipanos, que eram, obviamente, os mesmos que já se incomodavam com o evento em Aracaju. No entanto, na região de Propriá, os inimigos do ideal civilizador e higienista eram bem diferentes dos inimigos de Aracaju pois, nessa região, usando o próprio mito fundante da festa, foram elencadas três tempestades ameaçadoras ao catolicismo: a cultura popular considerada pagã, o comunismo ateu e a desigualdade social. Para combater tais inimigos, os sermões da Festa do Bom Jesus dos Navegantes se tornaram os difusores dessas ideias.

Para diminuir a cultura popular na festa, o Estado afastou os pescadores da organização, deixou apenas o clero; fixou em lei que a festa deveria ocorrer no último domingo de janeiro; e distribuiu camelôs pela cidade. “Com isso, a Igreja tentava minimizar a manifestação profana, marcada pelas expressões da cultura popular ribeirinha com danças, batuques e bebidas, a partir da inserção de uma celebração religiosa. ” (SANTOS e SANTOS, 2016, p.61)

2.2.3 As irmandades estancianas

Além dessas cidades, Estância também possuía expressões populares de catolicismo.

Na cidade de Estância do século XIX existiam quatro irmandades. Duas eram constituídas pela elite local, que eram as irmandades do Santíssimo Sacramento e do Senhor Bom Jesus dos Passos, ambas localizadas na igreja matriz. A terceira era formada por escravos e libertos. Tratava-se da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, localizada no templo da mesma devoção. Já a quarta irmandade, teria sido a responsável pela edificação da Igreja Nossa Senhora do Amparo e provavelmente os irmãos teriam como orago a mesma devoção mariana. (SANTOS e SANTOS, 2016, p.172, nota de rodapé 20)

A principal irmandade era a o Santíssimo Sacramento, que tinha sede na maior igreja da cidade, a Matriz de Nossa Senhora de Guadalupe, e tinha a responsabilidade de organizar a festa de *Corpus Christi* e das solenidades da Semana Santa, congregando toda a elite açucareira e uma parte das camadas populares do sul de Sergipe. Já a irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos era responsável pela Procissão do Encontro entre as imagens de Jesus e Maria nas quartas-feiras da semana santa. Nesse momento, o foco das procissões não estava na Eucaristia, mas nas “devoções do Cristo sofredor, das imagens que aproximavam o sagrado da humanidade martirizada pela exclusão social” (SANTOS e SANTOS, 2016, p.173-175)

A outra irmandade, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, presente em várias cidades do Brasil como uma organização de ex-excravos brasileiros, reunia os pobres da cidade de Estância em uma igreja pequena de mesmo nome e, anualmente, organizava a procissão do Domingo de Ramos da Igreja do Rosário para a Igreja Matriz. Porém, no final do século XIX os brancos da elite estanciana, passaram a ocupar cargos na direção da associação e afastar os segmentos populares da irmandade e também da Igreja do Rosário, passando a frequentar a Igreja do Bomfim que fica na periferia da cidade. (SANTOS e SANTOS, 2016, p.190-192)

2.3 CATOLICISMO SERGIPANO DO SÉCULO XX

O catolicismo sergipano do século XX é caracterizado pela criação das estruturas diocesanas que romanizaram as práticas católicas no Estado e provocaram o enfraquecimento do catolicismo tido como popular. Inicialmente foi criada a Diocese de Aracaju, que durante cinquenta ano foi a diocese de todo o Estado de Sergipe, até a criação das Dioceses de Estância e Propriá, elevando a Diocese de Aracaju a categoria de arquidiocese.

2.3.1 Diocese de Aracaju

Compreendendo todo o Estado de Sergipe e contando inicialmente com 34 paróquias e 32 padres em todo o Estado (Barreto, 2009, p.73), a Diocese de Aracaju foi criada em 03 de janeiro de 1910, pelo Papa Pio X, através da Bula *Divina Disponente Clementia*, tendo como primeiro bispo Dom José Tomás Gomes da Silva (ARQUIDIOCESE DE ARACAJU, 2018).

Como novo intelectual da Igreja Católica brasileira, Dom José Tomas fundou a primeira igreja sergipana sob as influências de Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, por isso passou a transmitir a fé nos moldes romanizadores pensados por seus mentores e nos moldes de civilidade que o governo sergipano ambicionava. (BARRETO, 2009, p.74)

Para fundar a diocese, Dom José Tomás adotou as estratégias de Dom Adauto quando fundou a Diocese da Paraíba. A primeira estratégia, que não foi determinada por concílios ou

papas, mas se originou da influência direta de seus mentores, foi a construção de uma rede de relacionamento com autoridades políticas e econômicas do Estado de Sergipe.

Dom José Tomás, assim como seu mentor, também contou com bom relacionamento com as autoridades políticas pra manutenção da diocese: compôs uma comissão com pessoas de posses ou cargos civis importantes no Estado de Sergipe, como o Presidente do Estado General José de Siqueira Menezes, o vice-presidente desembargador Zacarias Horácio dos Reis e o Coronel Antônio Gomes da Cunha Júnior. (BARRETO, 2009, p.80)

Além dessas três lideranças, Dom José convidou os Desembargadores Antônio Teixeira Fontes, João Maynard, Simeão Sobral e Manoel Caldas Barreto, o médico Augusto Leite e o coronel Félix Pereira de Azevedo para compor uma comissão presidida pelo Padre Manuel Raymundo de Melo, primeiro reitor do Seminário. Essa comissão composta de personalidades sergipanas de posses e poderes, tinha a função de garantir à igreja a arrecadação que possibilitasse se manter e adquirir patrimônio, uma vez que estava em fase de fundação e sem os subsídios do Estado, após a separação provocada pela proclamação da república.

Outra estratégia de romanização, determinada pelo Concílio de Trento e ratificada pelos Papas Leão XIII e Pio X, foi a construção de seminários em cada diocese. Dom José Tomás seguiu o exemplo de Dom Adauto ao fundar o Seminário Sagrado Coração de Jesus, em 1913, trazendo seminaristas nos últimos anos para serem professores do seminário, que formava clérigos, mas também a leigos. “Foi através dele que o Bispo, efetivamente, cumpriu com a missão de ampliação dos domínios da Igreja e de reforma do clero” (BARRETO, 2009, p.146)

No início, o Seminário possuía a formação menor e maior. A formação menor durava dois anos e tinham aulas de Português, Francês, Latim, Aritmética, Geografia, Cartografia do Brasil, História do Brasil, História Universal, Noções de Geometria, Poética, Literatura, Higiene, Civilidade e Retórica. Já na formação maior, em quatro anos, eram ministradas aulas de Teologia Dogmática, Teologia Moral, Escritura Sagrada, Liturgia, Cerimônias Práticas, Direito Canônico, Eloquência Sagrada e Pastoral. (BARRETO, 2014, p.147 -148)

“O Seminário Sagrado Coração de Jesus representou para o Estado não só uma casa de formação de padres, mas uma casa formadora de intelectuais ativos, criadores, mediadores e engajadores” (BARRETO, 2014, p.153). Os intelectuais, ex-alunos desse seminário, passaram a atuar em diversos espaços internos à igreja, como Dom Mário de Miranda Villas-Bôas, Bispo de Garanhuns e Dom Avelar Brandão Vilela, que foi Arcebispo primaz do Brasil, além de vários padres e leigos, com diferentes inserções na igreja.

Os egressos do seminário atuaram também fora da igreja. Na educação, destacam-se professores e gestores das Escolas Atheneu Sergipense, Tobias Barreto, Patrocínio São José, Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, Escola Normal Rui Barbosa, Escola de Comércio, além dos fundadores da Academia Sergipana de Letras. (BARRETO, 2014, p.154).

Na política, seus egressos também se destacaram. O Padre João Moreira Lima, mantinha os Cinemas Vitória e Vera Cruz, e com o lucro subsidiava o Círculo Operário Católico e outros movimentos sociais. O Padre Miguel Monteiro Barbosa foi deputado Constituinte em 1934. Dentre os leigos, Carlos Camélio Costa foi candidato a deputado federal em 1946; Edgar Brito foi candidato à Deputado Constituinte em 1947; Evêncio Guimarães foi candidato a prefeito em Japoatã e Manoel Vieira em Itabaianinha (BARRETO, 2014, p.154-155).

Em 1932 Dom José Tomás instala o Centro Dom Vital⁶ em Aracaju, fundado nacionalmente pelo sergipano Jackson de Figueiredo em parceria com Dom Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, para formar catolicamente os intelectuais brasileiros sob os moldes da Ação Católica. Nessa entidade, foram aglutinados diversos católicos leigos que participaram da fundação da Academia Sergipana de Letras e, após a extinção do Centro Dom Vital esses membros migraram para a Liga Universitária Católica e para a Liga Eleitoral Católica (LEC). Esta última apoiava ou repudiava abertamente partidos e candidatos pelas opiniões que tinham sobre as questões que lhes interessava e, para firmar o apoio episcopal, em 1945 Dom José Tomás assinou declaração de excomunhão para eleitores católicos que desobedecem à LEC. (BARRETO, 2014, p.154-155)

Logo depois, em 1947, o Padre José Vicente Távora, coordenador da Juventude Operária Católica (JOC) organizou o Congresso da Ação Católica Brasileira com a presença de 29 bispos. Desse congresso resultou a criação do Secretariado Nacional de Ação Católica, sob a responsabilidade do Padre Helder Câmara, que logo se tornou bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, junto com Dom José Vicente Távora, que já era bispo auxiliar da mesma arquidiocese. (COSTA, 2014, p.111)

Com a morte de Dom José Tomás, em 1949 assumiu a Diocese de Aracaju Dom Fernando Gomes dos Santos que, em um grupo com cinco bispos nordestinos e um do Sudeste, manifestaram o desejo de uma pastoral de conjunto capaz de congregar a todos os bispos do Brasil. Além de Dom Fernando Gomes, estavam nesse grupo Dom Vicente Távora e Dom Helder Câmara, que já havia começado atividades para construir uma pastoral conjunta.

Desta forma,

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi instalada às 9h30 do dia 14 de outubro de 1952, no Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro, numa reunião que contou com a presença do Núncio Apostólico, Dom Carlo Chiarlo (1946-1954), de dois Cardeais (Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo, e Dom Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro) e demais dezoito arcebispos brasileiros. (COSTA, 2014, p.109)

⁶ Órgão aglutinador de intelectuais, fundado por Jackson de Figueiredo e Dom Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, para estudos católicos e difusão da ação católica, ou seja, a difusão de um catolicismo conservador e nacionalista, (RIDENTI, 2018, p.4).

Nessa reunião foi escolhida a Comissão Permanente/Central, composta de quatro bispos, dentre eles o bispo de Aracaju, Dom Fernando Gomes dos Santos e o discípulo de Dom José Tomás no Seminário de Aracaju, Dom Avelar Brandão Vilela. A primeira gestão da CNBB foi presidida por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal arcebispo de São Paulo e teve como secretário-geral, Dom Hélder Câmara. (COSTA, 2014, p.110)

Inicialmente a conferência congregava apenas cardeais e arcebispos, porém na primeira Assembleia Geral, realizada em 1953, todos os bispos passaram a ter voz e voto nas reuniões com a alteração dos Estatutos para compreender a totalidade dos responsáveis por arquidioceses, dioceses e prelazias do Brasil. (COSTA, 2014, p.110)

Em 1958, o Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Jaime Câmara presidia a CNBB e a posição de Dom Helder e Dom Távora se fortalecia na igreja. Por isso, o arcebispo utilizou sua influência para transferi-los para dioceses em que não se destacassem. O estopim dessa transferência foi quando ambos falaram para Dom Jaime que, em países que visitaram, os bispos dividiam as arquidioceses em regiões onde os bispos auxiliares moram para acompanhar mais de perto e, uma vez por semana, reuniam-se com o arcebispo para prestar contas. Essa fala provocou no arcebispo o medo de ser substituído pelos auxiliares. (COSTA, 2014, p.124)

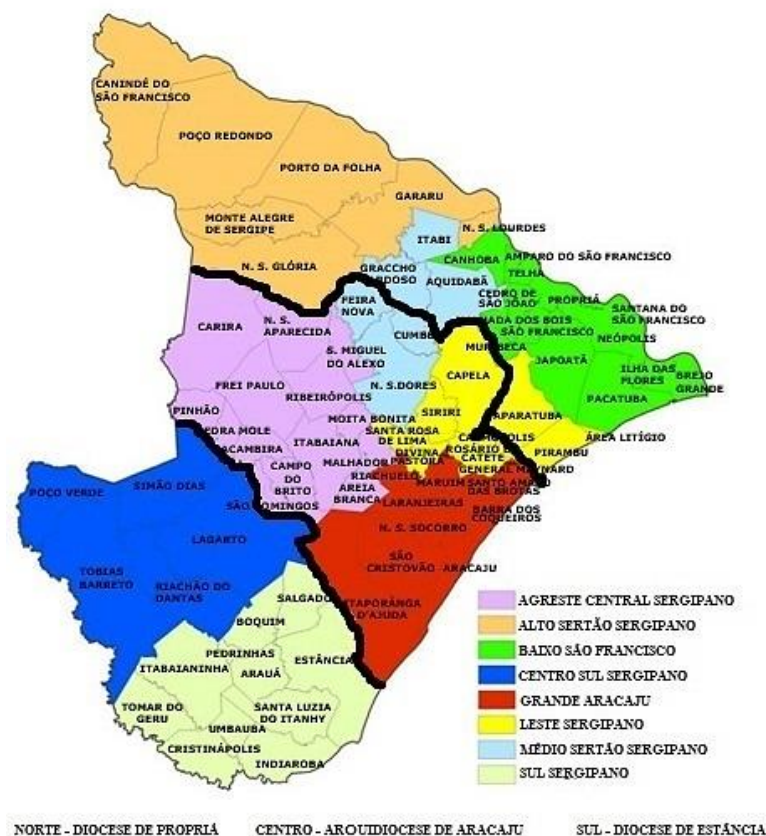
Para afastar a possibilidade de sucessão, Dom Jaime declarou que não queria mais os dois auxiliares na arquidiocese, por isso em 1959 Dom Helder Câmara foi transferido para Recife e Dom Vicente Távora foi transferido para Aracaju, em substituição a Dom Fernando Gomes, que foi transferido para a Arquidiocese de Goiânia. (COSTA, 2014, p.126)

Quando chegou a Aracaju, em março de 1958, encontrou muita coisa encaminhada pelo seu antecessor Dom Fernando Gomes: grupos de Juventude Operária Católica – JOC (que ele mesmo fundou ainda como padre no início dos anos 50), Círculos Operários assessorados por Mons. João Moreira Lima, grupos de Ação Católica Especializada e a entidade assistencial conhecida como Serviço de Assistência à Mendicância – SAME (NASCIMENTO FILHO, 2010)

Além de encontrar em Sergipe um contexto propício para continuar seu trabalho junto à JOC, Dom Vicente Távora empreendeu um outro trabalho pastoral que lhe rendeu nova projeção nacional, já abordado no primeiro capítulo. Trata-se do Movimento de Educação de Base (MEB), que ofereceu educação a trabalhadores rurais, através de aulas transmitidas via emissoras de rádio, culminando na fundação dos primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe – FETASE. (NASCIMENTO FILHO, 2010)

A partir desse momento da pesquisa, Sergipe passará a contar com três bispados católicos, que passaram a conduzir os rumos históricos de suas próprias comunidades. Esses rumos serão refletidos na sequência e ajudarão a entender as especificidades de cada igreja local, mesmo que a pertença à província eclesiástica sergipana mantenha o vínculo comum.

IMAGEM 1: Mapa da divisão de planejamento civil e Arquidioceses de Sergipe



FONTE: Mapa: www.sosergipe.com.br/wp-content/uploads/2017/02/mapa-de-sergipe-1.jpg
Divisão diocesana: Rogério Andrade

2.3.2 Arquidiocese de Aracaju

A Arquidiocese de Aracaju compreende trinta e três municípios, com cento e treze paróquias, das quais cinquenta e duas paróquias ficam em Aracaju, conforme composição de paróquias no Apêndice B. É uma igreja em região metropolitana que tem como primeiro arcebispo, Dom José Vicente Távora, que já governava essa igreja local havia dois anos quando ainda era Diocese de Aracaju. Mas, “para que a Diocese de Aracaju fosse elevada à categoria de Arquidiocese era imprescindível que antes se concretizasse as instalações das Dioceses de Estância e Propriá, o que somente veio a ocorrer em outubro de 1960” (SILVA, 2014, p.6)

O nuncio apostólico, Dom Armando Lombardi, instalou no dia 15 de outubro de 1960 a Diocese de Estância e no dia 16 de outubro de 1960 a Diocese de Propriá. Vale ressaltar que na época somente a Diocese de Propriá teve seu bispo empossado junto com sua instalação – Dom José Brandão de Castro, já que monsenhor Francisco de Assis Portela renunciou ao cargo de bispo da Diocese de Estância. Assim, somente em 16 de abril de 1961 é que a Diocese de Estância teve seu primeiro bispo, Dom José Bezerra Coutinho (SILVA, 2014, p.7)

Seis anos depois, em 1966, Dom Távora recebe como seu auxiliar, Dom Luciano Cabral Duarte, que fora um dos padres formados e ordenados por Dom Tomas Gomes da Silva, tornando-se seu imitador na atuação episcopal, portanto possuindo uma visão diferente da visão

de Dom Távora sobre as questões sociais. Enquanto Dom Távora via na organização popular a solução para as questões sociais, Dom Luciano, que era assessor nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), via na organização popular os sinais de uma ameaça comunista.

Essa diferença entre Dom Távora e Dom Luciano se acentuou com o passar dos tempos. Em uma sessão da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe (CEV)⁷, sobre colaboradores e opositores do regime militar no Estado, o depoente Wellington Manguiera contou da colaboração de Dom Távora em reuniões dos representantes de movimentos estudantis das faculdades sergipanas, escondidos do conhecimento de Dom Luciano.

Dom José Vicente Távora permitiu a mim, a Francisco Carlos Varella, Artemísio Rezende e outros tantos estudantes, junto com eles o professor Silvério Leite Fontes, Luiz Rabelo Leite, discretamente, cada um entrando por uma forma ou por outra no palácio episcopal, de vez em quando nos reuníamos com José Rolemberg, o irmão d Bosco Rolemberg que é médico, José Rolemberg dentro do porão. No dia que dom Luciano descobriu que tava fazendo aquilo ele disse a Dom Távora que não fizesse mais sob pena dele ter que denunciar as autoridades e eu não sei se essas autoridades eram eclesiais ou não (CEV/SE, 2018, 1m25s-2min11s)

Além desse episódio, Wellington Manguiera relata que Dom José Vicente Távora era chamado de “bispo vermelho” por Dom Luciano Duarte, devido a ter se negado a entregar um grupo de freis franceses que pregavam politicamente e orientava os católicos contra a ditadura, ao exército e à polícia federal, que já os investigava para prendê-los e deportá-los. Essa postura crítica de Dom Luciano e a perseguição do regime militar, são algumas causas atribuídas por Welington Manguiera ao infarto que levou à morte de Dom José Vicente Távora. (CEV/SE, 2018, 0m30s-1min17s)

Com a morte de Dom Távora em 1970, Dom Luciano assume a Arquidiocese de Aracaju com uma severa campanha anticomunista⁸, que se projetou principalmente sobre a Teologia da Libertação, classificada pelo bispo em dois tipos: a Teologia da Libertação de João Paulo II e a Teologia da Libertação dos irmãos Clodovis e Leonardo Boff. Na primeira, há uma fidelidade ao papa, principalmente quando segue as orientações dadas pelas Instruções *Libertatis Nuntius* (1984) e *Libertatis Conscientia* (1984) da Congregação para a Doutrina da Fé, cujo prefeito era o Cardeal Joseph Ratzinger. Já a segunda, o bispo considerava repleta de elementos da teoria e prática marxistas, por isso lhe era totalmente inaceitável. (ANDRADE, 2015, p.139)

Essa Teologia da Libertação considerada inaceitável por Dom Luciano resultou em denúncia à sede da igreja, em Roma, que convocou o Frei Leonardo Boff ao Vaticano para se

⁷ A Comissão Estadual da Verdade em Sergipe tem como patrono Paulo Barbosa de Araújo, foi criada pelo decreto nº 30.030 de 26 de junho de 2015 do governador do Estado de Sergipe Jackson Barreto de Lima.

⁸ O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc. (ANDRADE, 2015, p.132)

explicar e receber a sua condenação ao silêncio obsequioso, conforme já apresentado no primeiro capítulo. Sobre isso, Dom Luciano escreveu o livreto “O caso Boff e a rebeldia contra Roma”, onde critica os dez bispos que escreveram um documento ao papa pedindo a suspensão da penalidade ao frei. Além dos bispos, Dom Luciano destaca também os leigos, liderados pelo jurista Hélio Bicudo, que se opuseram a tal condenação papal, ameaçando inclusive de levar o Papa João Paulo II à Corte Internacional de Justiça de Haia, acusado de infringir os itens 18 e 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos ao determinar o silêncio obsequioso a Leonardo Boff. (DUARTE, 1985, p.10)

Artigo 18: Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletiva, em público ou particular. *Artigo 19:* Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ONU, 1948)

Mesmo diante da possibilidade do papa estar infringindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Dom Luciano defende a pena a Leonardo Boff e apresenta quatro erros apontados pela Congregação da Doutrina da Fé no livro “Igreja: Carisma e Poder”. São eles: a declaração de que a criação da igreja não foi cogitada por Jesus, mas pela necessidade dos apóstolos em institucionalizar suas práticas; os dogmas católicos serem considerados válidos apenas para um determinado tempo e situação, ao invés de infinitamente; a afirmação de que o clero se apropriou dos meios de produção da religiosidade do povo; e a rejeição à hierarquia da igreja em troca de comunidade com carisma da denúncia profética (DUARTE, 1985, p.14-15).

Porém, para fortalecer a identidade católica e se proteger dessas ameaças, Dom Luciano considerava importante investir em educação para formar um clero e um povo intelectual, como fez seu formador Dom José Tomas. Em Sergipe já havia a Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 1948; a Faculdade de Química, fundada em 1950; a Faculdade de Direito, fundada em 1951; a Faculdade Católica de Filosofia, fundada por Dom Fernando Gomes em 1951; a Faculdade de Serviço Social, fundada em 1954; e a Faculdade de Medicina, fundada em 1951, com pessoa jurídica mista, composta do poder público e entes privados (LIMA, 2009, p.50-53).

Apesar dessas faculdades, Sergipe era o único Estado nordestino sem uma universidade, por isso Dom Luciano empreendeu uma campanha para implantar uma universidade em Sergipe, contando com o apoio do governador e dos diretores das faculdades existentes.

...além do Governador, assinaram o documento o Monsenhor Dr. Luciano José Cabral Duarte (Diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe), o Dr. Antônio Garcia Filho (Diretor da Faculdade de Medicina e do Centro de Reabilitação Ninota Garcia), a Dra. Dalva Nou Schnaider (Diretora da Escola de Química de Sergipe), o Dr. Fernando Sampaio (Diretor da Fundação do Ensino Médico de Sergipe) e o Dr. Luís Carlos Rollemberg Dantas (Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe) (LIMA, 2009, p.57).

Nesse processo, houve uma discussão se a universidade seria fundada na forma de autarquia ou fundação e houve, por parte dos estudantes da Faculdade de Direito, o receio de que se a universidade fosse instalada como fundação, seria construída com recursos públicos, mas seriam cobradas taxas que tornariam a universidade acessível apenas aos filhos da elite sergipana. Porém, o governo federal impôs que a universidade só poderia ser instalada como Fundação Universidade Federal de Sergipe (LIMA, 2009, p.65).

Newton Sucupira, técnico do Ministério da Educação, foi nomeado relator do processo de implantação da universidade e veio a Sergipe em setembro de 1966 para visitar as faculdades existentes. Das seis faculdades, apenas os alunos da Faculdade de Direito não concordavam ideologicamente com a forma de implantação dessa universidade, uma vez que os alunos desejavam uma universidade pública e gratuita, mesmo vinculada a um governo ditatorial (LIMA, 2009, p.71-72).

Era um período de romantismo revolucionário, cujos estudantes defendiam a liberdade de pensamento, de expressão. E, não era a pessoa Dom Luciano que incomodava, mas o que a figura Dom Luciano representava, porque o nome de Dom Luciano por si só já representava interesses que os estudantes de um modo geral desconfiavam das finalidades, pois já se tinha o exemplo da suas ações frente à Faculdade de Filosofia e à Faculdade de Serviço Social, onde exerceu uma gestão controladora, querendo manipular as cabeças humanas, com medo de que fosse para o comunismo, com medo de que fosse contra os Estados Unidos (LIMA, 2009, p.76)

Por isso, durante a visita à Faculdade de Direito, Newton Sucupira presenciou um manifesto feito pelos alunos contra a vinda da universidade através da mediação de Dom Luciano. Segundo Wellington Manguiera, diretor do Centro Acadêmico de Direito na época:

Dom Luciano foi tão, foi tão, foi tão pouco cristão que ele, ele trouxe pra cá sucupira, Newton Sucupira do ministério da educação, pra implementar aqui uma universidade não federal, uma universidade nos moldes católicos, paga, como era a faculdade de filosofia, nós descobrimos, o professor Silvério descobriu, Doutor Gonçalo Rolemberg não concordou, Antônio Garcia Filho não concordou, porque já tava criando ou tava criada a faculdade como instituição diferencia de medicina, e ele traz newton sucupira, ele queria pegar as escola que era do estado, serviço social, economia, ele queria incorporar tudo nessa fundação e ser uma universidade católica (CEV/SE, 2018, 2min27s-3min19s)

Após o manifesto, os alunos foram punidos e Dom Luciano ficou desgastado e enfurecido, por isso o arcebispo foi à emissora de rádio da arquidiocese para fazer uma entrevista consigo mesmo, em que tanto ele fazia as perguntas quanto dava as respostas sobre o aluno que liderou o manifesto durante a visita do representante do Ministério da Educação. “Ele dizia e quem é esse Wellington Manguiera? Ele mesmo respondia, isso no jornal, dizendo como se fosse a redação do jornal perguntando a ele, Welington manguiera é um comunista já teve muitas vezes no 28 BC, o que resultou em mais uma prisão para mim”. (CEV/SE, 5min20s-5min39s)

Essa ação do arcebispo expôs Wellington Mangueira ao exército, que lhe prendeu como um comunista, sem que o aluno do Curso de Direito tivesse ligação direta com o partido ou outros grupos comunistas. Por isso, ao falar sobre a pessoa do arcebispo, Wellington Mangueira afirma que Dom Luciano “tava sempre querendo arrebentar com alguém, com todo respeito porque ele tá vivo, tenho pena da miséria que ele tá passando, mas ele foi muito cruel comigo e como muita gente, Dom Luciano Cabral Duarte ele não pode, se existir céu, ele não entra”. (CEV/SE, 2018, 0min12s-0min19s)

Apesar dos protestos, em 28 de fevereiro de 1967, o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco criou a Fundação Universidade Federal de Sergipe, através do Decreto-Lei nº 269. E, mesmo tendo contribuído com a criação da universidade, aconteceu um silenciamento do nome de Dom Luciano na instituição, devido ao crescimento de pessoas contrárias às suas posições filosóficas. (LIMA, 2009, p.79-80)

Além da criação da universidade, Dom Luciano empreendeu também uma experiência de reforma agrária em Sergipe. Porém, a sua reforma agrária difere bastante da que é defendida pela corrente tida como progressista na Igreja Católica, representada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A reforma agrária defendida pela CPT tem como base a ideia de que Deus criou a terra para todos e que os fazendeiros se apossaram e acumulam terras injustamente, por isso quando suas terras estiverem ociosas devem ser partilhadas com trabalhadores rurais que desejem cultivar a terra e fazê-la produzir.

Já a reforma agrária de Dom Luciano,

Contando com a colaboração dos governadores da época, como Dr. Lourival Batista, Dr. Paulo Barreto de Menezes e Dr. João Garcez e, ainda da *Misérrior*, instituição alemã, e até da maçonaria de Aracaju, a Loja Cotinguiba. Dom Luciano José Cabral Duarte, ainda como Bispo Auxiliar e, a partir de 1971, como Arcebispo Metropolitano de Aracaju, conseguiu recursos e comprou grandes propriedades: duas no município de Maruim, uma em Santo Amaro das Brotas, uma em Santa Rosa de Lima, uma em Carmópolis e uma em Divina Pastora. Essas 06 propriedades foram divididas em lotes de 33 tarefas (dez hectares) e nelas foram assentadas 261 famílias. (BARRETO, 2015, p.114)

Portanto, a reforma agrária de Dom Luciano se deu com a compra de lotes de terras que os fazendeiros estavam dispostos a vender e distribuição às famílias que não tinham onde morar. O bispo agiu como empreendedor de uma cruzada anticomunista, inclusive com apoio da maçonaria para fazer a reforma agrária, sua maior obra social, de uma forma que ele considerava não produzir o conflito de classes que caracteriza a luta pela terra na Comissão Pastoral da Terra e do Movimento Sem Terra.

Tendo desenvolvido Alzheimer, em 1995 Dom Luciano solicita ao Papa João Paulo II, um bispo coadjutor para ajudá-lo na arquidiocese e substituí-lo quando tornar-se emérito. O Papa João Paulo II transfere o bispo de Propriá Dom José Palmeira Lessa para ajudar a Dom

Luciano em Aracaju, até ser publicada a aceitação de sua renúncia em 1998 quando Dom Lessa se torna Arcebispo de Aracaju (VENÂNCIO, 2017).

Em Aracaju Dom Lessa administrou a igreja no ritmo que vinha sendo empreendido por Dom Luciano, continuou escrevendo mensagens ao povo em revistas e jornais, manteve a Rádio Cultura sob administração da Comunidade Carismática Shalom, colaborou com a compra da retransmissora do canal de televisão da Comunidade Carismática Canção Nova, trouxe congregações religiosas para a Arquidiocese e investiu em trabalhos sociais com famílias em situação de fome e miséria nos bairros periféricos de Aracaju (ARQUIDIOCESE DE ARACAJU, 2018b)

Depois do governo de Dom Luciano, a Arquidiocese de Aracaju estava como Roma desejava, bastando a Dom Lessa apenas manter tudo como encontrou. Por isso seu governo não trouxe grandes polêmicas para essa igreja, ficando essa missão para um de seus bispos auxiliares, Dom Henrique Soares da Costa. Esse bispo, em 2011, concedeu entrevista a um programa da TV Canção Nova, apresentado pelo engenheiro mecânico Felipe Aquino, a quem chamam de professor, que foi publicado também no site da Editora Cleofas, afirmando que a Teologia da Libertação é como uma serpente com a cabeça esmagada, cujo corpo se contorce sem nenhuma vida e que essa teologia ficou para trás porque a igreja, o mundo, a economia mundial, as prioridades e mentalidades mudaram (COSTA, 2011)

Dom Henrique parece confundir a Teologia da Libertação com um movimento da igreja que pode ser fundado e extinto com a simplicidade de um decreto, como fez Dom Lessa ao extinguir a CPT na Diocese de Propriá, conforme será abordado na seguida. Essa teologia, como qualquer outra, é um método e qualquer pessoa pode estudar e aplicar em sua vida ou em sua comunidade como desejar. Quando o bispo fala que a igreja e o mundo mudaram, aponta que essa teologia tenha sido deixada para trás, mas ignora a quantidade de comunidades católicas que ainda vivem dessa forma, a quantidade de bispos presentes nos encontros intereclesiais apoiando tais vivências e a quantidade de movimentos sociais cuja origem e práticas atuais derivam da aplicação desse método.

Após a transferência do bispo auxiliar Dom Henrique Soares da Costa, Dom José Palmeira Lessa pediu a Roma que concedesse um bispo coadjutor à Arquidiocese de Aracaju, ou seja, um bispo que viesse para assumir seu lugar como arcebispo quando se tornasse emérito. Em 05 de novembro de 2014, Dom Frei João José Costa foi nomeado bispo coadjutor na Arquidiocese de Aracaju, pelo Papa Francisco, após uma carreira como conselheiro provincial da Ordem do Carmo, prior de conventos, pároco em São Cristóvão de uma paróquia ligada ao carmelito, provincial da Ordem do Carmo e bispo da Diocese de Iguatu, no Ceará.

Dom Frei João José Costa era o bispo referencial das CEBs no regional nordeste I da CNBB, que compreende toda a Igreja do Estado do Ceará, antes de ser transferido para Aracaju como bispo coadjutor. Em 18 janeiro de 2017 a renúncia de Dom Lessa é aceita pelo Papa Francisco e Dom João se torna Arcebispo de Aracaju até os dias dessa pesquisa. Dom João é um personagem que vai aparecer mais adiante, principalmente na realização das ampliadas das CEBs em Sergipe.

2.3.3 Diocese de Propriá

Como já foi apresentado, na gestão de Dom José Vicente Távora a Diocese de Aracaju se tornou Arquidiocese com a fundação das Dioceses de Propriá e Estância. Porém, com sua morte, começa a gestão de Dom Luciano na Arquidiocese de Aracaju e o afastamento das relações com a Diocese de Propriá. Se Dom Luciano investiu em educação através da Faculdade Católica de Filosofia, da Faculdade de Serviço Social e da Fundação da Universidade Federal de Sergipe, o primeiro Bispo de Propriá, Dom José Brandão de Castro, viu a realidade de seu povo e optou por colocar em evidência os direitos humanos e a luta por justiça social.

Quando Dom José tomou posse da recém criada Diocese de Propriá, como primeiro bispo, no dia 16 de outubro de 1960, recebeu a responsabilidade pastoral sobre um povo culturalmente rico, mesmo se não letrado, e bem diversificado: a nova diocese tinha - e ainda tem - o rosto dos negros, dos índios, dos mulatos, dos mestiços, sertanejos, beiradeiros e praieiros (NASCIMENTO FILHO, 2012, p.13)

A Diocese de Propriá tem esses rostos por compreender 25 municípios sergipanos, margeados pela bacia hidrográfica do Rio São Francisco, possuir 54% do território diocesano localizado em área de polígono das secas e o restante entre o agreste e o litoral. A diocese compreende municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Sergipe e de analfabetismo rural acima de 70%. A terra e as águas são as fontes do poder econômico e político, em uma região que predomina o latifúndio do gado no sertão, da cana no agreste, do arroz no Rio São Francisco e nas praias. (NASCIMENTO FILHO, 2012, p.13)

Dom José Brandão de Castro participou do Concílio Vaticano II e foi um dos bispos firmantes do Pacto das Catacumbas, porém a opção pelos pobres se tornou tema de seu episcopado ao ver o governo ser injusto com camponeses no caso CODEVASF (Companhia do Desenvolvimento do São Francisco) e da Fazenda Betume, em Neópolis. “Ora, o que estava acontecendo naquele tempo é que a empresa governamental desapropriou as fazendas que margeiam o rio São Francisco, desde o município de Telha até Brejo Grande. (NASCIMENTO FILHO, 2018)

Segundo Nascimento Filho (2018), ao visitar os camponeses da Fazenda Betume, sob ordem de despejo, um dos camponeses pediu que Dom Brandão fosse o Moisés a liderar aquelas famílias nas lutas pelo direito à terra. Com isso, a partir de 1975 o bispo colocou assessoria

jurídica da diocese a serviço das famílias, fazendo nascer assim a Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Diocese de Propriá.

Sensibilizado pelos apelos dos camponeses da Fazenda Betume, que o chamara de nosso Moisés, expulsos de suas terras pela CODEVASF, sentindo-se investido por eles como seu Pastor-Profeta, seu porta-voz dos direitos de libertação, convenceu-se que a questão da terra – ou melhor, a falta dela – deveria ser a preocupação da ação pastoral da Diocese, tendo em vista que a maioria da população era eminentemente agrícola. Os dramas em torno da posse da terra eram muitos: desde o caso dos índios Xokó, que a perderam, passando pelos camponeses que não tinham seus direitos reconhecidos, como aqueles que nunca a tiveram, os sem-terra (NASCIMENTO FILHO, 2012, p.14)

A partir desse momento, Dom José Brandão de Castro entendeu que a aplicação do Pacto das Catacumbas em sua diocese se daria pela organização popular em torno da conquista da terra, instrumento maior tanto da economia da região, quanto da exploração dos pobres na região. Porém, o caso CODEVASF foi apenas o primeiro enfrentamento do bispo, pois desse evento surgiu um mutirão diocesano pela justiça social no campo.

Foi este mutirão pela justiça social que deu sentido e vitória à organização dos camponeses do **Betume**; do povo indígena **Xokó**, que deu início à retomada de seu território de uma légua em quadro, no dia 09 de setembro de 1978, começando pela **Ilha de São Pedro**, concluído nos anos 80, enfrentando membros da família **Britto**; dos camponeses de **Santana dos Frades**, ocorrido em 1978, até os anos 80; dos moradores do **Povoado Ilha do Ouro, Porto da Folha**, que em 1980, se libertaram do fazendeiro **Antônio Tavares**. (NASCIMENTO FILHO, 2018, grifos do autor)

Porém, apesar do trabalho pastoral de Dom Brandão se alinhar com a tendência de outros bispos da época, como Dom Helder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, o arcebispo metropolitano, Dom Luciano Cabral Duarte, não via com bons olhos essa sua atuação, por isso fez denúncias em meios de comunicação orientando o povo sobre ações comunistas do bispo da Diocese de Propriá (SILVA, 2018, p.80).

Tais denúncias foram endossadas em jornais locais por Nilo Peçanha, presidente da CODEVASF, e levou Dom José Brandão de Castro a responder na imprensa e em uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional. O caso motivou o pronunciamento do deputado federal José Carlos Teixeira⁹ na tribuna do Congresso Nacional em 31 de outubro de 1977, que ao ler a defesa do bispo nos jornais locais fez essa defesa entrar para os anais da casa:

O povo brasileiro já compreendeu o que muitos querem dizer, hoje em dia, quando chamam um bispo de comunista e o acusam de empregar métodos comunistas. Na verdade, tais acusações demonstram que a Igreja está apoiando, em determinada área, as reivindicações de um povo injustiçado que clama por seus direitos. De outro lado, esses acusadores apressados deveriam escutar sinceramente esses clamores que, no caso, partem dos agricultores das margens do São Francisco, gente muito pacífica e ordeira até agora. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1977)

⁹ Ironicamente, Dom Luciano Cabral Duarte e o Deputado José Carlos Teixeira, que no cenário político sergipano e nacional estiveram de lados opostos, morreram no mesmo dia em 29 de maio de 2018. O bispo teve velório discreto com alguns religiosos presentes, enquanto que o ex-deputado teve velório repleto de autoridade do Estado.

Essa vida de enfrentamentos a tantos poderosos da região e as perseguições sofridas dentro da igreja, tanto a si quanto à sua diocese, Dom José Brandão de Castro adoeceu e, aos 67 anos de idade, antecipou seu pedido de renúncia que só deveria acontecer depois dos 75 anos. A renúncia de Dom Brandão foi logo aceita pelo Papa João Paulo II, que em 1988 transferiu o bispo ligado ao Movimento dos Focolares e auxiliar de Dom Eugênio Sales na Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom José Palmeira Lessa, para governar a Diocese de Propriá.

Padre Isaías, coordenador da Caritas Diocesana, em sua dissertação de mestrado *Dom Brandão, o profeta do povo de Deus do baixo São Francisco*, defendida em 2012 no Programa em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, afirma que “a sucessão aconteceu como já era previsto diante do que presenciávamos na conjuntura eclesial dos anos 70-80, clara e aberta contra as dioceses afinadas às CEBs, à opção pelos pobres à luz da Teologia da Libertação” (NASCIMENTO FILHO, 2012, p.108). Em outro trecho afirma ainda que “houve uma mudança da eclesiologia do “povo de Deus” defendida no Concílio Vaticano II e confirmada nos documentos de Medellín e Puebla, para a eclesiologia da “volta à grande disciplina”.

Essa mudança de eclesiologia começou pela reorganização dos moldes de formação que seriam dados ao novo clero, pois a diocese de Propriá, governada por Dom Lessa, estava alinhada com a Arquidiocese de Aracaju, sob o comando de Dom Luciano. Quando o bispo auxiliar de Aracaju, Dom Hildebrando Mendes Costa, toma posse como bispo de Estância, as três dioceses passam a viver um modelo de unidade ditado por Dom Luciano, inclusive criam juntos um seminário interdiocesano (BARRETO, 2015, p.8)

Os seminaristas que estudavam no SERENE II (Seminário Regional do Nordeste II da CNBB) e no ITER (Instituto de Teologia do Recife), fomo vistos com reserva, visto que tais instituições tiveram que encerrar suas atividades em agosto de 1989, por ordem de Roma. Foi revista a situação de cada um: Antonio Rodrigues, eu já estava com o curso de teologia concluído em 1988, só foi ordenador porque já o “encontrei pronto”; Isaías Carlos Nascimento Filho, que concluiu em 1988, autor desta dissertação, teve que esperar mais um ano aprofundando a *Lumen Gentium*, revendo as notas do Missal Romano e suas rubricas, ler os documentos oficiais da igreja e apresentar por escrito um trabalho (não me lembro se o fiz), sob o acompanhamento do padre Julio Liveranni, e convivendo pastoralmente com Frei Enoque Salvador, em Poço Redondo; o terceiro, José Martins da Rocha, foi enviado a concluir os estudos no Seminário do Rio de Janeiro. Quantos aos que estudavam no CFM da Paraíba, foi oferecida complementação na formação sacerdotal aos que desejasse o sacerdócio, no seminário do Rio de Janeiro. Foi o que aconteceu com o padre Gildo, atual pároco de Graccho Cardoso. (NASCIMENTO FILHO, 2012, p.109, Nota de rodapé 214)

Outro sinal dessa mudança eclesiológica apontada pelo Padre Isaías dizia respeito a forma como o novo bispo via a CPT. Em 1993, a relação de Dom Lessa com os membros da Comissão Pastoral da Terra era bastante conflituosa, pois o bispo desejava que a CPT mudasse sua metodologia de trabalho na diocese. Foram convocados Conselho Regional, Secretário Executivo Nacional e o bispo referencial da CPT, Dom José Rodrigues, para mediar as

discussões e fazer o bispo entender que a CPT diocesana não poderia aderir a uma metodologia diferente do restante do país, mas o desfecho final foi inevitável.

A CPT foi fechada no primeiro semestre de 1993. Consequentemente as Irmãs da Santíssima Eucaristia deixaram a Diocese de Propriá fechando três casas missionárias, a de Itabi e as duas de Propriá, e com elas, nas mesmas circunstâncias, foram embora também as Irmãs da Providência de Gapp, residentes em Japoatã, que atuavam de modo semelhante na região da cana. (NASCIMENTO FILHO, 2012, p.114)

Com a saída desses missionários, Dom Lessa seguiu construindo sua história na Diocese de Propriá com as congregações religiosas masculinas e femininas, que trouxe para a diocese junto com a Comunidade Shalom, da Renovação Carismática Católica. Isso colabora com o discurso de Oro e Alves (2016, p.222) sobre a Renovação Carismática Católica ter sido difundida por novos bispos, em dioceses vistas como progressistas, para combater a Teologia da Libertação e as CEBs.

Conforme já apresentado no tópico sobre a Arquidiocese de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte desenvolveu Alzheimer, por isso Dom Lessa foi transferido para Aracaju em 1998. Com isso, nesse mesmo ano assume a Diocese de Propriá, o italiano e assim como o bispo anterior também ligado ao Movimento dos Focolares, Dom Mario Rino Sivieri, que estava pároco de Lagarto havia 29 anos, desde que chegou ao Brasil em 1968.

Após as mudanças empreendidas por Dom Lessa, Dom Mario trabalhou com o que restou da diocese. Padre Isaías conta de um episódio em que a Empresa NORCON e fazendeiros convocaram uma reunião com quilombolas da Comunidade da Resina para propor a compra de suas terras para fazer um *resort*, mas estava internado e não poderia ir. Dom Mario prontificou a ir a reunião e ao final motivou os quilombolas a resistir dizendo que não trocassem o direito que tinham a aquela terra por um prato de lentilhas. Essa fala passou a motivar a luta na região (NASCIMENTO FILHO, 2017, p.58)

Cumprida a idade, Dom Mario solicitou renúncia e, ao ser aceita, foi morar em Lagarto, na Comunidade Fazenda da Esperança, do Movimento dos Focolares, fundado por ele quando pároco nessa cidade para a recuperação de usuário de drogas. Em seu lugar assumiu a Diocese de Propriá, em janeiro de 2017, Dom Vitor Agnaldo de Menezes, com um governo pastoral ainda começando, mas já com polêmica em torno do histórico das CEBs na diocese, retratado nos murais de Porto da Folha, que serão tratadas no próximo capítulo.

2.3.4 Diocese de Estância

Assim como Propriá, a Diocese de Estância começa sua história própria em 1960, quando é criada pela bula papa *Ecclesiarum Omnium*, porém o Monsenhor Francisco de Assis Portela, eleito para governar a diocese, renunciou e o Papa João XXIII nomeou como primeiro bispo Dom José Bezerra Coutinho, empossado em 1961. (SILVA, 2014, p.7).

O território diocesano possui 6.736 Km² e uma população de 471.508, conforme o Censo de 2010. Circunscreve dezesseis municípios das regiões sul e centro-sul de Sergipe: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Lagarto, Pedrinhas, Poço Verde, Riachão do Dantas, Salgado, Santa Luzia do Itanhhy, Simão Dias, Tobias Barreto, Tomar do Geru e Umbaúba. Limita-se com o Oceano Atlântico, a Arquidiocese de Aracaju-SE, a Diocese de Alagoinhas-BA e a Diocese de Paulo Afonso-BA. (DIOCESE DE ESTÂNCIA, 2018)

A Diocese de Estância teve um intelectual como seu primeiro bispo, pois Dom Coutinho, além de bispo de Sobral, Ceará, foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Associação de Imprensa de Aracaju, da Academia Sobralense de Estudos e Letras, Honorário da Academia Fortalense de Letras e Presidente de Honra da Academia Brasileira de Hagiologia (DIOCESE DE SOBRAL, 2018)

Ao vir morar em Estância, trouxe consigo o Padre Joaquim Antunes de Almeida, mais conhecido por Padre Almeida, uma vez que a diocese ainda não tinha um clero para começar os trabalhos. Este padre vai desempenhar um papel importante na reforma agrária de Sergipe, devido a sua opção pela libertação dos pobres. (ESTÂNCIA NEWS, 2018)

Porém, a Diocese de Estância não se alinha nem com a opção pelos pobres vivida na Diocese de Propriá, nem com o conservadorismo de Dom Luciano na Arquidiocese de Aracaju. Por isso Estância é uma diocese cuja identidade parece uma grade incógnita, tendendo para um afastamento das questões sociais e o investimento em movimentos eclesiais, mesmo Dom Coutinho tendo participado do Concílio Vaticano II e se mostrar aberto à reforma em curso.

A abertura e o convite para a instalação de movimentos eclesiais nessa igreja local é uma característica da gestão de Dom Coutinho. Hoje a Diocese de Estância possui sete movimentos instalados, são eles a Legião de Maria, Renovação Carismática Católica, Focolare, Cursilhos de Cristandade, Apostolado da Oração, Mãe Rainha e Serra, além de associações leigas, obras pontifícias e pastorais de manutenção e transmissão da fé. (DIOCESE DE ESTÂNCIA, 2018)

O sucessor de Dom Coutinho foi Dom Hildebrando Mendes Costa que, até então era bispo auxiliar da Arquidiocese de Aracaju, colaborador fiel de Dom Luciano Cabral Duarte. A posse de Dom Hildebrando na Diocese de Estância se deu em 1986 com a renúncia de Dom José Bezerra Coutinho, em função da idade (DIOCESE DE ESTÂNCIA, 2018). Nessa época governava a Diocese de Propriá, Dom José Palmeira Lessa e, com a posse de Dom Hildebrando em Estância, Dom Luciano passa a influenciar as três dioceses de Sergipe.

Eis o que fez Dom Luciano ao “interferir” na formação dos padres brasileiros quando, junto com os bispos de Estância (Hildebrando Mendes Costa) e Propriá (José Palmeira Lessa, atual bispo de Aracaju), criaram o Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição e assim deram a formação sacerdotal do Brasil mais uma opção de estudos. (BARRETO, 2015, p.8)

Os seminaristas de Estância estudaram no seminário de Aracaju até a posse do terceiro bispo da diocese, Dom Marco Eugênio Galvão Leite Almeida, que sucedeu a Dom Hildebrando após renúncia por limite de idade em 2003. O novo bispo decidiu que os seminaristas da diocese não mais estudariam no seminário arquidiocesano, e decidiu enviar os seminários para estudar no sudeste do país e alguns em Roma.

Essa decisão demonstrou a postura que o bispo teria no governo da Diocese de Estância. Sua gestão diocesana se deu em meio a uma sucessão de conflitos internos devido à forma como Dom Marco Eugênio se relacionou com o clero, provocando uma divisão da diocese em grupos a favor e contra o bispo, culminando em polêmicas públicas com a renúncia de alguns padres, afastamento de outros e suicídio de um diácono.

O auge das polêmicas se deu com o suicídio de um diácono que, ordenado em 2011, começou a atuar na Igreja de Boquim, Sergipe, enquanto aguardava ser ordenado padre. Porém, segundo relato das testemunhas no processo que consta no Diário de Justiça do Estado de Sergipe (DJSE) o pároco:

o acusou de envolvimento homossexual com um coroinha pelo fato deste ter ganhado do diácono uma aliança, que para o mesmo representava compromisso com Deus, tendo o pároco, todavia, interpretado de maneira equivocada. Não bastasse isso, a zeladora da paróquia noticiou ao padre que o afilhado do diácono, teria dormido em seu quarto. Embora esclarecido que o mesmo somente pediu para usar o seu notebook para assistir a um filme, o fato foi levado maliciosamente ao conhecimento do bispo ao qual era subordinado. Comunicados os aludidos fatos informalmente ao bispo da diocese de Estância, Dom Marco Eugênio, este, por sua vez, o acusou de pedofilia, suspendendo suas atividades paroquiais sem qualquer apuração formal e nem lhe permitindo o contraditório. Segundo aos autores, foi instaurado procedimento pelo conselho tutelar para averiguar a acusação, o qual concluiu que o diácono era inocente (DJSE, 2017, p.685)

Após essa acusação, o bispo extinguiu qualquer possibilidade do diácono se tornar padre. Segundo o DJSE (2017, p.685), para tentar resolver isso o diácono tanto protocolou recurso, quanto foi encontrar pessoalmente, o Arcebispo de Aracaju Dom José Palmeira Lessa, que afirmou não ter recebido o documento, mas recebeu o diácono. Sem resolução, na volta do encontro com o arcebispo, o diácono envenenou-se e veio a falecer após dezoito dias internado no Hospital de Urgências de Sergipe e a população local revoltou-se com os envolvidos.

Essa revolta ficou evidente nas pichações da parede do Instituto Diocesano, escrito “Fora Dom Marco Eugênio” e “Dom Marco Eugênio, Padre Gildeon e Helena mataram o Diácono Rafael” na parede da casa do bispo. (SANTOS, 2012)

IMAGEM 2: PICHANÇA NA PAREDE DA CASA DO BISPO DE ESTÂNCIA



FONTE: SANTOS, 2012

A repercussão logo se tornou abaixo assinado, com assinaturas de leigos e sacerdotes denunciando o bispo à nunciatura. E, após visita de um enviado da nunciatura para ouvir todas as partes envolvidas, a punição a Dom Marco Eugênio Galvão Leite Almeida foi sua transferência para ser bispo auxiliar na Arquidiocese de Salvador. Com isso, a Diocese de Estância ficou sob administração apostólica de Dom Giovanni Crippa, que em 2014 foi nomeado bispo diocesano.

A gestão de Dom Giovanni se inicia com a difusão de mais comunitariedade e menos clericalização, marcado inicialmente pela orientação de que todos os movimentos e pastorais da diocese estudassem o documento da CNBB *Comunidade de Comunidades, uma nova paróquia*, que aparecerá diversas vezes nessa dissertação. Em seguida solicitou a realização dos círculos bíblicos nas casas, guiados pelos subsídios da CNBB, no período da Campanha da Fraternidade, novena missionária, mês das vocações, mês da Bíblia e novena de natal; orientou o clero a ter moderação no uso de túnicas, batinas e *clergyman*, a observar o cumprimento das normas canônicas na adoração à eucaristia, para evitar exageros e “emocionismos”.

CAPÍTULO III

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM SERGIPE

No terceiro capítulo, são mapeadas as CEBs que existem em cada uma das dioceses ou arquidiocese da Província Eclesiástica de Sergipe. Além disso, são apontadas as formas como se organizam em cada contexto, uma vez que cada igreja local tem sua particularidade.

Tendo identificado, via dissertações e artigos utilizados no segundo capítulo, algumas comunidades em Propriá e Pacatuba, foi feito estudo de campo para observar como se organizam atualmente e, nas visitas, foram indicados outros locais em que as CEBs existem, para que essas comunidades também fossem observadas. Isso só foi possível graças às interligações que os membros dessa rede de comunidades possuem, seja porque essas pessoas estão juntas também em movimentos sociais e pastorais católicas, ou mesmo porque as CEBs compõem uma rede de comunidades com vida similar que comungam de atividades conjuntas. Por isso, caso haja alguma CEBs não identificada nessa pesquisa, provavelmente não pertence a essa rede interligada e seus membros tampouco são conhecidos por esses que foram visitados, o que é quase impossível.

Convém destacar que o percurso da observação de campo começou na Diocese de Propriá, nos municípios de Propriá, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande e Pacatuba. Como a CEBs é uma rede de comunidade, ao sair da Diocese de Propriá veio a sugestão de conhecer as CEBs na Arquidiocese de Aracaju e na comunidade Colônia Treze, da Diocese de Estância.

Foram feitas observações de campo durante dez (10) dias nos Municípios de Propriá, Neópolis, Ilha das Flores, Brejo Grande, Pacatuba, Aracaju e Lagarto. Durante o dia ocorria as observações da comunidade e às noites eram feitos os diários de campo. Foram feitos onze diários de campo descrevendo o máximo de detalhes possíveis de serem colhidos a partir dos itens norteadores do roteiro de observação.

3.1 DIOCESE DE PROPRIÁ

A Diocese de Propriá compreende três regiões administrativas definidas pelo Estado de Sergipe: Alto Sertão, Médio Sertão e Baixo São Francisco. Com a iniciativa de Dom José Brandão de Castro essa igreja local foi desenvolvendo a relação fé e vida em cada comunidade, por isso há memórias de CEBs em vários locais da diocese. Porém as comunidades existentes atualmente se concentram principalmente nos municípios do Baixo São Francisco, desde o Município de Propriá, sede da Diocese, aos municípios de Neópolis, Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba.

3.1.1 Propriá-SE: Paróquia São Miguel e Pe Isaías

As primeiras CEBs encontradas foram no Povoado São Miguel, no Município de Propriá, Sergipe, cujo pároco é o Padre Isaías Nascimento. Mestre em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco, o pároco é também coordenador diocesano da Caritas, portanto é a voz dos pobres dentre os clérigos da diocese. O Padre Isaías é conhecido em todo o Estado de Sergipe por ser um intelectual popular, mas também por sua inserção em reivindicações populares que já renderam debates, na Assembleia Legislativa de Sergipe, a favor e contra a atuação do padre na política. (INFONET, 2018). Em função de sua atuação, o Padre Isaías traz sobre si o histórico de ameaça de morte quando atuava no Município de Brejo Grande e organizou o processo de reconhecimento e posse das terras quilombolas.

Essa opção de vida pelos pobres é levada a sério pelo Padre Isaías também na casa onde vive. Impossível entrar na casa paroquial de São Miguel sem remeter a memória ao Documentário Anel de Tucun, na cena do encontro entre o investigador André, disfarçado de jornalista, e Dom Pedro Casaldáliga: “André: Isso aqui não parece casa de bispo. Dom Pedro: Pode ser estética evangélica. André: Estética evangélica ou ideologia política?” (O ANEL DE TUCUN, 1994, 41min33s-41min43s). De fato, a surpresa apresentada pelo personagem fictício do documentário materializou-se em alguns outros trechos dessa pesquisa, como se a opção preferencial pelos pobres fosse algo teórico impossível ser vivido na realidade.

A porta da casa permanecia aberta, inclusive ao sair. Pessoas entraram livremente para visita-lo, como a qualquer vizinho do interior. Não há temor do padre sobre roubos, afinal não há na casa coisas de tão grande valor financeiro que desperte cobiça. Nas paredes da casa estão outros sinais da opção pelos pobres, feita pelo sacerdote, inspiradas em São Francisco de Assis e, agora também, no Papa Francisco. O discurso célebre do Papa Francisco, no encontro com movimentos sociais, encontrou nexos nessa comunidade e alimenta as novas lutas: *Digamos juntos de coração: nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que provém do trabalho* (FRANCISCO, 2014).

Em outro canto, no corredor da casa, vê-se o quadro do Papa Emérito Bento XVI, com vidro quebrado, envelhecido, empoeirado, em nítido contraste com o quadro do Papa Francisco, inteiro e limpo. Assim como a igreja inteira, a casa paroquial venera o velho e novo, o passado e o futuro, para não esquecer da história e repetir velhos erros, mas caminhar olhando para a frente, para os caminhos que têm sido abertos pelo Papa Francisco.

IMAGEM 3 - Quadros da Casa Paroquial



FONTE: Rogério Andrade

Nas ruas as crianças correm para abraçar o padre, outros chamam para contar casos da comunidade: o alcoólatra que mora sozinho, teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e vizinhos ajudaram a cuidar, chamaram o padre para contar que desde que passou a receber Benefício de Prestação Continuada (BPC) os vizinhos ajudam a administrar dinheiro, inclusive reformaram sua casa. Na calçada de uma das casas vizinhas, o padre senta junto a um casal de idosos, seu filho, nora, neta e outros vizinhos. O assunto era o problema de falta d'água na comunidade e o padre afirmou que já havia procurado prefeitura e talvez o jeito fosse a comunidade protestar para conquistar a resolução disso.

Um homem alcoolizado senta junto na calçada, é morador da cidade e estava no povoado à procura da casa da irmã, mas não encontrava. Este homem começou a contar casos de sua vida e, ao descobrir que um dos homens era o padre da comunidade, começou a chorar e beijar a sua mão, pedindo perdão tanto por estar bêbado, quanto por ser filho de um terreiro de Umbanda. O padre o acolheu sem muita conversa, mais escutando que falando, pois era o que podia ser feito em suas condições.

Um casal de jovens com um filho recém-nascido procura o padre para conversar sobre o batizado da criança. Em uma paróquia comum o padre prontamente marca o batizado, mas a resposta do Padre Isaías foi de que esse casal precisa começar a caminhar na comunidade eclesial, convida a ir à missa, a festa de Reis no dia seguinte, pede que escolham um padrinho ou madrinha de apresentação para fazerem uma celebração de apresentação da criança à comunidade para, em seguida, marcar o batizado. O sacerdote explicou que faz isso com casais que não frequentam a igreja para que o batismo não seja apenas o cumprimento de um costume, mas que os pais se insiram na comunidade eclesial e o sacramento que pedem para o filho.

Isso é CEBs? Pergunto antes de dormir. Padre Isaías não dá uma resposta fechada, porque não existe, mas abre um bom caminho de reflexão que fez olhar melhor para o que existe nessa região, evitando não perceber as CEBs diante dos olhos ou confundir qualquer coisa com CEBs:

Se é CEBs ou não, vai depender do que você achou, porque o povo não está preocupado com nomenclatura, eu também não estou. Se há CEBs aqui ninguém vai dizer onde é e qual é. Não é algo que precise nomes, é algo que se vive. Se CEBs for a opção pelos pobres todas as paróquias onde passei tento construir isso, umas acolhem mais outras não. Se as CEBs forem a teologia da libertação dá no mesmo. (Padre Isaías)

Na praça da igreja matriz a arquitetura simples, idealizada pelo próprio Padre Isaías, é cheia de símbolos que dizem muito do que o sacerdote acredita e quer ver vivenciado pela comunidade. De um lado da praça tem a igreja, do lado inverso um palco para eventos da comunidade. Nos bancos frontais da praça constam placas escritas nos assentos *Fé, Esperança e Caridade*, que são virtudes teológicas. Nas paredes externas dos bancos, de frente para a igreja, lê-se as frases *Viver é Lutar* e *A união faz a força*. Nas paredes internas dos bancos e do cruzeiro, portanto na visão de quem está no centro da praça, lê-se *sabedoria, entendimento, ciência, conselho, fortaleza, piedade e temos de Deus*, que são os dons do Espírito Santo; ao lado da igreja está a casa paroquial, simples, como a opção de vida feita pelo sacerdote.

IMAGEM 4: Vistas da praça, palco de um lado, igreja do outro



FONTE: Rogério Andrade

Esses escritos revelam a eclesialidade dessa comunidade, cuja característica de base Povoado São Miguel é estimulada também pelo trabalho conjunto na produção de arroz nas zonas alagadas pelo Rio São Francisco. Dessa atividade surge a festa do arroz, onde os pequenos agricultores se reúnem para aprender sobre a lavoura, partilhar saberes, festejar a colheita, negociar produtos e celebrar a colheita

O evento foi organizado pela Caritas Diocesana de Propriá, pela Comunidade Paroquial do Povoado São José e pelo Movimento de Pequenos Agricultores de Sergipe e teve suas origens na década de 60 do Século passado, quando, nos anos de 1967 e 1968, realizaram-se suas primeiras edições. Após um longo período sem ocorrer, a festa foi resgatada por iniciativa do Padre Isaías Nascimento, com amplo apoio da comunidade local. Dessa forma, ocorreram a 3ª e 4ª Festas, nos anos de 2015 e 2016, respectivamente. (BARBOSA, 2018)

Em 2018, houve a VI Festa do arroz, com debates mediados por profissionais do campo e líderes de movimentos sociais em mesa redonda. Em seguida realizaram jantar comunitário como é característico em outros eventos da comunidade, concluindo com missa em ação de graças pela colheita e o momento de apresentação da cultura popular do Baixo São Francisco para concluir o encontro. (CARITAS BRASILEIRA, 2018)

IMAGEM 5: A Bíblia e o Arroz, os dois símbolos da comunidade



FONTE: CARITAS BRASILEIRA, 2018

A visita a essa comunidade produtora de arroz durou três dias. O Padre Isaías apresentou o Povoado São Miguel, afirmou que a paróquia compreende aproximadamente 18 comunidades rurais entre os municípios de Propriá e Neópolis. Duas dessas comunidades são o Assentamento Padre Cícero e o Povoado São Vicente que, nesse período ficaram responsáveis pela organização da Festa de Reis da paróquia.

O Assentamento Padre Cícero é uma comunidade simples, sem calçamento, com aspecto rural, fruto da conquista da terra na década de 1980, após ocupação e desapropriação coordenadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) diocesana, sob orientação do primeiro bispo de Propriá, Dom José Brandão de Castro. O assentamento é coordenado por uma líder comunitária, que é membro da Pastoral da Criança e também é Agente Comunitária de Saúde, portanto lidera a comunidade diante da prefeitura e diante da paróquia.

Era véspera do Dia de Reis e essa comunidade ficou responsável por receber a caminhada que viria do vizinho Povoado São Vicente. Para a organização da Festa de Reis a comunidade se reuniu em um campo amplo ao lado da escola do assentamento, onde um grupo já construía uma cabana para ser montado o presépio e foi a esse grupo que se juntou o padre e este pesquisador. Veio à mente logo a surpresa, pois não são todos os padres que são disponíveis a

se envolver com o povo, muito menos a fazer esse tipo de serviço braçal, sujeito a sujar-se e cansar.

IMAGEM 6: O povo e o padre limpando o campo e construindo a cabana do presépio



FONTE: Rogério Andrade

Em outro local da comunidade, mulheres se reuniam em uma calçada para produzir lanches e doces para distribuir aos visitantes da festa. Outro grupo tinha a missão de escolher um casal, o bebê e os animais para compor um presépio vivo. As crianças brincavam ajudando os adultos na cabana, na produção de alimentos e na limpeza do mato do terreno. Enquanto construía-se a cabana para o presépio uma senhora, de aproximados 60 anos, lembrava do tempo de barracos no assentamento: “Oh meu Deus, era bem assim os barracos quando a gente tava assentado. Ali no canto colocava o pote pra água, aqui arrumava umas esteiras e ali fora no trio da porta fazia fogo pra fazer comida pra nós e todo mundo comia junto. ”

Há alguns quilômetros, o Povoado São Vicente possui aspecto urbanizado, com calçamento, capela ampla, casas mais vistosas e carros nas garagens. Essa comunidade seria o ponto de partida da caminhada, por isso foram responsáveis pela preparação da celebração na capela da comunidade, escolha dos cantos da caminhada, confecção da estrela e estandarte que viriam a frente, escolha das pessoas para levar a estrela e o estandarte, para interpretar os reis magos, além de crianças para caminhar vestidas de anjos. Estava quase tudo pronto, faltava apenas concluir o estandarte, pois a demais obrigações já tinham resolvido.

Sobre essa comunidade, Padre Isaías contou que certa vez eles alugaram três ônibus para irem à praia no final de semana, mas tinham missa marcada, por isso comunicaram ao padre que viajariam e não teria condições de ter missa naquele domingo. Em outras vezes o padre foi celebrar missa na hora marcada e o povo resolveu deixar para um pouco mais tarde. Essa

apropriação da celebração da comunidade pelos seus membros mostra o contraste com a rotina rígida de horários e cronogramas de uma paróquia comum, principalmente urbana, em que as celebrações são muito pouco subjetivas, as pessoas são mais expectadores do que atores da celebração, que reflete muito mais a encenação litúrgica do que a vida cotidiana da comunidade.

Chegado o dia da Festa de Reis, o próprio sacerdote abriu as portas e as janelas da Capela do Povoado São Vicente para a celebração que a comunidade preparou. No altar, um banner de São Vicente, padroeiro da capela, expõe uma frase desse santo que ilustra a opção preferencial pelos pobres abraçada nessa comunidade: *os pobres são nossos mestres*.

IMAGEM 7: Altar da Capela São Vicente



FONTE: Rogério Andrade

Como combinado, o Povoado São Vicente organizou a missa que começou com a entrada de um jovem recém-batizado trazendo a estrela, guiando três homens personificando os Reis Magos que vieram atrás junto com um estandarte escrito *Ele voltará denovo*. Em seguida entraram todas as crianças que vestiam asas de anjos, sentaram-se no degrau do presbitério e o sacerdote convidou a todas as outras crianças que estavam na capela a se sentarem junto às vestidas de anjo, ficando apenas os adultos nos bancos da igreja. Foram distribuídas estrelas menores para as crianças portarem na caminhada. Desta forma, todos ficaram acomodados no presbitério da capela: estrela, Reis Magos, anjos e demais crianças da comunidade.

A liturgia da missa foi muito espontânea, principalmente nas partes de participação da assembleia. No momento das preces, o padre convidou as pessoas a fazerem as preces que desejavam fazer. Como não tem coroinhas, nem coral na capela, o padre era ajudado pelas crianças e demais pessoas que estavam ali perto, com a recepção do ofertório, com objetos litúrgicos e com cantos.

IMAGEM 8: Altar da Capela São Vicente durante celebração da missa



FONTE: Rogério Andrade

Após a missa, o povo saiu em caminhada, guiado pela estrela, pelas crianças vestidas de anjos e pelos Reis Magos, ao local onde o presépio foi construído. Maioria das pessoas portavam um presente nas mãos a pedido do padre, que orientou que trouxessem um presente para crianças de até 7 anos de idade, a ser depositado no presépio, como um presente para o menino Jesus. Esses presentes posteriormente foram doados a alguma instituição que lhes darão o justo destino. Na caminhada, rumo ao local onde Jesus nasceu, as pessoas dançavam, cantando com facilidade os cantos escolhidos pela comunidade, uma vez que são cantos não somente religiosos, mas também folclóricos e populares. Toda esta Festa de Reis se aproximou mais da religiosidade popular do que do liturgismo romano.

IMAGEM 9: Caminhada rumo ao Presépio



FONTE: Rogério Andrade

Nos cantos utilizados (ANEXO B) estavam os sinais do jeito de ser daquela comunidade. O primeiro canto “Cálix Bento”, interpretado por Milton Nascimento, é um canto muito utilizado em Festa de Reis e traz invocações a elementos do catolicismo, como a hóstia e o cálice, chamado *cálix*, no sotaque caipira, respondidas pelo “oiá” que é originário do sotaque mineiro, onde o cantor nasceu. O segundo canto “Ouro, incenso e mirra”, de Padre Zezinho,

traz em um tom mais erudito a história do nascimento de Jesus, destacando a visita de três reis, um branco, um negro e um cor de jambo, trazendo presentes ao que libertará o povo do oriente ao ocidente de toda opressão. O terceiro canto “Bandeira do Divino”, interpretada por Ivan Lins, fala da festa popular de Pentecostes, onde a Bandeira do Divino, vermelha com a pomba no centro, desfila à frente de cortejos, colhendo esmolas de quaisquer espécies, que fariam fartas as mesas de muitos. Além disso a música fala das bênçãos de liberdade e justiça que o Espírito Santo deixa nas casas que visita.

Ao chegar ao Assentamento Padre Cícero, o cortejo foi colocado em fila para passar no presépio. Todos, um a um, colocaram presentes diante dos personagens da Sagrada Família, reverenciaram o menino, pediram bênçãos e se benzeram. Naquele momento, o presépio tornou-se imagem de veneração do povo, extrapolando os rituais que geralmente são feitos em torno de objetos sacros, mas uma veneração em torno da vida real que estava diante de seus olhos. Aquele bebê não só simbolizava o nascimento de Jesus, mas pela fala emocionada de alguns é uma vida que nasceu pelas mãos de Deus e precisa ser venerada também pelo que é na realidade. Nisso se percebe a relação fé e vida que este povo construiu ao perceber que o bebê não é só personagem da vida, mas é a vida que se refaz em cada ser que nasce.

IMAGEM 10: O povo, o presépio e a Festa de Reis



FONTE: Rogério Andrade

Após esse momento de veneração, foi feita uma grande roda em frente ao presépio e os zabumbeiros começaram a tocar para o povo dançar. As músicas eram as mesmas, mas os ritmos foram agitados para dar caráter de festa. Nesse momento os moradores da comunidade

faziam filas para tirar fotos com os personagens: Reis magos, José, Maria, Jesus e os animais, e com a cabana que eles mesmos construíram.

3.1.2 Neópolis, Ilha das Flores, Brejo Grande: as Irmãs de Jesus Crucificado

Em visita a Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande, o Padre Isaías procurou o máximo de membros possíveis das Pastorais Sociais para comunicar uma reunião da Caritas Diocesana e de todos membros de pastorais sociais com o novo bispo, para planejar as atividades. Em Ilha das Flores falou com Conceição, da Pastoral da Criança e com os líderes quilombolas da Resina. Em Brejo Grande convidou as Irmãs de Jesus Crucificado.

No tempo que dialogaram, tanto o Padre Isaías quanto líderes comunitários falavam da história das CEBs falando das lutas da CPT pelas terras na região de Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande. Por algum momento surgiu a tentação de separar didaticamente CEBs e CPT, mas ficou logo evidente que nessa região a maioria das CEBs são oriundas da luta pela terra coordenada pela CPT e que seus membros são sempre os mesmos, pois após conseguir as terras e construir comunidades continuavam na luta por outros companheiros, portanto não há como, nem porque, separar essas duas formas de igreja que se alimentavam mutuamente de membros.

O primeiro caso, citado por Conceição, foi a Fazenda Betume, em Neópolis. O caso já foi descrito nessa dissertação como o momento de conversão de Dom Brandão, ao ver a CODEVASF expulsando as famílias e um deles pediu para o bispo ser como Moisés a guiá-los. “Nossas comunidades vivem a fé pautando as lutas diárias, pois as missas e momentos de estudo da palavra que fazemos são meios de mobilização da comunidade para resistir aos novos desafios” (Maria Conceição).

Um dos desafios citados pelos militantes do campo foi a eleição do Presidente Jair Bolsonaro. “Os militares estão no poder. Mesmo eleito eles todos são militares, presidente, ministro, e você já sabe como é militar no poder né?” (Líder Quilombola). Padre Isaías complementou dizendo “Estamos em um governo militar travestido de democracia”. Os membros das CEBs parecem unânimes na concepção de que, mesmo tendo tido vitórias nos campos, sempre correm riscos e precisam ficar atentos, é uma posição de alerta sempre, não acreditando na teoria do direito adquirido em definitivo, mas conquistado a cada dia.

Nesse momento de conversa chamou atenção uma das falas de um dos líderes, apontando que há grupos dentro da igreja de Neópolis que são críticos as CEBs, mesmo vendo o sofrimento do povo: “no meio de tanta luta ainda há gente na igreja que fala das CEBs, como as irmandades” (Líder Quilombola). Prontamente veio à lembrança a fala do Professor Gláucio José Couri Machado, durante a qualificação de mestrado desse pesquisador, dizendo que a

relação das CEBs não era tensa apenas com o catolicismo romano, mas também com o catolicismo popular.

O líder não citou nomes, mas ao pesquisar, buscando a existência de irmandades católicas em Neópolis, de imediato apareceu um artigo intitulado “Venha, milagre grátis”, no site da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. Nesse artigo há críticas aos neopentecostais pelas promessas de curas e milagres que prometem, mas há crítica ainda maior aos seguidores da Teologia da Libertação que, segundo a irmandade, estão dentro da igreja disseminando que os milagres bíblicos não aconteceram exatamente como estão escritos, mas são simbologias que devem ser interpretadas para viver no tempo atual (BISPO, 2018). Segue um trecho:

Muitos Católicos e até mesmo alguns sacerdotes e teólogos se opõem aos milagres, tentando empurrar goela abaixo de alguns fiéis histórias como se o episódio da multiplicação dos pães fosse na verdade, uma forma de Jesus influenciar a partilha. Longe de ser errado partilhar, porém nega-se o milagre de Jesus por ensinamentos propostos pela teologia da libertação, uma forma de ver o evangelho como muito menos que uma revelação divina, mas uma cartilha de lições sobre causas sociais. Mas não se engane, pois esta teologia buscou frutos em Marx deturpando tudo que a Igreja já fazia há muitos anos com seus hospitais, leprosários, abadias, creches e toda caridade que existe muito antes de um pretencioso Leonardo Boff que fora repreendido por São João Paulo II em 02 de março de 1983 por desobediência e ocupação de cargo público em governo socialista. Alguns teólogos vão dizer também que os milagres do AT foram na verdade coincidências, como já ouvimos uma aula de Cristologia que, Moisés atravessou o mar na maré baixa e que o mar não se abriu. (BISPO, 2018)

Nisso se percebe que mesmo em uma diocese com aparência coesa na opção pelos pobres através da libertação social, há também grupos que, embora sejam menores, optam pela caridade e fundamentalismo, sendo críticos a essa forma de viver a mensagem bíblica. Porém, vale destacar que as irmandades possuem origens anteriores ao Concílio Vaticano II e a opção pelos pobres declarada pela igreja em Medellín. A Irmandade do Senhor dos Passos, em Neópolis, é da mesma época da irmandade de mesma devoção em São Cristóvão, portanto meados do século XIX (SANTOS, 2015b)

O segundo relato foi em Brejo Grande, ao passar no Convento das Irmãs de Jesus Crucificado para entregar os presentes doados pelas pessoas na Festa de Reis. Ao falar sobre a reunião da Cáritas Diocesana com o novo bispo de Propriá, Dom Vitor, o Padre Isaías e as irmãs conversaram sobre as comunidades quilombolas, motivo de luta das CEBs nessa região entre os municípios de Ilha das Flores e Brejo Grande. Enquanto em Propriá as CEBs se organizaram na luta por reforma agrária, nessa região as comunidades se organizaram na luta pela titulação de terras de remanescentes quilombolas.

Você viu uma CEBs lá em Propriá, agora em Brejo Grande aqui você vê outras. As irmãs de Jesus Crucificado têm um trabalho de organização do povo aqui nessa região, em torno delas há uma pequena comunidade, porque estão disponíveis aos mais pobres. Isso é CEBs. Fui pároco aqui, mas Dom Mario achou melhor eu dar um tempo morando na casa dele, por causa de uma ameaça de morte que teve (Padre Isaías)

Sobre essa ameaça de morte que fez Dom Mario tirar o padre Isaías de Brejo Grande para morar por um período no Palácio Episcopal de Propriá, deve-se a seu apoio aos povos quilombolas do município durante a fase de reconhecimento étnico e da luta pela titulação das terras, logo que assumiu a paróquia do município em 2004. As comunidades de “Brejão, Brejo Grande, Carapitanga e Resina são localidades dentro do município, que formam a comunidade quilombola Brejão dos Negros” (BOMFIM, 2016, p.1266)

Sobre a ameaça de morte ao padre, em nota assinada pelo bispo de Propriá, Dom Mario Rino Sivieri, o Padre Isaías Nascimento descreve como se deu a ameaça:

Eu aceitei ir rezar uma Missa no Brejão. Várias autoridades estavam presentes. Na homilia me ateu a explicar a doutrina social da Igreja. Terminada a Missa convidei para que o povo pudesse ter esclarecimentos. No interior da Igreja durante a Missa houve o maior respeito, enquanto fora da Igreja havia um grupo que incentivava o povo a sair. Houve desacatos ao representante da OAB por parte de um rapaz, que também veladamente ameaçou o Dr. Rodrigo, sendo que um conhecido do rapaz interpretou como ameaça de violência. Terminada a Missa todos os que estavam fora entraram gritando slogans bem ensaiados de “Fora o padre”. E a qualquer tentativa de acalmar não deixaram. Por esta razão suspendi a tentativa de diálogo (SIVIERI, 2007)

Dom Mario concluiu lembrando que no ano anterior tocaram fogo na casa do Padre Isaías e com essa nova ameaça diz: “diante destas ameaças levei comigo o padre para alguns dias de descanso. Mas não é a primeira vez que a Diocese de Propriá enfrenta ameaças desde os tempos de Dom Brandão de Dom Lessa, que se registram sempre naquela região. (SIVIERI, 2007).

Apesar da saída de Padre Isaías do município, a Caritas Diocesana, sob sua coordenação, continuou orientando os quilombolas, por isso em 27 de outubro de 2005 enviou requerimento à Fundação Palmares solicitando o reconhecimento como comunidade remanescente quilombola e em 19 de junho de 2006 recebeu tal certificação. Suas terras pertencem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a comunidade possui a permissão de moradia, mesmo assim suas terras seguem sendo invadidas por fazendeiros da região, que arrastam suas cercas sobre o território quilombola.

3.1.3 Pacatuba: Irmã Francisca da Caridade de Namur e Pe Nestor

Pacatuba se revelou um diferencial nas CEBs dessa região por tem um grupo paroquial de leigos, intitulados grupo CEBs, que participa das atividades da paróquia como a noite das CEBs na novena do padroeiro e reuniões ordinárias todas as quartas-feiras nas casas para a execução do círculo bíblico. O trabalho de base feito nessas terras fincou um marco de CEBs na identidade do povo. Nesse município eles falam em CEBs, relembram histórias, destacam que o mais pobre deve ser o primeiro e falam em direitos que possuem.

Na ponta da língua desse povo estão também os responsáveis por esse jeito de ser da igreja de Pacatuba: o padre redentorista Nestor Mathriceu e as irmãs belgas da Congregação da Caridade de Namur, em especial a Irmã Francisca (Mathilda Antoniette Christine Hendriex). Ambos empreenderam a valorização do leigo na relação fé e vida, que fez com que os trabalhos de base se multiplicassem e não dependesse tanto do sacerdote e da freira.

Foram inúmeros confrontos que travamos em defesa da reforma agrária em Japaratuba, onde cheguei em 1968, convidada pelo nosso bispo Dom José Brandão de Castro e pelo prefeito, também da Bélgica e redentorista, Pe Gérard Lothaire Jules Olivier. Depois lá foi igual também em Canhoba, Povoado Betume, em Neópolis, Ilha das Flores, Brejo Grande e aqui em Pacatuba (Irmã Francisca)

Assim como a Irmã Francisca, o Padre Nestor também tem, em sua história, ameaças e perseguições. Das ameaças que vieram sobre o padre, destaca-se quando os latifundiários, descontentes com a igreja, criaram festa religiosas paralelas às da Igreja; em outro momento, o padre Nestor organizou a festa do Santo Cruzeiro, mas jagunços invadiram e retiraram a cruz do local e em carta ao bispo ameaçou-os de morte, provocando a suspensão a festa. O sacerdote foi ameaçado de morte e o bispo de espancamento, ao impedir que um latifundiário fosse padrinho de batizado, por descumprir normas de padrinhos na igreja (SANTOS, 2017, p.135)

A própria casa das Irmãs de Namur se propõe a ser CEBs. “Está sempre aberta ao povo que a busca seja pra fé ou pra partilhar a vida”, afirma a Irmã Francisca. Nas paredes da casa há sinais disso, pois o quadro da Irmã Dorothy Stang, assassinada ao defender seringueiros, ilustra a entrada da capela; quadros de Dom Pedro Casaldáliga e Dom Helder Câmara estão na capela, junto ao sacrário. Sobre isso a irmã falou: “várias pessoas já questionaram os quadros deles aqui na capela e do lado do sacrário, alguns dizem ‘ele não são santos, tira daí’, ele não conheceram, eu digo que são porque eu os conheci e sei que são” (Irmã Francisca).

IMAGEM 11: Quadro de Ir Dorothy Stang, de Dom Casaldáliga e Dom Helder na Capela



FONTE: Rogério Andrade

Além da casa das Irmãs da Caridade de Namur, duas comunidades leigas de Pacatuba se destacam como CEBs, o Assentamento Cruiri e o Bairro Bugio, ambas compõem redes de comunidades, pois são o centro de encontro de várias comunidades vizinhas. O Assentamento Cruiri é fruto da ocupação e desapropriação coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1989. Desse processo surgiu, inclusive, um grupo folclórico como símbolo da comunidade.

Os dias de vigilância nas ocupações à Fazenda Cruiri, além de culminar com um desfecho feliz, que beneficiou uma série de famílias sem terra, deu origem a uma manifestação cultural, que mexe com a tradição local, batizada de “batuque”, grupo folclórico puxado pelas vozes das mulheres que aguardavam o desfecho naquela batalha pela posse da terra (INFONET, 2018)

A visita para observação da comunidade se deu durante a novena de sua padroeira. À noite estava previsto que a celebração fosse realizada pelo pároco de Pacatuba, porém o sacerdote precisou viajar e a comunidade convidou um outro sacerdote para a celebração, nascido na cidade, mas incardinado na Arquidiocese de Aracaju.

Ao iniciar a celebração, o sacerdote pediu que todos olhassem para a pessoa do lado e cantasse, levantando as mãos, em tom emocionado. Nitidamente percebia-se a inclinação carismática do sacerdote que trocou as leituras escolhidas pela comunidade para a novena por leituras litúrgicas do dia. Em sua homilia o sacerdote criticou o excesso de ideologias na igreja e apontou os milagres que Deus fez na vida de sua irmã que participa da Renovação Carismática Católica. Em seguida, percebeu-se o desconcerto do sacerdote ao receber o ofertório do povo em frutas, legumes e grãos que produzem na comunidade. Essa experiência mostra a dificuldade que as CEBs têm de manter sua identidade frente à sacerdotes romanizados.

Outra característica que chama atenção nessa CEBs é a existência de movimentos, pastorais e hábitos não muito difundidos pelos intelectuais da libertação, como véu cobrindo a cabeça de uma mulher e a medalha e fita do Apostolado da Oração no pescoço de outro. Nesse sentido, a comunidade ilustra o conceito que o teólogo Padre José Marins apresenta sobre as CEBs como “o primeiro nível da Igreja de Jesus Cristo. Envolve a totalidade da Igreja em seu pequeno nível, em comunhão com a diocese e o conjunto da Igreja. Portanto, é uma Igreja completa em miniatura” (MARINS, 2018). É uma igreja pequena, onde todos se conhecem, completa de diversos serviços que possuem em uma paróquia comum como os ministérios, os movimentos e as pastorais.

IMAGEM 12 - A igreja completa em miniatura



FONTE: Rogério Andrade

Já o Bairro Bugio possui um grupo de CEBs que se encontra semanalmente para celebrar o círculo bíblico, com meditação da Bíblia e conversa sobre a comunidade, através da metodologia VER/JULGAR/AGIR. A casa estava cheia, em média trinta pessoas, entre jovens, adultos e idosos, com maioria mulheres, na sala e nos corredores da casa. Os homens também frequentam, mas geralmente ficam na calçada conversando, enquanto as mulheres rezam. Apenas um homem estava participando dentro da casa, além deste pesquisador.

O círculo bíblico começou com a reza do terço, facilitando a inclusão das pessoas que não sabem ler, porém o terço é rezado como as CEBs rezam, pois entre cada dezena de mistérios um canto próprio das CEBs e a súplica por alguém ou alguma necessidade do bairro.

IMAGEM 13: Círculo bíblico semanal



FONTE: Rogério Andrade

Em seguida, uma freira presente anunciou a passagem bíblica que foi proclamada por uma das participantes e todos começaram a comentar o que entenderam sobre a passagem. O texto tratava da carta de Paulo a igreja de Tessalônica, lembrando os dias que passou com eles, falando das saudades que sente e do desejo que continuem no caminho ensinado. A partir desse texto quase todos se colocaram para falar recordando lembranças do tempo que a comunidade nasceu, os primeiros moradores, as primeiras casas, os mutirões para construir casas para os que tinham apenas terrenos, mas não tinham dinheiro para construir e as refeições que faziam juntos após os mutirões. Foram variadas partilhas sobre a história da comunidade.

O próximo passo foi o planejamento do gesto concreto a partir do que a palavra despertou neles. Decidiram, então, que cada um deles traria, na semana seguinte, uma carta para entregarem juntos a algum membro da comunidade que não frequenta mais os círculos bíblicos ou mudou do bairro. A maioria deles não sabe escrever, mas falaram que pediriam a alguém para escrever e traria na semana seguinte.

Esse círculo bíblico existe há mais de trinta anos e essas pessoas se conhecem muito, conhecem a comunidade e as necessidades de cada um. No momento que refletiam a história da comunidade ficou perceptível a importância que o momento do agir tem na aplicação da palavra, ouvida e meditada, na vida da comunidade. Eles faziam mutirões para a maioria das decisões e ações, desde construir casas, plantar, colher, pedir alimentos nas casas para doar a pessoas que passavam fome, a cobrar calçamento e esgotamento sanitário no bairro.

3.1.4 Porto da Folha: Frei Enoque e Frei Juvenal

A história da CEBs em Porto da Folha passa pela missão do Frei Angelino Feitosa. Nascido em Porto da Folha em 1925, o frei atuou em Canindé, Ceará, e Serinhaém, Pernambuco, mas ao se deparar com as deliberações do Concílio Vaticano II, a Teologia da Libertação, a opção preferencial pelos pobres e a pastoral de Dom Helder Câmara, resolveu em 1968 deixar o convento e viver a experiência de São Francisco de Assis entre os pobres, em uma casa da periferia da cidade, cultivando terras da paróquia. No ano seguinte, os Freis Roberto Eufrásio de Oliveira, Frei Enoque Salvador de Melo e Frei Juvenal Vieira Bonfim decidiram acompanhá-lo no mesmo ideal. (PORTOFOLIENSE, 2019)

Frei Enoque Salvador tornou-se conhecido em Sergipe inicialmente pela defesa dos índios Xocós que, após três episódios de ganho e perda da posse de suas terras, encontravam-se novamente em conflito. Xocó e Lima (2018) contam que desde 1672 que os índios ganham a posse das terras do imperador, do presidente da província e do governador do Estado, mas sempre são golpeados e perdem suas terras. Porém, há uma vitória, até agora definitiva, quando

Frei Enoque Salvador e Dom José Brandão de Castro convocaram em 1978 a primeira romaria da região, compraram arame farpado e juntos, povo e índios, cercaram a ilha.

No dia seguinte, enviados dos fazendeiros se dizendo enviados do bispo entraram na ilha, colheram informações e fotografias que resultou na expulsão das 26 famílias das Terras Caiçara. Como reação à expulsão das famílias, Dom Brandão e Frei Enoque provocaram o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) a realizar em Porto da Folha a Assembleia dos Povos Indígenas do Nordeste que conseguiu do Governador do Estado de Sergipe, Sr. Augusto Franco, a desapropriação da Ilha de São Pedro, pagando dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros, a família Britto de Propriá.

Nos locais em que Frei Enoque atuou construiu-se comunidades que correlacionava fé e vida. A opção pelos pobres o levou a candidatar-se e ser eleito prefeito de Poço Redondo por três mandatos. Porém, no último mandato a igreja determinou que o frei optasse pelo sacerdócio ou pela atuação política e o frei resolveu renunciar ao mandato que o povo lhe deu.

Paralelamente, o Frei Juvenal Vieira Bonfim se tornou célebre em Porto da Folha pela sua arte, principalmente pelo mural pintado no altar da Igreja Matriz de Porto da Folha, em 1970. Nele o jeito CEBs de ser igreja é representado por um Jesus enegrecido ao centro, partindo o pão para pessoas que estão em cenas cotidianas de vida e trabalho, nas terras do sertão e nas águas do Rio São Francisco, de onde emana o Espírito Santo que repousa sobre a cabeça de Jesus e ilumina a vida e o trabalho do povo, conforme imagem 14.

Porém, esse mural se tornou centro de uma polêmica.

No contexto bicentenário da Paróquia Nossa Senhora da Conceição (1821-2021), na cidade de Porto da Folha, no sertão de Sergipe, a campanha pela reforma da Igreja Matriz, proposta pelo pároco Melchizedek de Oliveira Neto, em 2016, desencadeou na comunidade católica uma campanha para a preservação da pintura mural do altar mor, com a criação de um abaixo assinado em 16 de maio de 2018, reivindicando o tombamento da pintura realizada por Frei Juvenal Vieira Bomfim, em 1970. (SÁ, 2018)

De um lado o padre que desejava a reforma da igreja cobrindo o mural, do outro o povo que desejava a preservação do mural histórico no altar, e no meio Dom Vítor Agnaldo de Menezes, o bispo recém-empossado. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Universidade Federal de Sergipe e Comissão Diocesana de CEBs da Diocese de Garanhuns se posicionaram a favor da preservação do mural e provocaram a abertura do processo de tombamento no Conselho Estadual de Cultura. Em meio a essas discussões e com a abertura do processo de tombamento, a igreja foi invadida na madrugada e uma parte do mural foi destruído.

IMAGEM 14: O altar antes e depois do vandalismo



FONTE: www.fanf1.com.br/painel-da-igreja-de-porto-da-folha-e-destruido

O caso do mural segue dando debates e isso reacendeu o interesse da comunidade por sua história, levou-a a reencontrar as CEBs nas reflexões de fé correlacionadas com a vida que levam, mas também na reflexão do papel da comunidade e do padre na igreja. A comunidade, inclusive com algumas pessoas que viveram a missão dos franciscanos no município, não merece ser consultada sobre uma mudança desse porte na igreja que sempre enxergaram com o mural? O padre recém-chegado no município e o bispo recém-chegado na diocese têm o direito de mudar algo que pertence a comunidade onde eles recém chegaram?

Essas reflexões dizem muito do protagonismo leigo que as CEBs defendem e é importante surgirem na comunidade em um momento em que recebem um padre com discurso de que o mural tem motivações ideológicas, como se a sua posição anti-mural não fosse uma posição ideológica como qualquer outra ação anti-ideológica. Essa posição do padre aponta os rumos que deseja para a igreja, mas precisa estar afinado com a forma de catolicismo que a comunidade escolheu.

3.2 DIOCESE DE ESTÂNCIA

A Diocese de Estância não tem uma tradição de comunidade envolvidas com questões sociais, mas os membros das CEBs Propriá citaram o Padre Almeida, como um membro da Diocese de Estância que foi personagens das CEBs de Sergipe, pois colaborou na difusão desse jeito de ser Igreja em formações e organizações sociais pelo Estado.

3.2.1 Colônia Treze e o Cooperativismo do Pe Almeida

Na Colônias Treze a referência atual da história católica da comunidade é a Senhora Maria Lourdes Pacheco, mais conhecida como Dona Udinha da Pastoral da Criança. Formada pessoalmente por Doutora Zilda Arns durante uma estadia em São Paulo, Dona Udinha é fundadora e coordenou durante muitos anos a Pastoral da Criança no Estado de Sergipe. Hoje, professora aposentada, viúva e com filhos adultos, Dona Udinha resolveu fazer votos em ordem terceira na Congregação das Irmãs Camilianas, que tem o carisma de trabalhar com doentes, administrando e atendendo com práticas populares no Posto de Saúde da comunidade.

IMAGEM 15: Dona Udinha em Atividade Popular em Saúde

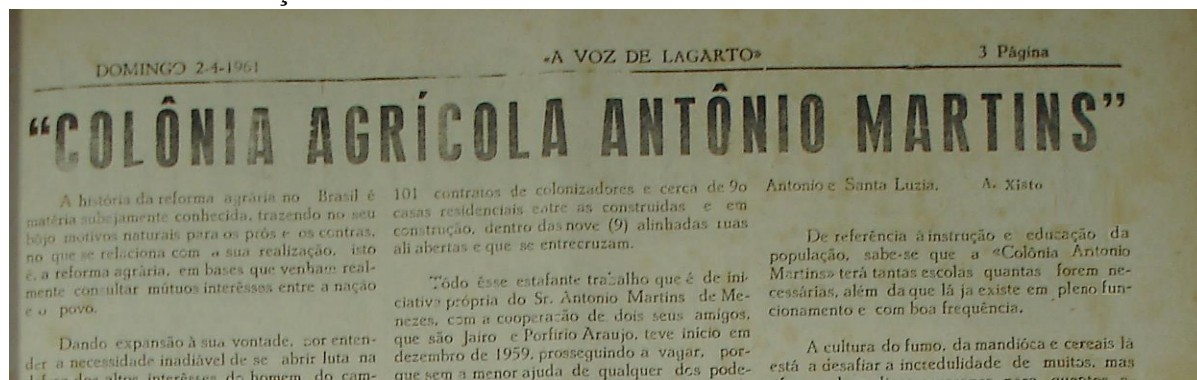


FONTE: Rogério Andrade

Seu povoado, a Colônia Treze, é situado no Município de Lagarto e foi fundado, segundo o Jornal A voz de Lagarto (1961, p.3), na década de 1960 pelo fazendeiro e ex-prefeito de Lagarto, Antônio Martins de Menezes, que dividiu 8.400 tarefas de sua propriedade em dez lotes de terras, no quilometro treze da estrada que liga Lagarto a Salgado. Estas terras foram doadas a um grupo de colonos em escritura pública junto com um crédito bancário para começarem a produzir, tendo o próprio Antônio Martins como avalista.

Quanto à obtenção do crédito ou financiamento, dirige-se o colono ao Banco do Brasil – agência local, - munido da escritura de seu lote de terra, habilitando-se para o recebimento desse crédito por sua própria conta, merecendo entretanto o apoio moral do Sr Antônio Martins de Menezes, no tocante a esse compromisso. Segundo estamos seguramente informados, já existem na << Colônia Agrícola Antônio Martins>> 101 contratos de colonizadores e cerca de 90 casas residenciais entre as construídas e em construção, dentro das nove (9) alinhadas ruas ali abertas e que se entrecruzam. (A VOZ DE LAGARTO, 1961, p.3).

IMAGEM 16: A criação da Colônia 13



FONTE: Biblioteca Estadual Epifânio Dórea

Nessa mesma época estava sendo fundada a Diocese de Estância e o primeiro bispo veio do Ceará trazendo consigo o Padre Almeida. Envolvido em trabalhos de base e influenciado pelo que conhecia da Ação Católica Especializada, o padre assessorou Juventude Estudantil Feminina (JECF) e a Juventude Independente de Parnaíba (JLP), passou em duas dioceses a convite dos bispos e na terceira resolveu se estabelecer em definitivo em Estância, Sergipe.

Ao chegar em Estância, Padre Almeida percebeu a necessidade de organização dos pequenos agricultores frente ao nível de organização dos grandes latifundiários da região sul de Sergipe, por isso “fundou a COOPAME – Cooperativa Agrícola Mista de Estância, da qual foi presidente, com atuação em 13 municípios da região Sul do Estado, fundando 10 colônias ou núcleos de colonização e assentando 624 famílias, na condição de precursor da reforma agrária na região” (ESTÂNCIA NEWS, 2018)

Essa onda cooperativista de Padre Almeida por todo o sul sergipano, influenciou também a criação da Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze LTDA (COOPERTREZE), fundada pelos colonos que tinham recebido as terras. Sobre isso Dona Udinha lembra que:

O CEBI dava cursos aqui pras pessoas, dava cursos de alimentação, dava cursos de sementes, eu lembro de Jaci e Jacira, duas irmãs que moravam em Estância, era quem dominava o CEBI aqui na região, a força maior, era de Estância, e o padre que comandava tudo era Padre Almeida (Dona Udinha)

Enquanto o Padre Almeida trabalhava a fé do povo do sul do Estado, analisando as questões sociais que vivem através de formações do CEBI (Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos), na cidade de Lagarto a igreja caminhava em sentido contrário, principalmente após a destituição militar do governo federal em 1964 e instauração da ditadura militar no Brasil. Isso é apresentado no Jornal “A Voz de Lagarto” de 10 de abril de 1966, onde consta uma notícia de capa descrevendo as comemorações do que chamaram de revolução.

IMAGEM 17: Missa em comemoração ao Golpe Militar de 1964 em Lagarto



FONTE: Biblioteca Pública Epifânio Dorea

Na nota, intitulada “Lagarto comemora o 2º aniversário: revolução”, o Jornal “A voz de Lagarto” descreve como a população foi acordada em 1º de abril com sons da banda marcial, percorrendo ruas da cidade, com fogos estourando nos ares. Em seguida as autoridades da cidade e alunos de escolas foram a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade para uma missa em comemoração ao segundo aniversário da “revolução que trouxe a ordem de volta ao Brasil”.

Às 8 horas as autoridades, tendo à frente o Prefeito Rosendo Ribeiro, acompanhado da Câmara Municipal, Ginásio N. Sra. Da Piedade, Grupo Escolar Silvio Romero, Escola Nossa Senhora da Salette, Escola Dom Vital e demais escolas estaduais e municipais, dirigiram-se até a Igreja Matriz para assistirem à missa de ação de graças celebrada por Mons. Jason Barbosa Coelho, nosso querido vigário. Apesar de estarem veladas as imagens por ser a Semana da Paixão, a Matriz apresentava-se bem iluminada, içadas pela briza as bandeiras do Brasil e da Santa Sé. Ao Evangelho pregou o vigário, congratulando-se como Presidente da República, o glorioso exército nacional, o Prefeito Ribeiro Filho, lídimo precursor da revolução em terras sergipanas. (A VOZ DE LAGARTO, 1966, p.3)

Enquanto esperava criação da paróquia da Colônia Treze, Padre Almeida ficou em Lagarto e percebeu a necessidade do envolvimento dessa igreja em questões sociais, por isso celebrou o novenário e a festa da padroeira com estudos dos documentos da Conferência de Puebla. Por essa curta estadia, o Padre Almeida já conhecia Lagarto e sabia que nestas terras a união fé e vida encontraria entraves na união entre igreja e política local, por isso em 31 de maio de 1984 ao assumir a Paróquia Santa Luzia da Colônia Treze, o padre começou a confrontar com sua pregação a política bipartidária do município com linhas conservadoras em ambos os lados.

Quando chegou à Colônia Treze, Padre Almeida se deparou com a COOPERTREZE em falência, devido a ingerência dos órgãos do governo, por isso encabeçou uma mobilização para tomar a gestão da cooperativa para os cooperados.

Ele começou a acordar o povo né? Começou a acordar o povo, mas já era tarde demais. Tava tudo no fundo do poço. Aí ele foi puxando e ressuscitando. Foi onde veio a questão da agricultura familiar, foi onde veio os movimentos, paralisação de pistas. Quantas vezes a gente paralisou essa pista com Padre Almeida puxando. Fazia as campanhas. Ia pra Lagarto cantando. (Dona Udinha)

Na fala de Dona Udinha outro ponto que merece destaque na Colônia Treze é a visão de que não estão em Lagarto, mas na Colônia Treze, como se ignorassem que a colônia é um povoado. O Padre Almeida e os líderes cooperativistas deram a essa comunidade uma sensação de independência do Município de Lagarto, em questões práticas do dia a dia, que geralmente os povoados dependem da cidade. Na Colônia Treze possui feira, mercado, correios, ponto bancário, supermercado, escolas de nível fundamental e médio, além de um polo da Universidade Aberta do Brasil, pela UFS. Isso provocou nos líderes locais o desejo de emancipação política que barra nos entraves da política local.

Enquanto militam pela emancipação, o povo da Colônia Treze tornou-se o definidor das eleições municipais, por ser um povo de difícil cooptação política, maior senso crítico e expressivo crescimento populacional. Porém, para chegar a essa comunidade politizada e a garantir os benefícios que têm hoje, o Padre Almeida entendeu que somente sua pregação não surtiria o efeito na cobrança dos direitos negados pelos políticos locais, pois a comunidade pertencia a um município tão pouco politizado, com o povo em sua maioria dominado por algum dos dois grupos políticos locais. Por isso resolveu entrar na política.

Padre Almeida foi candidato a deputado federal pelo MDB. Não lembro o ano. Depois foi candidato a prefeito de Lagarto no ano 2000. Mas o Treze sozinho não conseguiu eleger ele por causa dos políticos poderosos que tem em Lagarto. Mas ele continuou lutando pelo Treze até morrer (Dona Udinha)

Após o Padre Almeida, a comunidade já teve dois párocos, ambos distantes da Teologia da Libertação, mas segundo diz Dona Udinha “a gente ensina eles como a gente vive aqui, a gente decide as coisas e leva o padre junto, se ele não for a gente vai e ele entende que não pode ficar só né?”. Esse nível de independência clerical faz da Colônia Treze uma referência na região no envolvimento de leigos nas atividades da igreja, principalmente na condução dos círculos bíblicos nas casas desde a época de Padre Almeida. Ainda hoje os círculos bíblicos possuem vitalidade, acontecendo inclusive nas casas em noites de festas da padroeira.

3.3 ARQUIDIOCESE DE ARACAJU

A Arquidiocese de Aracaju teve a experiência do MEB e dos círculos operários na gestão de Dom Távora sem que haja sinais de que tenha havido CEBs no passado dessa igreja, porém atualmente uma experiência tem se destacado e foi apontada pelos membros das CEBs em Propriá como uma experiência de CEBs em Aracaju. Trata-se da Comunidade Bom Pastor.

3.3.1 Comunidade Bom Pastor, de RCC a CEBs

A Comunidade Bom Pastor tem uma história peculiar por fazer o caminho inverso da maioria das comunidades latino-americanas, pois quando a Teologia da Libertação começou a ser combatida pelo Papa João Paulo II e Cardeal Ratzinger (Papa Bento XVI), os grupos de jovens da PJ se transformaram em grupo de oração, assim como algumas CEBs se transformaram em Comunidades Carismáticas. Já a Comunidade Bom Pastor deixou de ser comunidade da RCC para se autonear CEBs.

Segundo Rosivânia Ramos, membro da Comunidade Bom Pastor desde a época da RCC a comunidade já buscava algo diferente, algo mais contemplativo, quando houve um conflito com o pároco local. Dom Lessa era próximo à comunidade por causa de suas obras sociais, mas na hora do conflito “claro que ele ficou do lado do filho dele né?”. Essa posição corporativista de Dom Lessa fez com que a comunidade entrasse em crise e os membros que resistiram passaram a buscar meios de continuar a vida em comunidade.

Fazem quinze anos do conflito com a igreja local. Nessa época os membros da Comunidade Bom Pastor conheceram as CEBs pela Comunidade do Discípulo Amado, “uns monges de alagoas que trabalhavam a vida inteira com a Teologia da Enxada de Comblin, que nos acolheram com muito amor, cuidaram de nós, porque a gente tava ferido” (Rosivânia Ramos). Diante da vontade de uma vida mais contemplativa e da decepção com a igreja local, os membros da Comunidade Bom Pastor, ao ser acolhidos pela Comunidade Discípulo Amado, passaram a receber formações sobre a Teologia da Libertação e a realizar atividades nessa linha.

Porém, nessa época a Teologia da Libertação de Comblin já estava na fase, citada no primeiro capítulo, como a fase do cativo e da libertação. Portanto, era totalmente avesso ao modelo paroquial e clerical que a igreja havia assumido com João Paulo II. Esse jeito Comblin de pensar foi transmitido aos membros da Comunidade Bom Pastor.

“Os monges nos lembraram o que é igreja, quem somos, somos igreja livre, e diziam vocês não têm que estar atrelado, vocês sempre tiveram seu trabalho, até à parte ao trabalho da paróquia, então mostraram uma nova visão do evangelho, aí a gente começou a estudar a teologia da libertação com os livros de Comblin (Rosivânia Ramos)

Desde então a Comunidade Bom Pastor exerce atividades sociais na região de Aracaju, além de ceder seu espaço para formações sobre a Teologia da Libertação e os Métodos Populares de Leitura da Bíblia, via Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) e outros. Tornou-se o local de difusão desse modelo de igreja, cuja atuação se baseia nos ensinamentos de José Comblin em como trabalhar com os pobres, convivendo e aprendendo com eles, tendo-os como mestres da vida e com eles construindo comunidade, mesmo que distantes e sem o apoio da hierarquia eclesial.

3.4 QUAL O FUTURO DAS CEBs?

Apresentado o surgimento das CEBs e sua existência em Sergipe, surge a inquietação sobre o discurso bastante repetido por seus membros sobre a crise das CEBs. Porém, é uma certeza dos mesmos membros que o pontificado do Papa Francisco e a existência dos Encontros das Ampliadas Regionais são sinais de um novo tempo para essas comunidades.

3.4.1 *As CEBs estão em Crise?*

Sobre o discurso da crise, declínio, ou mesmo fim das CEBs, alguns autores entendem que as CEBs vivem uma crise, cujas causas passam pela perseguição ou total abandono pelas autoridades eclesiais, o afastamento da Igreja do ideal comunitário e a adesão a experiências subjetivas de fé. Porém, outros autores preferem ler esse momento como a fase da reinvenção das CEBs diante da conjuntura atual.

Uma ilustração sobre a crise e suas causas, é a posição da Arquidiocese de João Pessoa sobre as CEBs comparados dois perfis de arcebispos. Os Arcebispos Eméritos Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Pinto Cavaleira, entendiam a pobreza não por um acaso da vida, mas resultante de um sistema desigual, por isso animaram o crescimento das CEBs na região. Inversamente, Dom Aldo di Cillo Pagotto afastou a arquidiocese de causas sociais, em busca de valores morais, afirmando que as CEBs “desaguaram” em movimentos sociais de esquerda que só produzem invasões e badernas. A dureza do bispo rendeu, uma carta aberta à CNBB e à nunciatura apostólica em 2010, onde leigos, religiosas e sacerdotes pediram, e conseguiram, seu afastamento. (SANTOS, 2015).

O autor em questão afirma que:

No que diz respeito às três últimas décadas, tornou-se convencional falar de crise e desestruturação das CEBs. É como se esse modelo de catolicismo, que colocava a ação salvífica de Deus como uma ação que acontece na história, através das lutas coletivas do homem pelo bem comum, tivesse caído no esquecimento, dando vez a um catolicismo de retorno à sacristia (SANTOS, 2016, p.73).

Sergipe viu essa volta a sacristia na pessoa de Dom Luciano ao afastar a Arquidiocese de Aracaju das questões sociais enfrentadas anteriormente por Dom Távora; em Dom Lessa ao fechar por um decreto a CPT criada por Dom Brandão. Ambos desejavam uma volta à grande disciplina com um catolicismo mais espiritualizado, menos local e mais fiel à Roma.

Outro desafio às CEBs foi o estímulo à fé carismática, individualista, moralizadora, conservadora e emocional para se adaptar à modernidade e ao neoliberalismo, contra a Teologia da Libertação e as CEBs. Esse estímulo se concretizou quando João Paulo II substituiu os bispos afinados com as questões sociais por bispos carismáticos e, essa nova configuração episcopal, deu impulso ao crescimento da Renovação Carismática Católica na Igreja do Brasil. (SANTOS, 2016, p.73-75).

A Renovação Carismática Católica é um movimento nascido nos EUA sob a influência do pentecostalismo não-católico, por isso se assemelha às igrejas pentecostais nas experiências subjetivas de conversão, na auto-atribuição de missão, na ênfase religiosa individual, na fala direta a Deus com pouca mediação eclesial, na prática religiosa emocional, na "demonização" do espiritismo e das religiões afro-brasileiras, nas práticas religiosas centradas na cura, na fé em busca de soluções de problemas, na participação política confessional contra projetos que discordem de seus princípios religiosos e nas formações de massa por televisão, rádio, internet e mega-eventos. (ORO e ALVES, 2016, p.222-223)

Sobre política confessional a ação da Comunidade Canção Nova é sintomática, pois nas eleições de 2010, em homilia, o Padre José Augusto pediu que fiéis não votassem na candidata à presidência pelo PT, alegando que o partido apoia aborto, segundo o site "Irmãos Assembleianos", de membros da Igreja Assembleia de Deus (2010). Inclusive, essa unidade de discurso entre a Canção Nova e segmentos neopentecostais não se dá apenas em sites, mas em decisões legislativas, pois é comum os deputados da RCC se posicionar junto com a bancada "evangélica" em seus pronunciamentos e votos.

Nas eleições de 2014 os líderes da comunidade declararam apoio aos candidatos anti-PT, inclusive postando foto com o candidato Aécio Neves (NASCIMENTO, 2014). Em 2016 os deputados federais da comunidade, Flavinho e Eros, votaram a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff ao lado de deputados da bancada chamada "Evangélica", apoiaram a eleição de Jair Bolsonaro a presidência em 2018 e o receberam na comunidade como o Messias defensor da família. Isso acontece porque, na política, enquanto os políticos das CEBs se baseiam na Doutrina Social, reivindicando programas de trabalho, teto, terra e alimentação para as famílias, os da Renovação Carismática se baseiam na Doutrina Moral, reivindicando leis contra aborto, educação sexual e de gênero em escolas.

Sobre a formação em massa, Marcos Volcan, Coordenador Nacional da RCC diz:

A pergunta que se faz é: as pessoas estão indo por causa do músico? Por causa da banda? Quais os resultados? Para nós é muito prático, nós olhamos para os nossos grupos de oração no dia seguinte ao evento, e nós vemos que a adesão à Igreja, a adesão aos grupos de oração, a adesão a uma vida mais comprometida, ela é praticamente efêmera (CARRANZA, 2009, p. 43).

Essa dificuldade da Renovação Carismática produzir comprometimento à igreja, demonstra sua tendência em viver experiência de fé pessoal mais que comunitária. Por isso, ao invés de combater essa influência da modernidade e do neoliberalismo na igreja, alguns bispos usaram a esse movimento eclesial como um meio de trazer evangélicos ao catolicismo, porém possibilitaram também novas saídas, pois vários católicos foram pentecostalizados. Essa pentecostalização se tornou problema quando a coube a Renovação Carismática combater a

Teologia da Libertação e as CEBs em periferias e zonas rurais, pois as CEBs conseguem se manter católicas na carência de sacerdotes, devido a autonomia que seus líderes possuem, enquanto os “carismáticos” precisam da proximidade ao clero para não enveredar por subjetivismos que a torne vulnerável a cooptação de igrejas pentecostais e neo-pentecostais (ORO E ALVES, 2016, p.222-223)

Conforme exposto no tópico Teologia da Libertação, a perseguição do Cardeal Joseph Ratzinger e do Papa João Paulo II a esta teologia, que dá fundamentação teórica à práxis da CEBs, revelou-se enfraquecedora à existência eclesial dessas comunidades. Portanto, o que se entende por crise das CEBs são frutos de decisões conscientes da própria Igreja, nos pontificados de João Paulo II e Bento XVI, que agiram como papas romanizadores ao fortalecer a identidade romana sobre a igrejas locais. Para isso, ambos elegeram bispos afinados com esse objetivo, puniram teólogos libertadores, deram estímulo à expansão da “espiritualização” como uma ferramenta para tornar a Igreja latino-americana menos social e mais obediente à Igreja de Roma.

Sobre a promoção da Renovação Carismática em Sergipe, Dom Luciano convidou a Comunidade Carismática Shalom para fundar uma casa na arquidiocese e lhe entregou a administração da Rádio Cultura, que havia sido criada por Dom Brandão para a rádio-aulas do MEB. Semelhantemente, Dom Lessa ao assumir a Diocese de Propriá também buscou “espiritualizar” mais a diocese convidando a mesma comunidade carismática para fundar uma casa em Propriá. Ambos não somente convidaram mas ajudaram a comunidade a se estruturar, difundir-se e crescer em vocações nas regiões.

3.4.2 E o Pontificado de Francisco?

Diferente de seus antecessores, a eleição do Papa Francisco, em 2013, tem acenado com uma maior autonomia das igrejas locais que favorecem às CEBs, sem representar uma perda da obediência, à Igreja de Roma. Pois, as reformas desse pontificado retomam a proposta do Concílio Vaticano II e a tradição da América Latina, por isso o desafio para as CEBs é reconfigurar sua missão e ação a partir da realidade atual. Em Santos (2016, p.112), o autor afirma ainda ser cedo para ver as mudanças que Francisco realizará, porém já despontam mudanças pastorais no catolicismo, que já são sentidas nas CEBs.

Nas CEBs de Pacatuba os círculos bíblicos nunca deixaram de existir, mas após o pontificado de Francisco a CNBB começou a produzir subsídios que ajudam as comunidades a terem roteiros para facilitar os círculos. Na Diocese de Estância o novo bispo Dom Giovanni Crippa impulsionou que as paróquias criassem grupos setoriais para a execução desses círculos bíblicos mensais, produzidos pela CNBB. Esses subsídios anteriormente se restringiam as

novenas de Natal e encontros da Campanha da Fraternidade, porém atualmente há um tema para cada mês e as comunidades que desejarem podem se encontrar semanalmente para discussões da comunidade a partir da fé.

Com a intenção de retomar as propostas do Concílio Vaticano II, no quarto mês de pontificado, o Papa Francisco publicou em 2013 a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, apontando o rumo que deseja para a igreja em seu pontificado na expressão “uma igreja em saída”, que tome a iniciativa de ir ao povo, entrar em sua vida, abaixando se necessário para alcançá-los em suas necessidades. (FRANCISCO, 2013, n. 24)

Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos. Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos que vivem sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida. Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos (FRANCISCO, 2013, n.49)

Além disso, o papa denuncia que crise financeira mundial é fruto de uma minoria que idolatra o dinheiro e vê o ser humano como o consumidor que lhes gera lucro, chamando a isso de “economia sem rosto” por não ter o ser humano como objetivo (FRANCISCO, 2013, n.55). Com isso, a religião não pode se abster da vida social, pois “embora a justa ordem da sociedade e do Estado seja dever da política, a Igreja não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Todos os cristãos, incluindo os pastores, são chamados a construir um mundo melhor” (FRANCISCO, 2013, n.183). O papa aponta que esse é o caminho da paz, que não deriva da ordem social imposta pelo silêncio ou tranquilização dos pobres, mas que só nasce de vozes proféticas, de reivindicações sociais e do desenvolvimento integral de todos.

Nessa mudança pastoral proposta pelo Papa Francisco, Oliveira (2016, p.647-648) traça uma relação entre as estruturas da paróquia e das CEBs a partir de três formas: paróquia *com* CEBs, *de* CEBs e Área Pastoral. Nas paróquias com CEBs essas comunidades são mais uma expressão de Igreja, como um movimento ou pastoral dentre os demais que possui. Nas paróquias *de* CEBs o pároco descentraliza a paróquia, tornando-se coordenador junto com a equipe de animadores das comunidades que existem no território paroquial. Na Área Pastoral também há uma equipe de animadores das comunidades, porém seu território ultrapassa as fronteiras paroquias e os padres, religiosos, religiosas ou leigos coordenam as equipes de animadores, sem a investidura de párocos, uma vez que os territórios não são paróquias, mas existem apenas por interesses pastorais.

Sobre a revitalização da paróquia, a 52ª assembleia geral em 2014, a CNBB publicou o documento *Comunidade de Comunidades, uma nova paróquia* em que as CEBs aparecem como

modelo de comunidade onde os membros partilham vida e fé. Nesse documento, a CNBB parte das provocações da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco, para propor uma conversão pastoral às paróquias que a desburocratizem, descentralizem, desclericalizem e as transformem em uma comunidade de várias comunidades, mas:

322. Não basta alterar a nomenclatura da paróquia denominando-a comunidade de comunidade. O que indicará a novidade missionária será o tipo de relacionamento que se estabelecerá nas comunidades, seja do clero com os leigos, seja dos leigos entre si. Busca-se uma vivência mais comunitária da fé cristã, de acordo com o Evangelho. Para isso, a ação evangelizadora das comunidades paroquias precisar ocupar tempo, interesse e recursos com as pessoas e não apenas com reuniões prolixas, projetos que ficam apenas no papel e discursos distantes da realidade. Muito da pastoral está centrada em tantas atividades e tarefas, não havendo tempo para a gratuidade, a informalidade, e a amizade (CNBB, 2014, p.57)

Portanto, o pontificado do Papa Francisco tem direcionado o clero católico a colocar em prática as deliberações do Concílio Vaticano II, que estabeleceu caminhos para abertura da igreja ao diálogo com o mundo, através do diálogo com outras culturas, outras religiões e outras idéias diversas. Essas deliberações influenciaram o desenvolvimento das CEBs, mas foram reprimidas nos pontificados de João Paulo II e Bento XVI ao empreenderem a reafirmação de uma identidade romana sobre as comunidades locais. Em sentido contrário aos antecessores, o Papa Francisco tem retomado a aplicação do concílio e tem incentivado o seu clero a abandonar o clericalismo e se envolver na vida das pessoas que compõem a comunidade.

3.4.3 Encontro das Comissões Ampliadas de CEBs do Nordeste III

Uma resposta aos questionamentos sobre a crise e o fim das CEBs pode ser o Encontro das Comissões Ampliadas das CEBs, pois esses encontros se mostraram uma novidade que atestam a vitalidade dessas comunidades em encontros regionais de CEBs que ocorrem anualmente, reunindo delegados de todas as dioceses que compõem o mesmo regional da CNBB, para partilharem vivências e planejar atividades em conjunto. Sergipe e Bahia compõem o Regional Nordeste III da CNBB, por isso as CEBs dos dois Estados constroem juntas as Ampliadas da Regional.

No Regional Nordeste III, a Ampliada de CEBs começou em novembro de 2012, em Simões Filho, na Diocese de Camaçari, Bahia. Teve como foco a reflexão da caminhada das CEBs no regional a partir das orientações das Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – Documento 94 da CNBB, por isso o tema: “Igreja, comunidade de comunidades”. O encontro contou com participação de cinquenta pessoas de dezoito dioceses, desses cinco eram padres, oito freiras, um diácono permanente e o bispo local, Dom Ricardo Brussati. No encontro foi eleita a coordenação regional das CEBs e uma delegada de nome Isabel, da Arquidiocese de Aracaju consta na carta final do encontro como eleita a vice-coordenadora. (CEBs DE CAETITÉ, 2012)

Em fevereiro de 2013 a Ampliada Regional Nordeste III, aconteceu na cidade e Arquidiocese de Feira de Santana com a participação de quarenta e oito delegados, de vinte e uma dioceses. O tema central foi “Ser Igreja de CEBs nos dias atuais e o que o 12º Intereclesial nos disse?” e os trabalhos foram desenvolvidos em cinco grupos com os subtemas: As transformações sociais e a vivência da fé; as CEBs no Contexto Urbano; uma Opção pelos pobres a partir do Documento de Aparecida; Justiça e Profecia na construção do Reino e as CEBs conquistas de ontem e de hoje (CNBB, 2013). A carta final mostra que esses subtemas se desdobraram em reflexão sobre:

como acolher os homoafetivos; como dar espaço para as mulheres, especialmente as negras, também numa liturgia inculturada; qual é a vivência da juventude nas comunidades; procurar pontos comuns em que todos concordem para o bem do coletivo; respeitar às diferenças e buscar nelas a complementariedade e não a divisão; vida equilibrada com o planeta; valorizar a identidade dos que ao longo de mais de quinhentos anos conseguiram viver em harmonia com a natureza; valorizar o ancestral e os conhecimentos que passam de pai para filho; construção da soberania a partir das comunidades. (CNBB, 2013)

Esse pensamento perdurou e se fez presente na Ampliada de 2014 em Jequié. Os sessenta delegados de onze dioceses, o bispo referencial das CEBs na época, Dom Ricardo Brussatti e o bispo local, Dom José Rui, abordaram também a realidade da juventude, sob violência e constante extermínio no mundo. Os debates abordaram também o papel do jovem e da mulher na igreja, a evangelização por meio virtual e a conversão pastoral da paróquia para se abrir à identidade das CEBs. (CEBs DE CAETITÉ, 2014)

As comunidades constataam avanços e dificuldades. Ainda existem comunidades que tem rosto de CEBs, mas que entram em confronto com os movimentos e as atitudes autoritárias da hierarquia. Cabe destacar o impulso da Reforma Política, as romarias, DNJ, caminhada em comum com as pastorais sociais, os círculos bíblicos, fóruns cidadãos, que reforçam a identidade das CEBs. (CEBs DE CAETITÉ, 2014)

Seguindo a linha das duas anteriores, a Ampliada de 2015, na cidade de Aracaju, contou com cinquenta e quatro delegados representantes de quinze dioceses do Regional Nordeste 3. O encontro teve como tema “As mulheres na Bíblia” e contou com a presença de Dom José Palmeira Lessa, Arcebispo Metropolitano de Aracaju e Dom João José Costa Arcebispo Coadjutor da Arquidiocese de Aracaju. (CNBB, 2015)

Nesse encontro ficou destacado o papel secundário da mulher na Bíblia e em alguns setores da sociedade. Essas mulheres são protagonistas de suas histórias, mas muitas vezes somente aparecem reveladas nas histórias de outros, principalmente dos homens de sua história. Ao final, foi eleita a coordenação das CEBs no regional, para o mandato de um ano, até o próximo encontro. Nessa coordenação, a Arquidiocese de Aracaju ocupou as vagas de vice-coordenador, primeira tesoureira e duas assessorias.

Essa coordenação organizou a Ampliada de CEBs 2016, na Diocese e Cidade de Bom Jesus da Lapa, Bahia, que contou com a presença de delegados de quatorze dioceses do

Regional Nordeste III, para refletir a vida das comunidades à luz do documento 105 da CNBB “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade: sal da terra e luz do mundo”.

O documento resgata a teologia do laicato e convida todos os batizados a assumirem sua missão e compromisso com o Reino de Deus. Somos homens e mulheres no coração do mundo e com o coração no mundo, protagonizando a vida e a luta em defesa da mãe terra, nossa casa comum. (CEB DE CAETITÉ, 2016)

Essa teologia do laicato esteve escrita, mas esquecida nos discursos papais, mas até a chegada do Papa Francisco. Por essa teologia, todo leigo possui um sacerdócio comum a todos que já foram batizados, uma vez que se converteu e fez os votos constante na liturgia do batismo. Esse sacerdócio difere do ministério que é o tipo recebido pelos padres no sacramento da ordem, enquanto o padre anuncia a Deus a partir do altar da Igreja, o leigo anuncia a Deus a partir do seu contexto próprio, fazendo da sociedade o seu altar.

Além disso o encontro abordou também o cuidado com a Terra, a casa comum de toda a humanidade, em função da Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco. A partir desse documento o encontro criticou o agronegócio, as mineradoras e hidrelétricas pela degradação da terra, esgotamento de recursos naturais e agressão à vida humana. Após essas discussões foi eleita a equipe de coordenação ampliada das CEBs para o próximo período. Dentre os eleitos, consta na carta final do evento, uma sergipana da Arquidiocese de Aracaju ocupando a vaga de tesoureira. Ao final do encontro a missa foi celebrada pelos Dom Itamar Navildo Vian, referencial das CEBs no regional, e Dom João Cardoso, bispo local. (CEB DE CAETITÉ, 2016)

Em 2017 a Ampliada das CEBs de Sergipe e da Bahia, reuniram-se na Diocese e Cidade de Nossa Senhora do Livramento, Bahia. Eram cinquenta e oito delegados de quinze dioceses, acompanhados de Dom Itamar Vian, bispo referencial das CEBs no Nordeste III e Dom Armando Buccioli, bispo da diocese local. Dos participantes tinham membros da CPT, Pastoral da Juventude e do Conselho Nacional do Laicato (CNLB) que contribuíram com a reflexão da conjuntura política e social do país, abordando a crise que se instalou, para entender como exercer o sacerdócio comum de todo leigo nesse contexto. (CEB DO BRASIL, 2017)

A igreja – nós, é chamada a ser o Corpo de Cristo na história, para não deixar cair a profecia, como denúncia e anúncio de esperança do bem viver. Lembremos que a identidade e a dignidade laical está na máxima de sobretudo sermos igreja e não apenas pertencermos a ela. (CEB DO BRASIL, 2017)

Na carta final dessa ampliada, o grupo de delegados das CEBs de cada diocese, entenderam que o leigo deve ser a presença da igreja em meio à crise, enfrentando os desafios que o impedem de exercer o seu sacerdócio comum. Dos desafios apontados estão as dualidades construídas entre fé e vida, sagrado e profano, igreja e mundo, identidade eclesial e ecumenismo, cumprindo a missão assumida no batismo e na crisma.

O leigo também foi protagonista da Ampliada 2018, na Diocese e Cidade de Rui Barbosa, Bahia, com a participação de delegados de quatorze dioceses, dentre eles padres, seminaristas, religiosos, membros do Conselho de Leigos, da CPT, da PJ, indígenas e missionários populares. As discussões abordaram a temática da Identidade das CEBs no Regional Nordeste 3 da CNBB, a partir da mística do ofício divino das comunidades, fonte da espiritualidade das CEBs. (CEB DO BRASIL, 2018)

Assim, através de reflexões, entendemos que nossa identidade e Missão de CEBs se alicerçam na experiência das primeiras comunidades cristãs, na luz da palavra de Deus, na partilha do bem comum, na gratuidade do serviço, nas diversas manifestações culturais, nas celebrações de homenagens aos santos, santas e mártires da caminhada, bem como, na mística imbuída da experiência de Deus e da reflexão crítica da realidade. (CEB DO BRASIL, 2018)

O próximo encontro da Comissão Ampliada de CEBs do Regional Nordeste III está marcado para Aracaju, de 15 a 17 de março de 2019 e terá o professor Romero Venâncio Junior, orientador desta dissertação, como assessor para a reflexão do tema Políticas Públicas, o mesmo da Campanha da Fraternidade 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação objetivou caracterizar as CEBs de Sergipe, por isso construiu o histórico do surgimento e expansão dessas comunidades no Brasil, caracterizou as dioceses e arquidiocese que existem na província, apontando experiências motivadoras ou inibidoras das CEBs e a forma como essas comunidades se organizam atualmente.

Inicialmente as CEBs surgiram em regiões rurais, em comunidades com predomínio do catolicismo popular até o surgimento da Teologia da Libertação. Essa teologia surgiu após a Conferência do Episcopado Latino-americano em Medellín, quando os bispos refletiram as deliberações do Concílio Vaticano II e a situação da América Latina. A partir desses eventos eclesiais, foi possível pensar as ações dos cristãos no mundo, seja na política, na economia, no ecumenismo ou em quaisquer espaços em que o leigo seja protagonista.

No Brasil, as CEBs foram surgindo a partir de experiências que difundiam a relação entre a fé e a vida cotidiana. Os meios para isso foram vários, dos quais se destacam a Ação Católica, Ação Católica Especializada (principalmente as Juventudes Católicas), os Movimentos de Natal (freiras vigárias, campanha da fraternidade e o MEB), o CEBI, a CPT e a Pastoral Operária. Esses meios de mesclar fé e vida utilizam o método VER-JULGAR-AGIR do Cardeal Cardijn, difundido pelo Papa Paulo VI para construir comunidades.

Em Sergipe, as CEBs se desenvolveram com maior vitalidade na Diocese de Propriá, em comunidades formadas na luta por reforma agrária coordenadas pela CPT, principalmente na região do Baixo São Francisco. Porém, apesar das comunidades apontadas como CEBs, o

mais sensato é confirmar as palavras do Padre Isaías de que a diocese inteira possui o hábito de viver a fé tangenciando a vida cotidianas das comunidades. Nesse sentido a Diocese de Propriá inteira é uma grande rede de CEBs que se relacionam, seja nas militâncias sociais ou nas pastorais sociais.

A pesquisa de campo nos municípios do Baixo São Francisco possibilitou ver como Dom Brandão soube olhar para o contexto da Diocese de Propriá e perceber as relações de poder que se constroem a partir dos meios de vida e trabalho que se desenvolvem nesse contexto. Enquanto em vários locais movimentos sociais organizam a luta pelo respeito aos direitos humanos que garantam dignidade aos diversos grupos e povos brasileiros, nessa região era a Diocese de Propriá quem fazia isso sob o discurso de levar o homem a garantia da dignidade de filho de Deus, um pai que a diocese entende não concordar com tanta injustiça social. Nisso se confirma a hipótese de que as CEBs dessa região tiveram a influência de Dom Brandão ao contextualizar a fé na luta social pela terra.

Percebe-se ainda que nessas comunidades visitadas é comum a existência de um sacerdote, uma freira, ou ambos, como animadores do povo para a vivência dessa fé contextualizada na vida cotidiana, construindo comunidades compostas de um grupo de círculo bíblico grande ou vários pequenos, mobilizando lutas por dignidade em cada região onde moraram. As comunidades que hoje resistem, ou possuem a presença desses religiosos ainda mobilizando, ou formaram leigos que deram continuidade aos trabalhos após suas partidas.

Enquanto em Propriá existe uma rede de CEBs, em Estância o Padre Almeida se destaca como único sacerdote que exerceu seu ministério promovendo o entrelaçamento fé e vida, principalmente na difusão de associativismos e cooperativismos pelo sul e centro-sul de Sergipe quando morou em Estancia e na Colônia Treze, onde exerceu seu sacerdócio até o fim da vida. Ao assumir a paróquia do Povoado Colônia Treze, em Lagarto, o padre fortaleceu práticas cooperativistas que estavam enfraquecidas que, conforme afirmou Dona Udinha, da Pastoral da Criança, o Padre Almeida ensinou um jeito de ser comunidade nessa igreja que se tentassem daria muito trabalho para mudar.

A Colônia Treze nunca se nomeou como CEBs, mas seus membros, seja o Padre Almeida ou Dona Udinha, são reconhecidos na rede de CEBs como semelhantes, como propagadores da mesma forma de exercer o cristianismo católico. Nisso se confirma tanto a hipótese de que em Estância o cooperativismo produziu comunidades que se assemelham em muito com as práticas descritas como CEBs, quanto a fala do Padre Isaías de que o povo não se preocupa com o rótulo de CEBs, mas em viver a opção pelos pobres e a relação fé/vida. Nisso, as pessoas de fora da comunidade costumam enxerga-la como CEBs, como no caso em

que os membros de Propriá, mesmo não falando de si como CEBs, apontaram a Colônia Treze como tal.

Na Arquidiocese de Aracaju, Dom José Vicente Távora criou a Rádio Cultura no final da década de 1950 e trouxe a experiência do MEB para ofertar alfabetização via rádio-aulas. Em várias comunidades pessoas se juntavam nas capelas para ouvir juntos as aulas em que, através de métodos ativos os problemas da comunidade eram debatidos, escritos e lidos. O MEB foi um formador de CEBs e mobilizador na fundação de sindicatos rurais em Propriá, porém não conseguiu deixar marcas firmes de uma pastoral social na própria arquidiocese, principalmente tendo Dom Luciano Cabral Duarte como auxiliar e depois sucessor. Dom Luciano logo convocou a Comunidade Shalom para a arquidiocese e lhe entregou a Rádio Cultura e mudou a formação dos padres para mais intelectual, confirmando a hipótese de que ele tenha dificultado surgimento e o crescimento das expressões populares de fé, mesmo as que tenham nascido nas ações de Dom Távora. Nessa linha, a década de 2000 trouxe a surpresa da Comunidade Carismática Bom Pastor passar a se autodeclarar CEBs.

A Comunidade Bom Pastor se diferencia das comunidades da Diocese de Propriá e Estância, por não ser um povoado ou bairro que se reúne para fazer o círculo bíblico e para as reflexões do que ocorre no território que partilham, mas uma comunidade eclesial do grupo chamado de Novas Comunidades. Esse tipo de comunidade é comum na RCC e no Movimento dos Focolares e é caracterizado por possuir uma sede, onde moram um sacerdote com pessoas que fizeram votos de obediência ao bispo diocesano. No caso da Comunidade Bom Pastor, a comunidade se diferencia por ter aderido à Teologia da Libertação e ter se tornado totalmente leiga, sem renovar os votos e sem ter presença de sacerdote no meio deles, aproximando-se do que são as CEBs.

Desta forma as três dioceses/arquidiocese de Sergipe lidaram de modo distinto com a existência das CEBs e influenciaram nas formas de organização que possuem atualmente. Ainda na revisão das hipóteses, o que supôs que as CEBs fossem uma tipologia de pequenas comunidades caracterizados apenas pela partilha fé e vida precisa ser melhor analisado para não excluir algumas comunidades específicas como a Bom Pastor. Quando foi criado pela Igreja, o termo “pequenas comunidades “ se referia a grupo de pessoas que compartilham o mesmo espaço. Mas no caso da Comunidade Bom Pastor é necessário acolher essa forma diferenciada que a comunidade se constitui, herança do jeito das novas comunidades da RCC, em que um grupo de religiosos moram juntos em uma casa sede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. J. Igrejas particulares na Lumen Gentium. **Revista Vida Pastoral**, p. 21-29, mai/jun, 2004
- AMPLIADA NACIONAL. **Carta final do 13º Intereclesial de Comunidades Eclesiais de Base do Brasil ao povo de Deus**. Disponível em <http://www.franciscanos.org.br/?p=51485>. Acessado em 15 de abril de 2018
- ANDRADE JÚNIOR, P. M. “Aceitáveis com restrições, outras totalmente inaceitáveis”: Dom Luciano Cabral Duarte e as “Teologias da Libertação”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n.45, p.131-141, 2015
- ANDRADE JÚNIOR, Pércles Moraes de. **Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926)**. 2000. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.
- AQUINO, M. Romanização, historiografia e tensões sociais: o catolicismo em Botucatu-SP (1909-1923). **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, mai/jun/jul/ago, p.1-15, 2011
- ARQUIDIOCESE DE ARACAJU. **Igreja Particular**. Disponível em <https://www.arquidiocesedearacaju.org/quemsomos>. Acessado em 24 de julho de 2018 (a)
- ARQUIDIOCESE DE ARACAJU. **Um pouco da história do Arcebispo Emérito de Aracaju Dom Lessa: 50 anos de sacerdócio**. Disponível em <https://www.arquidiocesedearacaju.org/single.post/2018/07/04/um-pouco-da-historia-do-Arcebispo-emérito-de-Aracaju-Dom-Lessa-50anos-de-sacerdócio> Acessado em 23 de dezembro de 2018 (b)
- A VOZ DE LAGARTO, Jornal. **Colônia Agrícola “Antônio Martins”**. 02 de abril de 1961, p.3. Disponível em Biblioteca Pública Epifânio Dorea. Acessado em 19 de novembro de 2018
- A VOZ DE LAGARTO, Jornal. **Lagarto comemora o 2º aniversário: revolução**. 10 de abril de 1966, p.1. Disponível em Biblioteca Pública Epifânio Dorea. Acessado em 19 de novembro de 2018
- A VOZ DE LAGARTO, Jornal. **Salve 2º aniversário da revolução de 31 de março**. 10 de abril de 1966, p.1. Disponível em Biblioteca Pública Epifânio Dorea. Acessado em 19 de novembro de 2018
- BANDEIRA, Marina. Dom Távora: um exemplo de trabalho social no Brasil (entrevista a Patrícia Fachin). **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, ano X, n. 341, 30 ago 2010.
- BARBOSA, Iran. **Iran Barbosa participa da 5ª Festa do Arroz em Propriá**. Disponível em www.iranbarbosa.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=858:iran-participa-da-5o-festa-do-arroz-em-propria&catid=34:noticias&Itemid=58 Acessado em 25 de dezembro de 2018
- BARREIRO, A. Eclesialidade e consciência eclesial das CEBs: Reflexões teológicas sobre algumas de suas práticas. **Revista Eclesiástica Brasileira - REB**, p.301-326, 1986
- BARRETO, R. A. D. N. Dom Luciano José Cabral Duarte e as vocações sacerdotais em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 45, p.112-120, 2015
- BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. 241 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009
- BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 21, n. 7, p. 136-160, set./dez. 2004

BEOZZO, José Oscar. **Pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre**. Paulinas. São Paulo. 2015.

BETTO, Frei. **O que é Comunidades Eclesiais de Base**. Brasiliense, São Paulo, 1985

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. 9ª Ed. Editora Bertrand Brasil S.A, Rio de Janeiro, 1987

BISPO, Geraldo Alves. **Venham, milagres grátis**. Disponível em <http://ibjpneopolis.blogspot.com/2018/09/venham-milagres-gratis.html?m=1> Acessado em 29 de dezembro de 2018

BOFF, C. 'A originalidade histórica de Medellín'. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/356308066/A-Originalidade-Historica-de-Medellin>. Acessado em 10 de junho de 2018

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo**. Círculo do Livro. São Paulo, 1986

BOFF, Leonardo. **Eclesiogene: a reinvenção da Igreja**. Record, Rio de Janeiro, 2008

BOMFIM, W. J. O reconhecimento do direito a terra e território da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros (SE). In: **Seminário Nacional de Sociologia da UFS**, 1, 2016, São Cristóvão. Anais ... UFS, p.1265-1280, São Cristóvão, 2016

BOMFIM, Wellington de Jesus. **A “luta pela terra” no processo de regularização fundiária de território quilombola: o caso da Comunidade Brejão dos Negros (SE)**. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ata da 134ª sessão da 3ª sessão legislativa da 8ª legislatura em 31 de outubro de 1977. Diário Oficial do Congresso Nacional, Brasília-DF, 1977.

CARITAS BRASILEIRA. **Festa do Arroz no Povoado São Miguel chega a sua 6ª edição**. Disponível em <http://ne3.caritas.org.br/festa-arroz-povoado-sao-miguel-chega-sua-6a-edicao> Acessado em 26 de dezembro de 2018

CARRANZA, Brenda. Perspectivas da neopentecostalização católica. In: CARRANZA; B. MARIZ, C; CAMURÇA, M. **Novas comunidades Católicas**. Aparecida, Idéias & Letras, 2009, p. 33-58.

CELAM. **II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO: Conclusões de Medellín**, 6 ed. São Paulo: Paulinas, 1968.

CNBB. **As comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil: 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente**, Brasília, DF, 1982

CNBB. **Mensagem ao Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base: 48ª Assembleia Geral da CNBB**, Brasília, DF, 2010

CNBB. **Comunidade de Comunidades, uma nova paróquia: 54ª Assembleia Geral da CNBB**, Brasília, DF, 2014

CNBB. Regional Nordeste 3 realiza Ampliada das CEBs. 2013. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/regional-nordeste-3-realiza-ampliada-das-cebs/> Acessado em 04 de janeiro de 2018

CNBB. **Comunidades Eclesiais de Base realizam Ampliada Regional em Aracaju**. 2015. Disponível em <https://www.cnbbne3.org.br/comunidades-ecclesiais-de-base-realizam-ampliada-regional-em-aracaju/> Acessado em 20 de janeiro de 2019

CEBs DE CAETITÉ. **Ampliada das CEBs Regional Nordeste III**. 2012. Disponível em <http://cebsdecaetite.blogspot.com/2012/11/ampliada-das-cebs-regional-nordeste-iii.html> Acessado em 04 de janeiro de 2018

CEBs DE CAETITÉ. **Ampliadas das CEBs Regional Nordeste III**. 2014. Disponível em <http://cebsdecaetite.blogspot.com/2014/11/ampliada-das-cebs-regional-nordeste-iii.html> Acessado em 21 de janeiro de 2018

CEBs DE CAETITÉ. **Mensagem da ampliada das CEBs NE 3**. 2015. Disponível em <http://cebsdecaetite.blogspot.com/2015/10/mensagem-da-ampliada-das-cebs-ne3.html>

CEB DE CAETITÉ. **Mensagem Final da Ampliada Regional das CEBs**. 2016 Disponível em <http://cebsdecaetite.blogspot.com/2016/10/mensagem-final-da-ampliada-regional-das.html?m=0> Acessado em 10 de janeiro de 2019

CEB DO BRASIL. **Mensagem da Ampliada das CEBs para todo o Regional Nordeste – 3 BA/SE**. 2018. Disponível em <http://www.cebsdobrasil.com.br/2018/04/10/mensagem-da-ampliada-das-cebs-para-todo-o-regional-nordeste-3-base/> Acessado em 28 de janeiro de 2019

CEB DO BRASIL. **Mensagem Final da Ampliada das CEBs Regional Nordeste 3**. 2017. Disponível em <http://www.cebsdobrasil.com.br/2017/10/10/mensagem-final-da-ampliada-das-cebs-regional-nordeste-3/> Acessado em 22 de janeiro de 2019

CEV/SE - COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE SERGIPE. **Dom Luciano**. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=8oEFsdbAikU>. Acessado em 01 de agosto de 2018

COSTA I. S. **Os bispos nordestinos e a criação da CNBB**. Interações – Cultura e Comunidade, Belo Horizonte, v.9 n.15, p.109-143, jan/jun, 2014

COSTA, Dom Henrique Soares da. **Teimam em gritar: a Teologia da Libertação está viva**. (Entrevista a Felipe Aquino), 2011. Disponível em <https://cleofas.com.br/teimam-em-gritar-a-teologia-da-libertacao-esta-viva> Acessado em 28 de dezembro de 2018

CULTURA, Radio. **Biografia de Dom João José Costa nomeado pelo Papa Francisco no dia 05 de novembro de 2014 Arcebispo coadjutor de Aracaju**. Disponível em http://cultura670.com.br/dica_noticia.php?sa=63&cod=51&gru=263&tit=DOM%20JO%20C3O%20JOS%C9%20COSTA Acessado em 28 de dezembro de 2018

DANTAS, Thaís da Silva. **Uma igreja quilombola: a caminhada da comunidade São Sebastião da Boa Vista**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016

DIOCESE DE ESTÂNCIA. **DIOCESE DE ESTÂNCIA–SE, 1960**. Disponível em <https://diocesedeestancia.com.br/historia-diocese-de-estancia> Acessado em 24 de dezembro de 2018

DIOCESE DE ESTÂNCIA. **Movimentos e Associações**. Disponível em <https://diocesedeestancia.com.br/movimentos-e-associacoes> Acessado em 29 de dezembro de 2018

DIOCESE DE SOBRAL. **Bispo Auxiliar de Sobral Dom Coutinho**. Disponível em <http://www.diocesedesobral.com/nv/index.php/bispos/24-bispos-da-diocese> Acessado em 27 de dezembro de 2018

DJSE - Diário de Justiça do Estado de Sergipe - de 6 de abril de 2017, p.685, Aracaju. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/142562612/djse-06-04-2017-pg-685> Acessado em 10 de fevereiro de 2019

DOMEZI, Maria Cecília. **O Concílio Vaticano II e os pobres**. Paulus. São Paulo. 2014

DOMEZI, Maria Cecília. **A Devoção nas CEBs: Entre o Catolicismo Tradicional Popular e a Teologia da Libertação**. 2006 329f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006

DORNELAS, Nelito Nonato; MELO, Magda Gonçalves. Os Intereclesiais de CEBs no Brasil. In: **Revista Vida Pastoral**, p.15-22, Editora Paulus, nov-dez, 2017

DUARTE, Dom Luciano Cabral. **O caso Boff e a rebeldia contra Roma**. EBEF Edições, Brasília, 1985

ESPÍN, Orlado O. **A fé do povo: reflexões teológicas sobre o catolicismo popular**. Paulinas, São Paulo, 2000

ESTÂNCIA NEWS. **Morre Padre Almeida**. Disponível em <http://estancianewsse.blogspot.com/2010/08/morre-padre-almeida.html> Acessado em 29 de dezembro de 2018

FARIA, Ana Costa. **Catolicismo popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Movimento Social: o caso da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2002

FÁVERO, Osmar. **MEB – Movimento de Educação de Base primeiros tempos: 1961-1966**. Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação, 5, Anais ... Évora, Portugal, 2004

FERREIRA, Luzia Valladão. **A atuação das missionárias de Jesus Crucificado como vigárias paroquiais em Nísia Floresta-RN (1963-1989): uma inovação pastoral**. 170 f Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017

FERRETTI, S. F. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**. 2013. Disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papafrancesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.pdf. Acessado em 28 de junho de 2018

GIBELLINI, Rosino. **A Teologia do Século XX**. Edições Loyola, São Paulo, 1998

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6. ed. Atlas, São Paulo, 2008

GONÇALVES, A. J. **Introdução à Doutrina Social da Igreja**. (Material Didático). UNISALESIANO - Centro Universitário Católico Salesiano, São Paulo, 2016

INFONET. **Gualberto defende a honra do Padre Isaías contra ataques da oposição**. Disponível em <https://infonet.com.br/noticias/politica/gualberto-defende-a-honra-do-padre-isaias-contrataques-da-oposicao> Acessado em 25 de dezembro de 2018

INFONET. **Batuque, o samba de roda do Assentamento Cruiri**. Disponível em <https://infonet.com.br/uncategorized/batuque-o-samba-de-roda-do-assentamento-cruiri> Acessado em 28 de dezembro de 2018

IRMÃOS ASSEMBLEIANOS. **Pe José Augusto sobre o 2º turno das Eleições para Presidente**. 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vgWdrcWNSbY> Acessado em 16 de fevereiro de 2019

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta aos Bispos da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil**. 1986. Disponível em https://w2.vatican.va/content/john-paulii/pt/letters/1986/documents/hf_jp-ii_let_19860409_conf-episcopale-brasile.html. Acessado em 10 de maio de 2018

JOÃO PAULO II, Papa. **Radiomensagem Urbi et Orbi do Papa João Paulo II em 17 de Outubro de 1978**. Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1978/documents/hf_jp-ii_spe_19781017_primo-radiomessaggio.pdf Acessado em 23 de novembro de 2018

LACERDA, L. Roma locuta: causa finita? O repto da Igreja brasileira ao papado de João Paulo II. **Revista História em Reflexão**. Vol. 4, n. 8, UFGD, Dourados jul/dez 2010

LIBANIO, J. B. Comunidade Eclesial de Base: pletora do discurso. **SEDOC**, Petrópolis, p. 765-787, 1979

LIBANIO, J. B. O IV Encontro Intereclesial de CEBs na interpretação de um teólogo. **SEDOC**, Petrópolis, p. 140-165, 1981

LIBANIO, J. B. O IX Encontro Intereclesial das CEBs: São Luís do Maranhão Julho de 1997. **Persp. real**, p. 225-232, Vol. 29, 1997

LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. **Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao ensino superior sergipano (1950-1968)**. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009

LOPES, Robson Wander Costa. **CEBs RIBEIRINHAS: Análise do processo de organização das Comunidades Eclesiais de Base em Gurupá-Pa**. 2013. 206f. Dissertação (Mestrado em CIÊNCIAS DA RELIGIÃO). Universidade do Estado do Pará. Belém. 2013

MACHADO, Glaucio José Couri. **Qual é a comunidade das CEBs? Uma análise sociológica do conceito de comunidade formulado pelos teóricos das CEBs**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 1999

MARINS, José. **A maioria dos bispos não está imitando o Papa, eles estão batendo palmas, mas nada mais do que isso**. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/563852-a-maioria-dos-bispos-nao-esta-imitando-o-papa-eles-estao-batendo-palmas-mas-nada-mais-do-que-isso-entrevista-com-jose-marins> Acessado em 28 de dezembro de 2018

MIKUSZKA, G. L. CEBs e Paróquia, duas realidades eclesiais compatíveis?. In: **Congresso da ANPTECRE - O Futuro das Religiões no Brasil**, 4, 2013, Recife. Anais ... São Paulo: ANPTECRE, 2013, p. 803-820

MURARO, Valmir Francisco. **Juventude Operária Católica (JOC)**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985

NASCIMENTO FILHO, Isaías Carlos. Padre dos pobres e bispo dos operários. A história de Dom José Vicente Távora. **Revista IHU On-Line**, São Leopoldo, ano X, n. 341, 2010

NASCIMENTO FILHO, Isaías Carlos. **Dom Brandão, o profeta do povo de Deus do baixo São Francisco**. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco, 2012

NASCIMENTO FILHO, Isaías. **O Bispo de Propriá e o prato de lentilhas**. Revista Tribuna Municipal, ed. 1, dez. 2017

NASCIMENTO FILHO, I. C. Os pobres converteram o 1º Bispo de Propriá-SE. **Revista IHU On-Line**. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/534718-os-pobresconverteiram-o-1o-bispo-de-propria>. Acessado em 20 de junho de 2018

NASCIMENTO, Gilberto. **Grupos católicos fizeram campanha para Aécio "contra o PT e o aborto"**. 2014. Disponível em <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-11-03/grupos-catolicos-fizeram-campanha-para-aecio-contr-o-pt-e-o-aborto.html> Acessado em 15 de janeiro de 2018

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Uma nova forma de fazer história: os direitos às terras de quilombo diante do projeto modernizador de construção da Nação**. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins (Org.). Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988. Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, 2016, p. 257-274

OLIVEIRA, Osvaldo Martins; RODRIGUES, Luiz Henrique. **Quilombolas e transmissão cultural do jongo na comunidade de São Cristóvão, São Mateus (ES)**. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins (Org.). Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988. Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro, 2016, p.159-170

OLIVEIRA, P. A. R. Contribuições de Libanio para a refundação das CEBs. **Perspect. Teol.**, Belo Horizonte, v. 46, n. 130, p. 475-500, Set./Dez. 2014

OLIVEIRA, P. A. R. As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e renovação paroquial. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 14, n. 42, p. 642-653, abr./jun. 2016

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acessado em 20 de dezembro de 2018

ORO, A. P; ALVES, D. Renovação Carismática Católica e pentecostalismo evangélico: convergências e divergências. **Debates do NER**. Porto Alegre, Ano 17, N. 30, p. 219-245, Jul/Dez. 2016

O ANEL DE TUCUN. Direção de Conrado Berning. São Paulo: Verbo Filmes, 1994. 106min

PASSOS, J. D; (Org.) **Movimentos do Espírito: Matrizes, afinidades e territórios pentecostais**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2005

PAULO VI, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi**. 1975. Disponível em http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_pvi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html. Acessado em 09 de junho de 2018

PERALÍAS, Isabel Ortega. **Participação e autonomia das mulheres nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade católica de Goiás. Goiânia. 2005

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade – seguido se grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Ed UNESP, São Paulo, 2011

PORTOFOLIENSE. **Porto da Folha e Suas Histórias**. Disponível em www.facebook.com/portofoliense/posts/frei-angelino-caio-feitosajos%C3%A9-pereira-feitosa-%C3%A9-o-nome-de-batismo-de-frei-angel/1760843434242053/ Acessado em 15 de fevereiro de 2019

RAMOS, Nolia Mendonça de Novaes. **O carismatismo nas CEBs e o declínio de suas utopias políticas. Um estudo da igreja católica em Diadema e São Bernardo do campo (1980-2007)**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2008

RIDENTI, M. **O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo**. Disponível em <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti.pdf>. Acessado em 26 de julho de 2018

RODA VIVA. **Roda Viva Leonardo Boff 1997**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NkaHURNRPwQ>. Acessado em 20 de maio de 2018

ROSADO-NUNES, Maria José. **Teologia feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal**. Estudos Feministas, p. 294-304, Florianópolis, jan/abril, 2006

ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. Difusão e territórios diocesanos no Brasil: 1551–1930. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona, 2006

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Crime de lesa cultura: atentado contra a pintura mural da Igreja Matriz de Porto da Folha**. Disponível em <http://www.ufs.br/conteudo/61808-crime-de-lesa-cultura-atentado-contra-a-pintura-mural-da-igreja-matriz-de-porto-da-folha> Acessado em 20 de janeiro de 2019

SALES, Dom Eugênio. Movimento de Natal. **Revista Diocese de Natal**, p.15-19. Disponível em www.dhnet.org.br/potiguariana/igreja/dom_eugenio/revista_arquidiocese_natal_dom_eugenio.pdf. Acessado em 27 de julho de 2018

SANTIROCCHI, I. D. Padroado e Regalismo no Brasil Independente. **Jornadas Interescuelas, 14, Anais...** Universidad Nacional de Cuyo. Mendoza. 2013

- SANTOS, Reginaldo Santos e. **Casa do Bispo de Estância é pichada com denúncia grave**. Junho de 2012. Disponível em http://blogdoreginaldo.blogspot.com/2012/06/ca_sa-do-bispo-de-estancia-e-pichadacom-denuncia-grave Acessado em 10 de fevereiro de 2019
- SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **História das Romarias em Sergipe**. Editora Criação, Aracaju, 2016
- SANTOS, M. F. J. “Carregando as pedras do pecado: a Reforma Católica Devocional no Sergipe oitocentista. **SAECULUM - REVISTA DE HISTÓRIA**, p.201-224, jul/dez, João Pessoa, 2015a
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **“O Prefácio dos Tempos”: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015b
- SANTOS, Osnar Gomes dos. **O confronto da fé ante o escândalo da pobreza: a emergência da opção preferencial pelos pobres na Diocese de Propriá/SE (1968-1979)**. 165f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017
- SCUDELER, Luiz Gonzaga. **Doutrina Social da Igreja e o Vaticano II**. Paulus, São Paulo, 2014
- SILVA, E. A. S. Diálogos em tempos “modernos”: Dom Távora e os bispos da Arquidiocese de Aracaju durante o Concílio Vaticano II. In: **IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE**, Anais... Aracaju, 2014
- SILVA, Rosana Oliveira. **Estado, igreja e imprensa: o episcopado de Dom José Brandão de Castro e a ditadura civil-militar em Sergipe (1964-1985)**. 123 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018
- SIVIERI, Dom Mario Rino. **Padre Isaías ameaçado de morte: relatório sucinto dos acontecimentos do Brejão dia 2 de setembro de 2007**. Disponível em <http://velhocchicovivo.blogspot.com/2007/padre-isaias-ameacado-de-morte.html?m=1> Acessado 20 de janeiro de 2019
- SOUZA, M. L. F. Discurso e prática religiosa nas Comunidades Eclesiais de Base italianas e brasileiras: um estudo comparativo com base na teoria da mudança social de Max Weber. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1131-1147, dez. 2011).
- TABRAJ, M. B. A romanização da Igreja Católica no Brasil. In: **Seminário Nacional HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 4**, UNICAMP, Campinas, Anais..., p.572-584, 1997
- TEIXEIRA, F. L. C. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **REVISTA USP**, São Paulo, n.67, p. 14-23, set/nov, 2005
- TEIXEIRA, F. L. C. O resgate e a afirmação de um sonho o X Encontro Intereclesial de CEBs. **Persp. Teol**, vol. 32, 393-413, 2000
- TEIXEIRA, F. L. C. *Os Intereclesiais das CEBs: identidade em construção*. **Persp. Real**. V. 29, n. 78, p. 155- 187, 1997
- VATICANO II. **GAUDIUM ET SPES (Constituição Pastoral sobre a igreja no mundo atual)**. Disponível em http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_co_nst_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acessado em 16 de abril de 2018.
- VENÂNCIO, José Luiz. **Análise do Catálogo do Instituto Dom Luciano José Cabral Duarte (1950 - 2000)**. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência da Informação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017
- WERLANG, Dom Guilherme. **CEBs e as vocações**. Disponível em www.facebook.com/story.php?story_fbid=1754889814531402&id=52735526395136. Acessado em 05 de março de 2018

APÊNDICES

APÊNDICE A- ENCONTROS INTERECLESIAIS DE CEBs

	Data	Local	Tema
I	6 a 8 de janeiro de 1975	Vitória – ES	Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus
II	29 de julho a 10 de agosto de 1976	Vitória – ES	Igreja, povo que caminha
III	19 a 23 de julho de 1978	João Pessoa – PB	Igreja, povo que se liberta
IV	20 a 24 de abril de 1981	Itaici – SP	Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação
V	4 a 8 de junho de 1983	Canindé – CE	CEBs: povo unido, semente de uma nova sociedade
VI	21 a 25 de julho de 1986	Trindade - GO,	CEBs, Povo de Deus em busca da Terra Prometida
VII	10 a 14 de julho de 1989	Duque de Caxias – RJ	CEBs: povo de Deus na América Latina a caminho da libertação
VIII	8 a 12 de setembro de 1992	Santa Maria – RS	CEBs: culturas oprimidas e a evangelização na América Latina
IX	15 a 19 de julho de 1997	São Luís – Maranhão	CEBs: vida e esperança nas massas
X	11 a 15 de julho de 2000	Ilhéus – BA	CEBs: Povo de Deus, 2 mil anos de caminhada
XI	19 a 23 de julho de 2005	Ipatinga – MG	CEBs, espiritualidade libertadora.
XII	21 a 25 de julho de 2009	Porto Velho – RO	CEBs, ecologia e missão
XIII	7 a 11 de janeiro de 2014	Juazeiro do Norte – CE	Justiça e profecia a serviço da vida. Lema: CEBs, romeiras do Reino no campo e na cidade
XIV	23 a 27 de janeiro de 2018	Londrina – PR	CEBs e os desafios no mundo urbano
XV	2022	Rondonópolis - MT	

APÊNDICE B- CIDADES E QUANTIDADE DE PARÓQUIAS DE SERGIPE

Arquidiocese de Aracaju (33 municípios, 113 paróquias)

- | | |
|----------------------------|-----------------------------|
| 1. ARACAJU (52) | 18. MARUIM |
| 2. AREIA BRANCA | 19. MOITA BONITA |
| 3. BARRA DOS COQUEIROS (2) | 20. N. SRA. APARECIDA |
| 4. CAMPO DO BRITO | 21. N. SRA. DAS DORES (3) |
| 5. CAPELA (2) | 22. N. SRA. DO SOCORRO (12) |
| 6. CARIRA | 23. PEDRA MOLE |
| 7. CARMÓPOLIS | 24. PINHÃO |
| 8. CUMBE | 25. RIACHUELO |
| 9. DIVINA PASTORA | 26. RIBEIRÓPOLIS (2) |
| 10. FEIRA NOVA | 27. ROSÁRIO DO CATETE |
| 11. FREI PAULO (2) | 28. SANTA ROSA DE LIMA |
| 12. GENERAL MAYNARD | 29. SANTO AMARO |
| 13. ITABAIANA (7) | 30. SÃO CRISTOVÃO (5) |
| 14. ITAPORANGA (3) | 31. SÃO DOMINGOS |
| 15. LARANJEIRAS | 32. SÃO MIGUEL DO ALEIXO |
| 16. MACAMBIRA | 33. SIRIRI |
| 17. MALHADOR | |

Diocese de Estância (16 municípios e 26 paróquias)

- | | |
|------------------|---------------------------|
| 1. ARAUÁ | 9. POÇO VERDE |
| 2. BOQUIM (2) | 10. RIACHÃO DO DANTAS (2) |
| 3. CRISTINÁPOLIS | 11. SALGADO |
| 4. ESTÂNCIA (4) | 12. SANTA LUZIA DO ITANHI |
| 5. INDIAROBA | 13. SIMÃO DIAS |
| 6. ITABAIANINHA | 14. TOBIAS BARRETO |
| 7. LAGARTO (6) | 15. TOMAR DO GERU |
| 8. PEDRINHAS | 16. UMBAÚBA |

Diocese de Propriá (26 municípios e 25 paróquias)

- | | |
|-----------------------------|------------------------------|
| 1. AMPARO DO SÃO FRANCISCO | 14. MALHADA DOS BOIS |
| 2. AQUIDABÃ | 15. MONTE ALEGRE DE SERGIPE |
| 3. BREJO GRANDE | 16. MURIBECA |
| 4. CANHOBA | 17. N. SRA. DA GLÓRIA |
| 5. CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO | 18. N. SRA. DE LOURDES |
| 6. CARMÓPOLIS | 19. NEÓPOLIS |
| 7. CEDRO DE SÃO JOÃO | 20. PACATUBA |
| 8. GARARU | 21. PIRAMBU |
| 9. GRACCHO CARDOSO | 22. POÇO REDONDO |
| 10. ILHA DAS FLORES | 23. PORTO DA FOLHA |
| 11. ITABI | 24. PROPRIÁ |
| 12. JAPARATUBA | 25. SANTANA DO SÃO FRANCISCO |
| 13. JAPOATÃ | 26. TELHA (0) * |

* Município de Telha não possui paróquia própria. É assistido pela paróquia de Cedro de São João

APÊNDICE C- ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

Roteiro de Observação

Nome da Comunidade:

Município/UF:

Diocese:

- a) Fotografar e descrever, neste diário de campo, imagens que caracterizem expressões da fé dos indivíduos que a compõem a comunidade

- b) Fotografar e descrever, no diário de campo, as casas, ruas, monumentos e demais itens que caracterizem a comunidade

- c) Gravar e descrever SONS que caracterizem expressões da fé dessa comunidade e/ou dos indivíduos que a compõem, como cantos, rezas, etc

ANEXOS

ANEXO A: Pacto da Catacumbas

Nós, bispos, reunidos no Concílio Vaticano II, esclarecidos sobre as deficiências de nossa vida de pobreza segundo o Evangelho, incentivados uns pelos outros, numa iniciativa em que cada um de nós queria evitar a singularidade e a presunção; unidos a todos os nossos irmãos no Episcopado; contando, sobretudo, com a graça e a força de Nosso Senhor Jesus Cristo, com a oração dos fiéis e dos sacerdotes de nossas respectivas dioceses; colocando-nos, pelo pensamento e pela oração, diante da Trindade, diante da Igreja de Cristo e diante dos sacerdotes e dos fiéis de nossas dioceses, na humildade e na consciência de nossa fraqueza, mas também com toda a determinação e toda a força de que Deus nos quer dar a graça, comprometemo-nos ao que se segue:

1. Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo o que se segue (cf. Mt 5,3; 6,33).
2. Para sempre renunciaremos à aparência e à realidade da riqueza, especialmente no traje (fazendas ricas, cores berrantes), nas insígnias de matéria preciosa (devem esses signos ser, com efeito, evangélicos) (Mc 6,9; Mt 10,9s; At 3,6.). Nem ouro nem prata.
3. Não possuiremos imóveis nem móveis, nem conta em banco em nosso próprio nome; e, se for preciso possuir, poremos tudo em nome da diocese, ou das obras sociais ou caritativas (cf. Mt 6,19-21; Lc 12,33s).
4. Cada vez que for possível, confiaremos a gestão financeira e material em nossa diocese a uma comissão de leigos competentes e cônscios de seu papel apostólico, em mira a sermos menos administradores do que pastores e apóstolos (cf. Mt 10,8; At 6,1-7).
5. Recusamos ser chamados, oralmente ou por escrito, com nomes e títulos que signifiquem a grandeza e o poder (Eminência, Excelência, Monsenhor...); preferimos ser chamados com o nome evangélico de Padres (cf. Mt 20,25-28; 23,6-11; Jo 13,12-15).
6. No nosso comportamento, nas nossas relações sociais, evitaremos aquilo que pode parecer privilégios, prioridades ou mesmo uma preferência qualquer aos ricos e aos poderosos (ex.: banquetes oferecidos ou aceitos) (cf. Lc 13,12-14; 1Cor 9,14-19).
7. Do mesmo modo, evitaremos incentivar ou lisonjear a vaidade de quem quer que seja, com vistas a recompensa, ou a solicitar as dádivas, ou por qualquer outra razão. Convidaremos nossos fiéis a considerarem as suas dádivas como uma participação normal no culto, no apostolado e na ação social (cf. Mt 6,2-4; Lc 15,9-13; 2Cor 12,4).
8. Daremos tudo o que for necessário do nosso tempo, reflexão, coração, meios etc., ao serviço apostólico e pastoral das pessoas e dos grupos laboriosos e economicamente fracos e subdesenvolvidos, sem que isso prejudique as outras pessoas e grupos da diocese. Ampararemos os leigos, religiosos, diáconos ou sacerdotes que o Senhor chama a evangelizarem os pobres e os operários, compartilhando a vida operária e o trabalho (cf. Lc 4,18s; Mc 6,4; Mt 11,4s; At 18,3s; 20,33-35; 1Cor 4,12 e 9,1-27).
9. Cônscios das exigências da justiça e da caridade, e das suas relações mútuas, procuraremos transformar as obras de “beneficência” em obras sociais baseadas na caridade e na justiça, que levem em conta todos e todas as exigências, como um humilde serviço dos organismos públicos competentes (cf. Mt 25,31-46; Lc 13,12-14 e 33-34).

10. Poremos tudo em obra para que os responsáveis pelo nosso governo e pelos serviços públicos decidam e ponham em prática as leis, as estruturas e as instituições sociais necessárias à justiça, à igualdade e ao desenvolvimento harmônico e total do homem
11. Achando a colegialidade dos bispos sua realização a mais evangélica na assunção do encargo comum das massas humanas em estado de miséria física, cultural e moral – dois terços da humanidade –, comprometemo-nos:
- a participar, conforme nossos meios, dos investimentos urgentes dos episcopados nas nações pobres;
 - a requerer junto ao plano dos organismos internacionais, mas testemunhando o Evangelho, como fez o Papa Paulo VI, na ONU, a adoção de estruturas econômicas e culturais que não mais fabriquem nações proletárias num mundo cada vez mais rico, mas sim permitam às massas pobres saírem de sua miséria.
12. Comprometemo-nos a partilhar, na caridade pastoral, nossa vida com nossos irmãos em Cristo, sacerdotes, religiosos e leigos, para que nosso ministério constitua um verdadeiro serviço, assim:
- esforçar-nos-emos para “revisar nossa vida” com eles;
 - suscitaremos colaboradores para serem mais uns animadores segundo o espírito, do que uns chefes segundo o mundo;
 - procuraremos ser o mais humanamente presente, acolhedores...;
 - mostrar-nos-emos abertos a todos, seja qual for a sua religião (cf. Mc 8,34s; At 6,1-7).
13. “Tornados às nossas dioceses respectivas, daremos a conhecer aos nossos diocesanos a nossa resolução, rogando-lhes ajudar-nos por sua compreensão, seu concurso e suas preces.

AJUDE-NOS, DEUS, A SERMOS FIÉIS!”

FONTE: BEOZZO, 2015, p. 29-49

ANEXO B: Cantos da Festa do Divino

Bandeira do Divino

Os devotos do Divino vão abrir sua morada
Pra bandeira do menino ser bem-vinda, ser
louvada, ai, ai
Deus nos salve esse devoto pela esmola em
vosso nome/ Dando água a quem tem sede,
dando pão a quem tem fome, ai, ai
A bandeira acredita que a semente seja tanta
Que essa mesa seja farta, que essa casa seja
santa, ai, ai
Que o perdão seja sagrado, que a fé seja
infinita / Que o homem seja livre, que a justiça
sobreviva, ai, ai
Assim como os três reis magos que seguiram
a estrela guia/A bandeira segue em frente atrás
de melhores dias
No estandarte vai escrito que ele voltará de
novo/E o Rei será bendito, ele nascerá do
povo, ai, ai

FONTE: <https://www.letras.mus.br/ivan-lins/46430/>

Calix Bento

Ó Deus salve o oratório (2x)
Onde Deus fez a morada/Oiá, meu Deus (2X)
Onde mora o calix bento (2x)
E a hóstia consagrada / Oiá, meu Deus (2X)
De Jessé nasceu a vara (2x)
E da vara nasceu a flor/ Oiá, meu Deus (2X)
E da flor nasceu Maria (2x)
De Maria o Salvador / Oiá, meu Deus (2X)

FONTE: <https://www.letras.mus.br/milton-na-scimento/405853/>

Ouro, Incenso e Mirra

São três reis que chegam/ lá do oriente/ para
ver um rei/ que acaba de nascer
Dizem que um é branco/ o outro cor de jambo/
o outro rei é negro/ e que vieram ver
O novo rei que nasceu / Igual estrela no céu
Dizem que uma estrela/ muito diferente/ lá do
oriente/ se podia ver
Falam de um cometa/ ninguém sabe ao certo/
mas pelo deserto eles vieram ver
O novo rei que nasceu / Igual estrela no céu
E trazem ouro/ incenso e mirra/ Pra festejar o
novo rei/ Que tem poder/ e majestade/Que
vem do céu/ que é de Deus/ Que vai sofrer/
que vai morrer/E que nos libertará (2x)
Esperam libertação / E olham todos pro céu
São milhões de vidas/ que no ocidente / e no
orientes sofrem de opressão.
Têm todas as cores/ todos os temores/Todos
os rancores desta humilhação
Esperam libertação / E olham todos pro céu
Dizem que um futuro muito diferente / Essa
pobre gente ainda conhecerá
Dizem que é seguro, que o futuro é certo / Que
anda muito perto, que começa já!
O novo rei que nasceu / Igual estrela no céu

Letra e música: Pe Zezinho

Fonte: <https://www.letras.mus.br/padre-zezinho/322163/>